

DIA DO TRABALHO

Comemoração estadual ocorre em Caxias do Sul

O Dia Internacional do Trabalho - 1º de Maio - será em Caxias do Sul, junto com a 10ª Romaria do Trabalhador e Trabalhadora, nos Pavilhões da Festa da Uva. Em 2005, o 1º de maio representará a unidade e a parceria da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS), Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS-RS), Pastoral Operária, CNBB-Sul 3, entidades que lutam por

um país soberano, com geração de trabalho, emprego e renda e distribuição social justa.

Trabalho, Fonte de Dignidade, Direito de Todos! é o tema da 10ª Romaria. É o tema central que unifica a luta. Portanto, a organização está preparando uma dinâmica que reflita sobre o mundo do trabalho, a política econômica nacional, a crise no Rio Grande do Sul e alternativas para geração de emprego e renda.

A proposta dos organizadores é valorizar o trabalho e os trabalhadores. Neste momento de precarização e flexibilização das leis trabalhistas, a idéia é construir uma sociedade na qual a pessoa seja o centro dos interesses e dos objetivos.

O conteúdo da 10ª Romaria está ligado a 4ª Semana Social Brasileira com os temas "O Estado e seu papel na transformação da sociedade; A dívida externa, FMI e Alca; Forças sociais,

resistência e organização; Precarização do trabalho, migrações e exclusão social; e Crise de sustentabilidade e direitos humanos".

A romaria é realizada de dois em dois anos em uma das 17 dioceses do Rio Grande do Sul. A primeira ocorreu no dia 12 de outubro de 1987, no Conjunto Habitacional Guajuviras, em Canoas. As seguintes passaram a ser realizadas no dia 1º de maio. Caxias do Sul sediou a terceira, em 1991.

SERVIÇO

8h30 - Concentração em frente ao Mosteiro

9h - Início da caminhada até os Pavilhões

10h30 - Chegada nos Pavilhões da Festa da Uva

10h45 - Celebração

12h - Término da Celebração

12h às 13h - Almoço

13h - Tribuna/Ato Político, com show de Leonardo e Grupo

Lucro no sistema financeiro em 2004 apresenta crescimento de 27,35%

O setor bancário apresentou no ano de 2004 novos índices de crescimento em seus lucros. Como tem ocorrido nos últimos anos, o sistema financeiro segue sem ser afetado pelos períodos de crise econômica registrados no país. O lucro obtido pelo segmento bancário em 2003 somou R\$ 19.071.440.000, enquanto em 2004 esse

valor atingiu a marca de R\$ 24.287.504.000, ou seja, um crescimento de 27,35%. Para se ter uma idéia dos ganhos dos bancos, a taxa de inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, no ano passado, foi de 7,6%. O Itaú revelou ter conseguido em 2004 o maior lucro líquido da história dos bancos de capital aberto, com

R\$3,7 bilhões.

Analistas e as próprias instituições indicam três fatores para o aumento nos lucros: ganhos com juros pela concessão de créditos, o valor cobrado pelos serviços e os títulos públicos do governo brasileiro, que pagam aos investidores juros que estão entre os mais altos do mundo, atualmente em 18,75% ao ano.

Governo Federal encaminha PEC da Reforma Sindical

O Governo Federal enviou à Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) destinada a alterar os artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição. A proposta de alteração constitucional nº 369/05, encaminhada no dia 2 de março, já se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) para análise. Aprovada na CCJ, vai para exame de mérito em Comissão Especial.

De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, em sua exposição ao presidente da República, "para deixar absolutamente transparente o debate público e parlamentar, a proposta foi elaborada conforme os compromissos construídos pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT)".

Somente após a aprovação pelo Legislativo

de mudanças na Carta de 1988, então será encaminhado um projeto de lei pelo Governo para tramitação no Congresso propondo uma nova lei de relações sindicais.

As discussões ocorridas no FNT, composto por representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, representam apenas um conjunto de intenções garantindo a liberdade sindical, assegurando a representação dos trabalhadores no local de trabalho, regulamentando o direito de greve e tornando obrigatória a participação das entidades na negociação coletiva. No dia 3 de maio, na Federação dos Bancários do RS, acontecerá um seminário, reunindo representantes dos sindicatos da categoria, para discutir a PEC 369/05 e seus reflexos junto aos trabalhadores.

Lucro líquido dos bancos (em Reais)

Instituição	2004	2003	Variação (%)
Banco do Brasil	3.024.006.000	2.380.982.000	27,00
CEF	1.419.802.000	1.616.145.000	-12,15
Bradesco	3.060.151.000	2.306.339.000	32,68
Itaú	3.775.616.000	3.151.820.000	19,79
Unibanco	1.283.208.000	1.052.346.000	21,93
Santander/Banespa	1.664.822.000	1.705.797.000	2,41
ABN/Amro	1.236.663.000	1.136.664.000	8,79
Safra	625.889.000	617.006.000	1,43
HSBC	526.524.000	192.676.000	173,26
Banrisul	303.224.000	285.435.000	6,23

Fonte: Balanço dos Bancos

Sindicato cobra diferença no pagamento da PLR sobre gratificações

O Sindicato dos Bancários ingressou em fevereiro na Justiça Trabalhista com ação para cobrar a diferença no pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) sobre as gratificações dos Bancos Itaú, Santander, Bradesco, Sudameris, HSBC, Unibanco e Rural. A ação totaliza 260 bancários, sócios do sindicato em dia

com a mensalidade no mês de janeiro de 2005.

A ação pede o pagamento das diferenças da PLR, nos períodos de 1998/1999, 1999/2000, 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003, de dois salários em média por cada funcionário, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho. O questionamento é a fórmula e o cálculo no pagamento da

PLR sem considerar o reflexo da Gratificação Semestral. Os bancos citados na ação simplesmente ignoraram nos cálculos a gratificação para realizar o pagamento.

A GS é uma parcela vinculada diretamente à remuneração do trabalhador, por isso, é impossível desconsiderar da base de incidência para efeitos de cálculo da PLR.

Ação do desconto do INSS sobre o 13º é indeferida

A ação coletiva contestando o desconto previdenciário sobre o 13º salário, movida pela Federação dos Bancários do RS contra o INSS, foi indeferida, uma vez que a Justiça entende que a federação tem poderes para representar os sindicatos filiados, mas não para representar seus associados.

O parecer da assessoria jurídica do Sindicato dos Bancários optou

por não interpor recurso, indicando como alternativa mais adequada o ajuizamento individual. Para isso, os bancários interessados devem procurar a assessoria jurídica do Sindicato com os seguintes documentos: uma cópia dos contra-cheques referente aos meses que ocorreram desconto cumulativo nos últimos cinco anos, procuração/contrato; e pagamento de custas/despesas no valor de R\$ 50,00.

Bancários gaúchos reivindicam melhores condições de trabalho

O sistema diretivo da Federação dos Bancários do RS, que reúne representantes dos 38 sindicatos no Estado, lançou campanha por melhores condições de trabalho no sistema financeiro. A campanha, que ocorrerá até agosto, antecede o dissídio salarial de 2005 e visa pressionar os banqueiros e buscar o apoio da Delegacia Regional do Trabalho, Ministério

Público, câmaras municipais, prefeituras e sociedade.

A proposta dos organizadores é promover, em 5 de maio, um dia estadual de luta por segurança, a ser realizado em todos os sindicatos, com manifestações nas agências mais assaltadas ou inseguras, distribuição de carta aberta aos clientes, reuniões com delegados de polícia, uso de

tribuna popular nas câmaras de vereadores, encontros com prefeitos para discutir projetos de lei sobre instalação de portas giratórias nos bancos ou, se elas já existem, pedir mais fiscalização.

A proposta será enviada à Confederação Nacional dos Bancários (CNB) para implementação da iniciativa em todo o Brasil.

Banco do Brasil

O impasse na Parcela da Previ

Uma queda-de-braço entre funcionalismo e o BB está dificultando a negociação sobre a Parcela Previ (PP). De acordo com a Comissão de Empresa, o banco está fugindo da responsabilidade e tenta repassar a negociação para o Ministério do Planejamento e Secretaria da Previdência Complementar.

O impasse está na redução da PP para R\$ 1.440,00, proposta feita pelo BB aos funcionários no acordo salarial de 2004, mas negada por sua diretoria.

Cecília Garcez, diretora de Planejamento, Erik Person, diretor de Seguridade e Francisco Alexandre, diretor de Administração da PP, afirmam em nota que o "BB repete erros do passado ao debitar às entidades sindicais e às lideranças do funcionalismo a culpa pela ausência de solução, quando todos sabem que o banco não apresentou proposta até agora. Peca também ao afirmar que a solução da PP passa apenas pela utilização do Fundo de Paridade. O

banco sabe que pode resolver a PP utilizando parte do superávit acumulado que já soma R\$ 10 bilhões, dos quais seriam necessários R\$ 3,9 bilhões, para isso bastaria autorizar que os conselheiros do banco votassem a matéria, o que não tem sido feito. Por fim, continuam reafirmando que a melhor solução para o BB, a Previ e o funcionalismo é uma negociação que equacione todos os interesses, mas, infelizmente, não parece ser essa a expectativa da empresa".

Acionistas da CRT

O Sindicato está disponibilizando informações para ajuizamento de ações judiciais para reparar perdas decorrentes da integralização equivocada e prejudicial aos acionistas da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) no período compreendido entre 1989 e 1993.

Conforme o caso será necessário o ajuizamento prévio de uma ação cautelar visando à exibição de documentos necessários para

o posterior encaminhamento de ação cobrando as diferenças.

Para o ajuizamento destas ações, é necessária a seguinte documentação: contrato firmado com a então CRT e/ou extratos relativos às ações integralizadas; procuração; declaração de insuficiência patrimonial.

Informações podem ser obtidas no Sindicato, pelo fone (54) 223-2166 ou com o advogado Milton Fagundes, pelo fone (51) 595-4775.

Banrisulenses elegem delegados sindicais

Os funcionários do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) elegeram os delegados representantes da categoria na base territorial do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, entre os dias 21 e 24 de março. Os eleitos, com mandato de 1º de abril de 2005 até 31 de março de 2006, foram os seguintes:

Luciane Lodi, Agência Pio X, Áurea Linck Marques Filha, da Agência Ana Rech, e Mauro Antônio Polidoro, da Agência Flores da Cunha.

O delegado sindical tem um trabalho fundamental na organização dos banrisulenses no local de trabalho. Atua como elo entre o Sindicato e a base, organizando e mobilizando os funcionários.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
e-mail: bancax@bancax.com.br

Filiado à FEBB/RS, CUT, CNB/CUT, Dieese e Diap
Fundado em 24 de Outubro de 1935

Coordenadores de Secretarias:

Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização

Ademar Henrique Bellini - ahb@bancax.com.br

Secretaria de Movimentos Sociais

Alexandre Rizzi - arizzi@bancax.com.br

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Nelson Antônio Bebbler - nbebbler@bancax.com.br

Secretaria de Formação

Ariovaldo Adão Filippi - ari@bancax.com.br

Secretaria de Organização e Política Sindical

Pedro Justino Incerti - incerti@bancax.com.br

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

Vaine Terezinha Andrequete - vaine@bancax.com.br

Secretaria de Saúde e Relações de Trabalho

Vilmar José Castagna - castagna@bancax.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Coordenação: Ademar Henrique Bellini

Edição: Milton Simas - Quinta Essência Comunicação & Marketing

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro

Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design

Tiragem desta edição: 2.500 exemplares

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Acesse www.cnbcut.com.br e www.bancnet.com.br - onde você tem notícia nova a toda hora.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro

Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310

Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 223.2405

e-mail: bancax@bancax.com.br

Presidente do Itaú é integrante da Trilateral

Foto: Divulgação

O banqueiro Roberto Egydio Setúbal, presidente do Banco Itaú e da Itaú Holding Financeira, é integrante do seleto grupo de notáveis que participa da *Comissão Trilateral*. O encontro anual da organização, que evita a divulgação por parte da mídia de suas atividades, ocorreu entre os dias 15 e 18 de abril, em Washington.

Criada em julho de 1973, com o apoio do Chase Manhattan Bank, a Comissão tem por objetivo

desenvolver uma estratégia político-econômica comum para América do Norte, a Europa Ocidental e o Japão, por isso a denominação trilateral.

Cenáculo da elite política e econômica internacional, este clube dos ricos, bastante hermético e sempre conduzido por empresários de peso, é integrado por mais de 350 cidadãos.

Após a criação da organização, em que suas reuniões ocorrem a portas fechadas e longe da

imprensa, rapidamente se impôs como um dos principais instrumentos de pesquisa, preocupada em proteger os interesses das multinacionais ao mesmo tempo em que lhe cabia "orientar", por meio de seus componentes, as decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos.

A Comissão Trilateral tem como criadores David Rockefeller, figura de destaque no capitalismo norte-americano, e o economista polonês naturalizado americano Zbigniew

Brzezinski, que na época era um dos braços direitos do presidente Jimmy Carter. Passados 32 anos, a Comissão consolida a união entre o poder das multinacionais, das finanças e da política através de uma rede de influentes ramificações pelos principais setores da sociedade mundial.

O presidente do Itaú, que em 2004 teve um lucro de R\$ 3.776 bilhões, é o único brasileiro a participar desta secreta organização.



Roberto Egydio Setúbal, diretor presidente do Itaú e da Itaú Holding Financeira

O que o país perde com a evasão de divisas

A investigação do Congresso Nacional sobre evasão de divisas do país terminou sem conclusão oficial. O trabalho, no entanto, permitiu a coleta de dados de grande relevância, apontando uma grande sonegação fiscal. Em agosto de 2003, pouco depois de ser instalada, a Comissão Parlamentar de Inquérito, também chama-

da de CPI do Banestado, encaminhou à Receita Federal informações obtidas no Banco Central sobre operações realizadas através das contas CC5, pelas quais pessoas e empresas podem transferir recursos para o exterior sem autorização prévia das autoridades monetárias e sem finalidade declarada. Entre 1998 e 2002, o país

deixou de receber R\$ 224,2 bilhões por tributos sonegados. Esse valor equivale aos juros pagos pelo governo aos detentores de títulos da dívida pública.

Os dados indicam que a evasão não é promovida na margem do sistema, mas sim no coração do sistema, por empresas maiores, ativas e

lucrativas.

Para se entender o processo de evasão pode-se considerar as hipóteses:

1) os bancos no Brasil são intermediários do processo e não os agentes da evasão no máximo são filiais de grandes bancos estrangeiros;

2) não existe um sistema independente de

instituições financeiras;

3) é preciso diferenciar a circulação e a criação do dinheiro, da criação e circulação da riqueza, pois há uma evasão contínua e histórica de riquezas do país na forma de bens e serviços, acompanhada por e em função de um histórico e permanente endividamento.

CEF volta a pagar auxílio-alimentação a aposentados

A Caixa Econômica Federal decidiu restabelecer o pagamento do auxílio-alimentação aos empregados que se aposentaram antes de 8 de fevereiro de 1995. Os que possuíam ação contra a empresa deverão solicitar o arquivamento do processo. Nestes casos, a Caixa, além de regularizar o auxílio, vai pagar um percentual das diferenças passadas de acordo com a instância que tramitava a ação. Os funcionários que se aposentaram posteriormente a fevereiro de 1995, não serão contemplados neste momento, porém fica a garantia da Caixa de que as negociações serão retomadas.

Para os que não tinham

ação, a CEF não pagará retroativo, mas passa a pagar o benefício a partir da assinatura do requerimento. Os empregados que se enquadram dentro dessas exigências podem passar no Sindicato para pegar seu formulário.

A avaliação da Comissão Executiva dos Empregados é de que a decisão "representa um importante avanço no sentido de reparação de uma das maiores injustiças cometidas por administrações anteriores na Caixa, ainda é uma conquista parcial, pois o direito tem de ser reconhecido para todos, sob pena de criarmos mais uma discriminação entre empregados".

Bancos públicos anunciam contratações

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil anunciaram a contratação imediata de novos empregados, e o Banrisul, a abertura de concurso público.

A Caixa fará a contratação de 8,8 mil novos funcionários, após a decisão de rescindir o contrato de 5 mil terceirizados. O término das contratações irregulares é considerado positivo pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, porém, destaca que o número de novos empregados a serem admitidos é insuficiente para atender a demanda das agências.

O Banco do Brasil informou a contratação de 2.360 funcionários em todo o país. A

ampliação do número de bancários é uma antiga reivindicação dos sindicatos, que há anos vem combatendo os problemas causados pela falta de dotação nas agências.

O Banrisul publicou edital de abertura de concurso público para o preenchimento de 400 vagas, número insuficiente para atender aos serviços prestados do banco. Também foi divulgado a Resolução nº 4.170, que estabelece 2.380 vagas "para os diversos padrões dos quadros de carreira, bem como das faixas salariais das funções diversas a serem preenchidas com as promoções regulamentares de 2005".

Bilionários brasileiros estão ligados ao setor financeiro

A revista estadunidense *Forbes* publicou sua lista dos maiores bilionários do mundo em 2004. A relação, que analisa o patrimônio pessoal do seleto clube de pessoas que possuem mais de US\$ 1 bilhão, conta com 691 nomes. Bill Gates, dono da Microsoft, continua no topo da lista, com uma fortuna avaliada em US\$ 46,5 bilhões. O Brasil aparece com nove milionários entre os mais ricos do mundo.

O negócio com bancos está na raiz da riqueza de sete dos brasileiros listados. Os irmãos Joseph e Moise são donos do Banco Safra. Aloysio Faria construiu sua fortuna

após a venda do Real para o ABN, por US\$ 2,1 bilhões. A parte não negociada foi transformada em Banco Alfa. Jorge Lemann, Marcel Telles e Carlos Sicupira, três ex-donos do Banco Garantia e que detinham participação acionária na Ambev, ingressaram na lista após a venda para a holandesa Interbrew. Segundo a revista, os três "se deram bem" com o negócio da cervejaria. Antônio Ermírio enriqueceu no setor industrial, mas há 12 anos criou o Banco Votorantim, que hoje é um dos braços mais fortes do conglomerado e responsável por 20% do faturamento de todo o grupo

Votorantim.

O banqueiro Julio Bozano está fora das manchetes desde a venda do Bozano-Simonsen, do qual é um dos fundadores, em 2000. Atualmente possui 11% do capital acionário da Embraer, avaliado em US\$ 660 milhões.

Abílio dos Santos Diniz, da área do varejo e dono do Pão de Açúcar, ingressou no mercado financeiro em 2004 através de uma parceria com o Itaú. O banco se associou ao grupo varejista para montar uma empresa destinada a oferecer serviços financeiros aos clientes do Pão de Açúcar em todo o Brasil. O negócio envolveu R\$380 milhões.

Fonte: Revista Forbes

Brasileiros no Ranking da Forbes

Posição	Nome	Idade	Fortuna (US\$ dólares)
91	Joseph & Moise Safra	--	5,2 bilhões
170	Aloysio de Andrade Faria	84	3,2 bilhões
228	Jorge Paulo Lemann	65	2,6 bilhões
243	Antônio Ermírio de Moraes	76	2,5 bilhões
413	Julio Bozano	69	1,6 bilhão
507	Abílio dos Santos Diniz	68	1,3 bilhão
548	Marcel Telles	55	1,2 bilhão
620	Carlos Sicupira	57	1,0 bilhão

Programa busca eliminar discriminação nos bancos

A Procuradoria Geral do Trabalho lançou, no dia 11 de abril, em Brasília, o *Programa de Promoção da Igualdade e Oportunidade para Todos*. Trata-se de um projeto piloto elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que detectou a discriminação de negros e mulheres nos bancos da Capital Federal. O programa será aplicado inicialmente nos bancos Itaú, ABN, Bradesco, Unibanco e HSBC. Os estabelecimentos serão obrigados a fornecerem as informações que serão requisitadas pelos pesquisadores e a implementarem metas que reflitam a população economicamente ativa da localidade. A procuradoria vai propor aos bancos a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta e os que se negarem poderão ser

alvos de Ação Civil Pública.

De acordo com o coordenador da Coordenação de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coor-digualdade), Otavio Brito Lopes, o programa também deverá ser adotado no Rio Grande do Sul e mais seis Estados, a partir de setembro.

Para Brito Lopes, "no DF há um quadro de discriminação muito forte e, a partir destes números que levantamos é que vamos tentar desconstruir esta situação", afirma.

O MPT selecionou exemplos das discrepâncias encontradas com base nas informações dos departamentos de Recursos Humanos de cinco grandes bancos privados que operam em

Brasília comparadas com os dados do IBGE e do Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio técnico do IPEA.

Um deles, o Banco E, apresentou uma relação de 339 homens para 272 mulheres entre seus empregados. Isto significa que as mulheres ocupam apenas 44,7% dos postos de trabalho, enquanto o salário médio das mulheres equivale a 75% do salário médio dos homens. Além disso, os cargos de chefia são ocupados predominantemente por homens (61% dos cargos de chefia).

Na relação afro descendentes/brancos empregados às discrepâncias foram ainda maiores. No Banco D, por exemplo, apenas 10% dos empregados são negros. Estes números preocupam ainda

mais quando comparados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo IBGE, que demonstraram em 2003, que 46% da população economicamente ativa do Distrito Federal são negros.

Em outro estabelecimento pesquisado (Banco A), foi possível perceber que a média salarial dos homens é de R\$ 2,7 mil, enquanto para as mulheres é de R\$ 1,7 mil. Ou seja, o salário médio das mulheres equivale a 64% do salário médio dos homens.

O salário médio dos negros no Banco A equivale a 68% do salário médio dos brancos. Já no Banco D, apenas 7% dos empregados negros ocupam cargos de chefias. Apesar dessa diferença que desfavorece os

negros, verificou-se que, proporcionalmente, a escolaridade dos afro descendentes nos bancos investigados é maior que a dos brancos.

De acordo com os resultados dos trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal, o salário médio é menor para os homens negros que para os homens brancos. O salário médio também é menor para as mulheres do que para os homens e, finalmente, menor para as mulheres negras do que para os homens brancos e negros e as mulheres brancas. Sofrendo a chamada "dupla discriminação", verificou-se que a mulher negra em determinado banco (Banco A) tem uma renda média equivalente a 52% da renda média do homem branco.

Sindicalize-se e concorra a prêmios



Prêmios

1º TV Philco 29" Real Flat

mod. 2922 Tela Totalmente Plana

2º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

3º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

4º DVD/CD Player Panasonic S 35

5º DVD/CD Player Panasonic S 35

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região está promovendo uma campanha de sindicalização. Além das vantagens de usufruir dos serviços e convênios oferecidos, você poderá ganhar prêmios. Por isso, preencha sua ficha e entregue-a ao Sindicato. A campanha é válida para novos associados e sócios recadastrados, inclusive aposentados

Lucro dos bancos: o céu é o limite

O lucro do sistema financeiro nacional cresceu 49,53%, passando de R\$ 5,5 bilhões, no primeiro trimestre do ano passado, para 8,3 bilhões, em igual período deste ano

Fonte: Banco Central

Lucro líquido dos bancos (em Reais) 1º trimestre

Instituição	1º Trimestre 2004	1º Trimestre 2005	Varição (%)
Banco do Brasil	615.585.000	964.580.000	57
Caixa Econômica Federal	404.140.000	474.913.000	18
Bradesco	609.050.000	1.205.629.000	98
Itaú	882.139.000	1.296.250.000	47
Unibanco	228.258.000	414.963.000	44
Santander/Banespa	370.851.000	303.978.000	-18
ABN/Anro	217.094.000	211.130.000	-3
Safra	96.827.000	145.836.000	51
HSBC	131.820.000	139.526.000	6
Banrisul	49.950.000	102.006.000	104

O crescimento vertiginoso, constatado através dos dados fornecidos pelo Banco Central, comprova, mais uma vez, que os bancos têm condições de sobra e põe sobra nisso para oferecer salários justos e condições de trabalho dignas aos seus funcionários. Só com a cobrança de tarifas bancárias, as instituições obtiveram uma receita de R\$ 9,8 bilhões nos três primeiros meses do ano, capaz de cobrir com folga as despesas com pessoal, que somaram R\$ 8,7 bilhões no período.

Mas, ao invés de reconhecer o esforço da categoria, oferecendo melhores salários e aliviando a pressão no trabalho, os

bancos demitem. O Bradesco, que registra o maior crescimento do trimestre, tendo praticamente dobrado o seu lucro em relação ao mesmo período do ano passado, fechou 2.959 postos de trabalho de março de 2004 a março deste ano. O Itaú, segundo maior crescimento dos lucros junto aos bancos privados, fez o mesmo, fechando 627 postos de trabalho em um ano.

Quem ganha com os lucros dos bancos são apenas os próprios banqueiros e os investidores, estrangeiros e nacionais, que recebem dividendos e juros sobre o capital aplicado no mercado de ações. Apenas a Companhia Brasileira de

Liquidação e Custódia (CBLIC) creditou aos acionistas, em 2004, proventos no valor de R\$ 13,648 bilhões. De acordo com estudo de uma consultoria, os dois maiores bancos privados do Brasil, Bradesco e Itaú, são os campeões na distribuição de dividendos no mundo, em oito anos, numa comparação com 80 instituições financeiras dos Estados Unidos, Europa e América Latina. Eles estão à frente do ranking da distribuição de dividendos e juros, junto com empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. O Banco do Brasil e o Unibanco também estão no ranking.

Bancários gaúchos lançam campanha contra opressão

Metas abusivas, sobrecarga de trabalho, insegurança e descaso mediante as doenças do trabalho são os principais alvos de uma campanha estadual permanente por melhores condições de trabalho, promovida pela Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, com lançamento marcado para 22 de junho, em Porto Alegre.

A campanha, que tem como slogan Assim não Aguento, reflete a realidade de milhares de bancários que dedicam suas vidas ao sistema financeiro e vivem no limite do desgaste físico e mental. O evento de lançamento contará com a participação de sindicatos de todo o estado, que entregarão um documento à Delegacia

Regional do Trabalho, denunciando os problemas que afligem a categoria. Em seguida, fazem uma caminhada de protesto pelo centro da capital gaúcha.

O objetivo desta campanha é denunciar à sociedade as práticas abusivas dos banqueiros, que, a cada trimestre alcançam novos recordes de lucros, submetendo os bancários a uma rotina de exploração, que tem provocado o aumento da incidência de doenças como LER/DORT, estresse, depressão, chegando ao extremo do suicídio.

Apesar dos lucros extraordinários, os bancos continuam demitindo. Nos últimos 11 anos, os bancos reduziram a categoria bancária de 655 mil empregados pa-

ra 400 mil trabalhadores. A redução da força de trabalho obriga os bancários à execução de multitarefas e à extrapolação da jornada de seis horas. Além de trabalharem sob constante pressão, os bancários convivem com a insegurança, o medo dos assaltos e seqüestros.

O resultado desta sobrecarga tem com-prometido a saúde dos bancários, com doenças ocupacionais e mentais. Um quadro, mediante o qual, os banqueiros só tem manifestado descaso. Com a campanha, os bancários gaúchos pretendem traçar um combate permanente por melhores condições de trabalho, inserindo-o no período de preparação da campanha salarial.



Banco do Brasil

Impasse da Parcela Previ permanece sem solução



Após um ano de tentativas de negociação, a questão da Parcela Previ continua sem solução, prejudicando todos os associados que se aposentaram depois de 1997.

No dia 17 de maio, a diretoria do banco recebeu um abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas, exigindo solução imediata para o caso. O Conselho Deliberativo da Previ, no entanto, deu prazo até o final de julho para o banco se manifestar.

Abaixo, a diretora de Planejamento da Previ, eleita pelo funcionalismo, Cecília Garcez, que esteve em Caxias do Sul no dia 12 de maio para prestar contas da gestão dos recursos do fundo de previdência em 2004, esclarece dúvidas e dá a sua opinião sobre o impasse da Parcela Previ.

VB: De que forma a Parcela Previ prejudica o benefício dos aposentados pelo fundo?

CG: Até 1997, a Previ complementava o benefício do INSS. Ou seja, ao se aposentar, o associado recebia um benefício equivalente ao que ele ganhava na ativa, pois a Previ complementava o benefício do INSS, independentemente da fórmula utilizada pelo governo para calcular este benefício. A Parcela Previ foi criada por ocasião da mudança do estatuto, descartou o benefício pago pela Previ do benefício pago pelo INSS, a fim de que a Previ não corresse o risco de ter de complementar o desnível gerado pela mudança no INSS, já que, na época, se pensava que o benefício do INSS seria de 3 até 7 salários mínimos. Só que, quando foi criada, a Parcela Previ garantia o benefício integral do associado. Depois, com o congelamento dos salários (tivemos oito anos sem reajuste salarial), o fator previdenciário, as diferenças de índice (a Previ usa o IGP-DI e o INSS o INPC), foi se constituindo um gap em relação ao que o associado recebia pelo INSS e o que recebia pela Previ. E esse 'buraco negro', por assim dizer, foi aumentando. O pessoal que começou a se aposentar a partir de 1998 já começou a sofrer, mas quem se aposentou depois de 2000 sentiu mais, porque a perda aumenta a cada ano.

VB: Na tua opinião, a solução deste impasse exige a extinção da

Parcela Previ ou a redução já é suficiente?

CG: A redução, como o banco chegou a propor na campanha salarial do ano passado, não vai resolver o problema dos associados, porque é um paliativo. Resolveria a situação por um tempo, até que novas regras da Previdência alterassem o benefício pago pelo INSS. Ou seja, daqui a um tempo, estaríamos batendo na porta do banco de novo, implorando para rever a Parcela Previ. Por isso, sou a favor da extinção. Se mantivermos a Parcela Previ, teremos alguns associados recebendo o complemento total, enquanto outros ficarão reféns de qualquer mudança do benefício do INSS, embora todos tenham contribuído com o plano da mesma forma. Não é justo, pois o plano é solidário. Com a Parcela Previ, o risco recai somente sobre o grupo que se aposentou depois de 1998, e não sobre todos.

VB: Não havendo solução para este impasse, os participantes poderão optar pelo saque do capital ao invés de receber o benefício?

CG: Com certeza. Cada vez aumenta mais o número de pessoas que sai com um benefício mínimo, de modo que sacar o capital para investimento passa a ser mais atrativo.

VB: Como estão as negociações, hoje, entre a diretoria eleita e a diretoria indicada?

CG: Na verdade, esta discussão em

torno da Parcela Previ tem de ser com o banco. Se o banco não aprovar, você não aprova nada, pois o banco tem o voto minerva. O poder todo está na mão do banco. O que a gente pode fazer é brigar, esperar, insistir. Mas, o pessoal não dá bola. A verdade é essa. Mudou o governo, mas o banco continua com a mesma postura, com a mesma intransigência, a mesma dificuldade para negociar. Só não podemos deixar que essa discussão se estenda até a campanha salarial, porque aí vai virar moeda de troca de novo, como aconteceu no ano passado. Temos de pressionar o banco para decidir antes.

VB: E quanto ao plano de benefício 2, ou Previ Futuro, quais as vantagens que ele oferece aos associados?

CG: A gente não pode esquecer que a cada contribuição que o funcionário faz, o banco aporta igual valor. E esta já é uma grande vantagem, pois, em qualquer outro plano, ele contaria apenas com o seu aporte. Além disso, o Previ Futuro funciona a partir de um sistema diferente. É um plano de contribuição definida, por cotas. O associado define sua contribuição, e o seu benefício é calculado em cima dessa contribuição e da rentabilidade que ela teve ao longo dos anos. Ou seja, o Previ Futuro é semelhante aos planos de previdência privada comercializados no mercado, mas com a vantagem de que o banco também contribui, e na mesma medida da contribuição do associado.

Banrisul recua diante da pressão dos operadores

Após a mobilização do funcionalismo, desencadeada no dia 19 de maio, quando o banco divulgou um BQJ, considerando o desempenho de praticamente todos os operadores de negócios insuficiente, a direção do banco voltou atrás. Desistiu de modificar os critérios de pontuação dos operadores, definindo como válidas as regras vigentes em março também para os meses de abril, maio e junho. Mas, os operadores já se preparam para um novo processo de mobilização, caso o banco volte a aplicar, em julho, o mesmo método para o cálculo de metas que rebaixou o desempenho de mais de 70% dos operadores de negócios para insuficiente.

A decisão de voltar atrás na pontuação de abril, maio e junho foi anunciada em reunião realizada no dia primeiro de junho, após a mobilização dos Operadores de Negócios, que passaram a vestir roupas pretas e usar adesivos com os dizeres "Nossa Dignidade não é Negócio". Os protestos seguiram com dois atos públicos, realizados em frente ao edifício-sede, com carro de som e distribuição do jornal "Nossa Voz". A reunião envolveu a direção do banco, a Federação dos Bancários, o Sindicato de Porto Alegre e cerca de 70 operadores de negócios da região metropolitana, e formalizou a abertura do processo de negociação das reivindicações atualizadas dos operadores. Na ocasião, os bancários entregaram ao presidente do banco, Fernando Lemos, e ao diretor de RH, Gilberto Capoani, as propostas sistematizadas nas reuniões regionais, durante o mês de maio.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
e-mail: bancax@bancax.com.br
Filiado à: FEEB/RS, CUT, CNB/CUT, Dieese e Diap
Fundado em 24 de Outubro de 1935

Coordenadores de Secretarias:

Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização

Ademar Henrique Bellini - (ahb@bancax.com.br)

Secretaria de Movimentos Sociais

Alexandre Rizzi - (arizzi@bancax.com.br)

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Nelson Antônio Beber - (nbeber@bancax.com.br)

Secretaria de Formação

Ariovaldo Adão Filippi - (ari@bancax.com.br)

Secretaria de Organização e Política Sindical

Pedro Justino Incerli - (incerli@bancax.com.br)

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

Daniela Finker - (daniaf@bancax.com.br)

Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho

Vilmar José Castagna - (caslagna@bancax.com.br)

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Coordenação: Ademar Henrique Bellini

Edição: Heloisa Mezzalana - Quinta Essência Comunicação & Marketing

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro

Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design

Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Acesse www.cnbcut.com.br e www.bancnet.com.br - onde você tem notícia nova a toda hora.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro

Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310

Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 223.2405

e-mail: bancax@bancax.com.br

Definido calendário da campanha salarial 2005

A campanha salarial já tem cronograma definido tanto em nível estadual como nacional. A conferência estadual dos trabalhadores do ramo financeiro está marcada para o dia 10 de julho

(domingo), após os encontros por bancos, que acontecem no dia 9 (sábado), em Porto Alegre. Até lá, acontecem as reuniões e plenárias preparatórias.

CALENDÁRIO ESTADUAL

Até 30 de junho: Assembléias, reuniões e plenárias com a categoria, para avaliar a campanha de 2004, elaborar propostas de estratégias, eixos, reivindicações, etc. a serem apresentados nos encontros e Conferência Estadual, que deliberará os temas importantes para a Campanha Salarial de 2005.

02 de julho: Encontro Estadual da Trabalhadora Bancária

07 e 08 de julho: Encontro Estadual sobre Saúde do Trabalhador Bancário

09 de julho: Encontros por bancos (BB, Caixa, Banrisul e Privados)

10 de julho: Conferência Estadual dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

CALENDÁRIO NACIONAL

22 de junho: Dia Nacional de Luta contra a privatização dos bancos federalizados e estaduais.

13 de julho: Encontro Nacional de Saúde

14 de julho: Encontro Nacional de Jovens

15 de julho: Encontro Nacional de Mulheres

16 e 17 de julho: Encontro Nacional de Bancos (B.B., Caixa, Privados e estaduais, federalizados e regionais)

30 e 31 de julho: 7ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

11 de agosto: entrega da minuta de reivindicações à Fenaban - Federação Nacional dos Bancos

CUT preocupada com segurança

Preocupada com a falta de segurança que impera no estado, a CUT-RS, em conjunto com entidades ligadas à segurança pública e à área de direitos humanos, promove, no dia 1º de julho, uma audiência pública para apontar os problemas relacionados à segurança pública e, apresentar propostas para solucioná-los. A

audiência acontece no salão da igreja Pompéia, em Porto Alegre, e será precedida de três seminários regionais nas cidades de Caxias do Sul, Santa Maria e Pelotas.

Além do cidadão comum, a insegurança tem feito vítimas em agências bancárias, casas lotéricas e entre os taxistas. Levantamento feito pelo Sindicato dos Bancários

de Porto Alegre e Região registra nove mortes de bancários entre junho de 2004 e maio de 2005. Foram 120 assaltos no período. Outra categoria que convive com medo é a dos taxistas. Em 2003, cinco trabalhadores foram mortos e até maio deste ano já foram assassinados três taxistas.

Justiça

Banespa tem de indenizar bancária por danos morais

O empregado não pode ser ofendido por não atingir as metas fixadas pelo empregador. Com base neste entendimento, os juizes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP) condenaram o banco Banespa S.A. a pagar indenização no valor de R\$ 24 mil a uma ex-funcionária, que foi obrigada a colocar uma tartaruga de brinquedo em cima da sua mesa de trabalho, por não ter cumprido as metas fixadas. Além disso, o gerente apelidou a funcionária de "Magda", em alusão à personagem da TV, e afirmava que ela deveria "parar de comer bananas".

Condenado pela vara, o Banespa recorreu, sustentando que a Justiça do Trabalho não é a adequada para julgar danos morais, e que não houve dano à honra. Já, a vítima recorreu, pedindo aumento no valor da indenização, que permaneceu inalterado.

Sindicato reivindica isenção de tarifas para funcionários do Bradesco

Depois de conseguir a isenção da anuidade do cartão de crédito, o Sindicato dos Bancários de São Paulo apresentou à direção do Bradesco uma proposta para a isenção de tarifas bancárias para os funcionários. Oito itens fazem parte da pauta, que pode beneficiar 73 mil trabalhadores.

Atualmente, todo bancário paga R\$ 6,90 pela tarifa de manutenção de conta corrente, R\$ 1 por acesso ao Fone Fácil com

operador, e 2,10% de juros no crédito pessoal sendo que o custo de captação é de 1,36%. O sindicato propôs a isenção das tarifas de manutenção, do saque no auto-atendimento a partir da 20ª operação (atualmente, a cobrança se dá a partir da 6ª), de operações de transferência no auto-atendimento a partir da 20ª operação (atualmente, a cobrança se dá a partir da 9ª), de operação de crédito no cheque especial (hoje, são cobrados R\$ 18),

de um talão de cheques compensados por mês (hoje, o banco cobra R\$ 0,35 por folha compensada) e de dez acessos/mês para o Fone Fácil.

A proposta inclui ainda a redução da taxa de juros do cheque especial de 5,9% para 2% ao mês e a abertura de discussão sobre empréstimo consignado, desde já, isentando os bancários da taxa de cadastro, que hoje é de R\$ 25.

TST admite que HSBC investigue e-mail

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito do empregador de obter provas para justa causa, a partir do rastreamento do e-mail de trabalho do empregado. O procedimento foi adotado pelo HSBC Seguros Brasil S.A, depois de tomar conhecimento que um funcionário utilizou o correio eletrônico corporativo para envio de fotos de mulheres nuas aos colegas. Em julgamento de um tema inédito no TST, a Primeira Turma decidiu, por unanimidade, que não houve violação à intimidade e à privacidade do empregado e que a prova assim obtida é legal. O empregador pode exercer, "de forma moderada, generalizada e impessoal", o controle sobre as mensagens da caixa de e-mail por ele fornecida, estritamente com a finalidade de evitar abusos, disse o relator, ministro João Oreste Dalazen.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

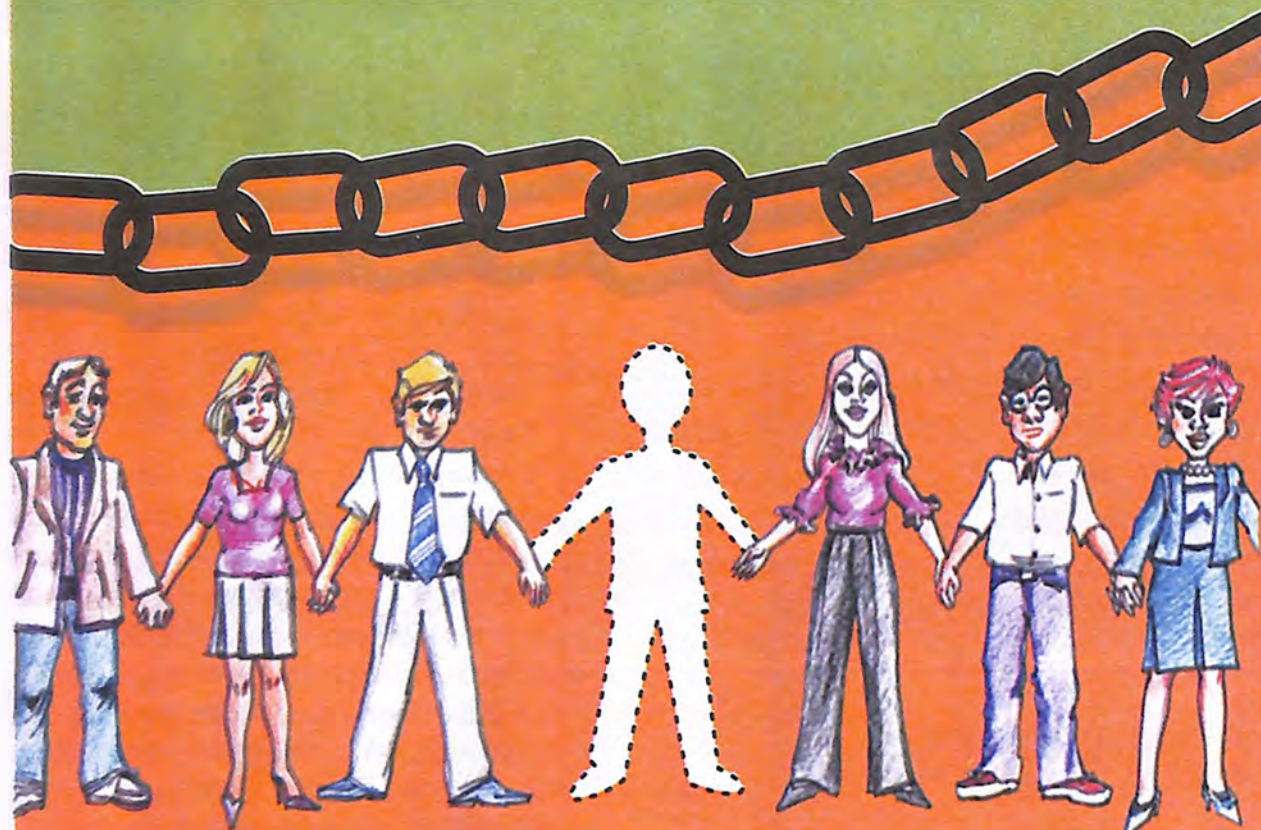
Pelo presente edital, convoco todos os associados deste Sindicato, quites com a tesouraria, para uma sessão de assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 28 de junho de 2005, na sede do Sindicato, a rua Borges de Medeiros, 676, em primeira convocação às 17h, e, em segunda convocação, às 18h, a fim de ser deliberada a seguinte ordem do dia:

Apreciação, aprovação ou não do Relatório Financeiro e Administrativo do exercício de 2004 com o parecer do Conselho Fiscal.

Caxias do Sul, 03 de junho de 2005

Pedro Justino Incerti - Coordenador da Secretaria de Organização e Política e Sindical
Daniela Finker - Coordenadora da Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

SINDICALIZE-SE



Abrace essa idéia

**ASSOCIE-SE ATÉ 20 DE AGOSTO E
CONCORRA A PRÊMIOS**

Para participar do sorteio, os atuais sócios precisam se cadastrar e os novos sócios devem preencher uma ficha de inscrição. Ao entregar a ficha no Sindicato, você vai receber uma cautela para concorrer aos prêmios, cujo sorteio acontece no dia 24 de agosto de 2005, pela extração da Loteria Federal

O prazo de entrega das fichas encerra-se em 20 de agosto de 2005

1º TV Philco 29" Real Flat mod. 2922 Tela Totalmente Plana

2º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

3º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

4º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

5º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Filiado à



Porque se associar ao Sindicato?

Porque sozinhos, dispersos, não temos força para enfrentar a ganância dos banqueiros. Todas as conquistas da categoria, como as gratificações, o direito à jornada de seis horas, auxílio alimentação e auxílio creche, só para citar alguns, são fruto do espírito de união e da luta organizada através dos sindicatos.

Precisamos preservar estes e outros direitos alcançados, e também avançar em novas conquistas, pressionando os bancos para que garantam salário e condições de trabalho dignas àqueles que trabalham para que eles obtenham os seus lucros exorbitantes. Com a campanha salarial unificada, retomada no ano passado, ganhamos nova força, e não podemos desperdiçá-la. Hoje, mais do que nunca, precisamos de um Sindicato forte e atuante, capaz de incorporar a luta dos bancos públicos e privados pela preservação dos direitos adquiridos, melhores salários e condições de trabalho. Junte-se a nós!

Conquistas

- . Jornada de 6 horas
- . Vale refeição
- . Cesta alimentação (cheque rancho)
- . Gratificação semestral
- . Reajustes salariais
- . Piso salarial
- . Auxílio creche/babá
- . Participação nos Lucros e resultados (PLR)
- . Complementação salarial em acidente de trabalho

Serviços prestados aos sócios

Assistência Odontológica: na sede do Sindicato, em Caxias do Sul, e em consultórios de profissionais credenciados nas cidades da base territorial da entidade.

Convênios: descontos e facilidades para pagamento em 115 prestadores de serviços e estabelecimentos comerciais conveniados.

Assistência Jurídica: consulta gratuita e a descontos especiais, tanto em causas trabalhistas como cíveis. Em ações trabalhistas, os associados pagam entre 5% e 10% da tabela da OAB, sendo que nas cíveis o pagamento é de 50% da tabela.

Sede campestre: 5 hectares de área verde, próxima da área central de Caxias do Sul, com lago, cancha de Futebol Sete, quiosques com churrasqueiras ao ar livre e um salão de festas com capacidade para 100 pessoas.

Sede social: instalada em prédio próprio, no centro da cidade, com auditório, biblioteca e memorial, consultório dentário, cozinha e um salão de festas.

Esporte e lazer: o Sindicato promove torneios esportivos para integração e lazer de seus associados.

Campeonato de Futsal 2005 inscrições abertas

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região está promovendo mais um campeonato de Futsal. Os jogos acontecerão no mês de julho, no ginásio da AABB, a partir das 19h30. As equipes podem ser formadas a partir de coligações entre mais de uma agência bancária. O prazo para as inscrições encerra-se no dia 28 de junho.

Participe! Esporte é saúde e integração.

Novos Convênios do Sindicato

Meglio Comércio de Automóveis

Descontos de 20% na mão de obra, 5% nas peças originais e 10% nas peças do mercado paralelo. Garantia de seis meses nos serviços executados. Convênio com seguradoras

Rua Atilio Andreazza, 3690. Fone: 229 5001

Giorgina Leni Batista (Psicóloga)

Desconto de 50% no valor da consulta

Rua Garibaldi, 603, sala 52. Fones: 20355952/ 99971718

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Ano 21

Nº 131

19 de Setembro de 2005

Filiado à



Pressão nos banqueiros

A informação da crise ou da desestabilização?

O combate de Lula aos grandes sonegadores



O outro lado de Fhc

As CPIs da Globo e da Abril

Daniel Dantas e os Fundos de Pensão

Discriminação em bancos do DF é denunciada à Justiça do Trabalho

Os casos de discriminação por raça, gênero e idade nos bancos do Distrito Federal serão agora analisados pela Justiça do Trabalho. Representantes do Ministério Público do Trabalho protocolaram no último dia 12, o ajuizamento de ações civis públicas contra os maiores cinco bancos da cidade, que têm atuação nacional: **Bradesco, Itaú, ABN-Amro Real, HSBC e Unibanco**. Integrantes do movimento negro fizeram manifestação em frente ao prédio do Foro Trabalhista do DF contra a discriminação.

As ações pedem liminarmente que os bancos deixem de discriminar, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. No julgamento definitivo, o MPT requer indenização de R\$ 30 milhões por danos morais causados a interesses coletivos, para que os bancos não criem e nem mantenham em seu quadro de pessoal diferenças de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade ou cor.

HSBC declara guerra ao movimento sindical em plena campanha salarial

O HSBC anunciou no último dia 8, a abertura de agências bancárias aos sábados nas cidades de Piracicaba, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, base da Feeb SP/MS. A medida foi tomada pelo banco em meio ao processo de negociações da campanha salarial dos bancários, cuja pauta contém cláusula que expressa a contrariedade com o trabalho aos finais de semana.

Diante dos rumores sobre a possibilidade de abertura aos sábados, os diversos fóruns da categoria foram contrários à medida, como o Encontro Nacional de Bancos Privados, reunião da Comissão de Organização dos Empregados no mês de agosto e a 7ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada em julho.

Consultas também foram feitas pelas entidades sindicais aos funcionários do HSBC, que não aceitaram a medida. A CNB/CUT enviou correspondência no dia 20 de agosto à direção do banco, em Curitiba, solicitando a revisão da implantação do horário estendido, padronizando seu funcionamento entre 9h e 17 com a contratação de mais funcionários e a criação de dois turnos de trabalho. Na mesma correspondência, a CNB reitera a rejeição à abertura aos sábados.

“É um absurdo que o movimento sindical mais uma vez seja surpreendido pelo anúncio de uma medida de tal gravidade por meio da grande imprensa, sendo que o banco já sabe que em sua quase totalidade, é contrário”, acusa Miguel Pereira, secretário de Imprensa da CNB/CUT. Ele contesta ainda a argumentação do HSBC de que seria contratada nova equipe para o trabalho aos sábados. “Quem vai abrir e fechar as agências? O responsável por elas não irá trabalhar? E o cofre? E mais, todo o trabalho de sábado será processado na segunda, sobrecarregando ainda mais aqueles que trabalham durante a semana”.

Serra “doa” orçamento e contas ao Itaú

Com a suspensão da liminar do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o prefeito tucano José Serra realizou no dia 5 deste mês, o pregão transferindo para bancos privados o orçamento público da Prefeitura e as contas dos servidores, hoje administrados pelo Banco do Brasil. Somente dois bancos se inscreveram para participar do pregão: o **Bradesco e o Itaú**.

O Itaú levou a melhor e por irrisórios R\$ 1,5 milhão (bem menos do que os R\$ 4 milhões “investidos” na campanha eleitoral do prefeito José Serra, dados do TSE) ganhou o direito de administrar o caixa da Prefeitura - cerca de R\$ 13 bilhões por exercício pelos próximos anos. Também ganhou as contas dos servidores municipais - cerca de 220 mil, que agora serão obrigados a receber pelo banco, compulsoriamente. O valor da venda das contas custou ao banco R\$ 510 milhões. Ao Bradesco sobrou a conta dos fornecedores, com lance único de R\$ 19 milhões.

Professor analisa a crise política brasileira

“Sendo a uma só vez, divulgadores e vulgarizadores da crise brasileira os meios de comunicação a distorcem. A grande imprensa vem contando esta história com uma forte marca moralista. Como se fosse um conflito entre indivíduos éticos e os indivíduos corruptos, quando na verdade o que estamos vivendo é uma crise que, além de ameaçar a governabilidade de Lula, colocando a nu todo o sistema político.” É o que afirma o professor Francisco Fonseca da Universidade Católica de São Paulo em entrevista concedida ao jornal argentino Página/12, no dia 14 de agosto de 2005.

O resultado desta crise depende do “jogo que jogam os meios”, afirma o catedrático, autor do livro *Consenso Forjado*. Francisco Fonseca desde os anos 80 quando o Brasil iniciou sua transição para a democracia estuda a relação da política

e os meios de comunicação.

Apesar dos partidos políticos serem relativamente débeis ou pouco representativos, “os meios de comunicação são verdadeiros partidos políticos que atuam como os intelectuais orgânicos do sistema, querendo impor a pauta da agenda política e pressionam o governo para que se comporte de forma dócil diante de suas imposições”. Diz que os meios não podem ser acusados de montar uma conspiração para derrubar o Lula, porque a crise que o governo vive vem de dentro, primeiro com as denúncias de Roberto Jefferson, que era um aliado.

Observando o conjunto da imprensa, ela não é nada favorável ao presidente. A espetacularização da crise política também tomou conta da imprensa escrita. E observa “somente três presidentes civis concluíram seus mandatos em 60 anos.”.



Os muros tem a palavra

A burguesia, só
tem o prazer de
degradar a todos

Faculdade de Direito Assas, Paris, 1968

Quando a assembléia
nacional se converte num
teatro burguês, todos os
teatros burgueses devem
converter-se em assembléias
nacionais

Hall de entrada Odeón, Paris, 1968

Voz do Bancário

vozdobancario@bancax.com.br

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

e-mail: bancax@bancax.com.br

Filiado à FEEB/RS, CUT, CNB/CUT, Dieese e Diap

Fundado em 24 de outubro de 1935

Coordenadores de Secretarias:

Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização

Ademar Henrique Bellini - (ahb@bancax.com.br)

Secretaria de Movimentos Sociais

Alexandre Rizzi - (arizzi@bancax.com.br)

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Nelson Antônio Bebbber - (nbebbber@bancax.com.br)

Secretaria de Formação

Arioaldo Adão Filippi - (ari@bancax.com.br)

Secretaria de Organização e Política Sindical

Pedro Justino Incerti - (incerti@bancax.com.br)

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

Daniela Finker - (danielf@bancax.com.br)

Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho

Vilmar José Castagna - (castagna@bancax.com.br)

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Coordenação: Ademar Henrique Bellini

Jornalista Responsável: Paulo Cesar Ribeiro (MTb 9010)

Redação: Paulo Cesar Ribeiro e Adriene Antunes

Diagramação: Alexandre Masotti

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares

Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos, Veranópolis.

Artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Capa: Ilustração baseada na revista CJR, jul-ago/2005

Acesse www.cnbcut.com.br e www.bancnet.com.br - onde você tem notícia nova a toda hora.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro

Caxias do Sul - Rio Grande do Sul

Cep 95020-310

Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 223.2405

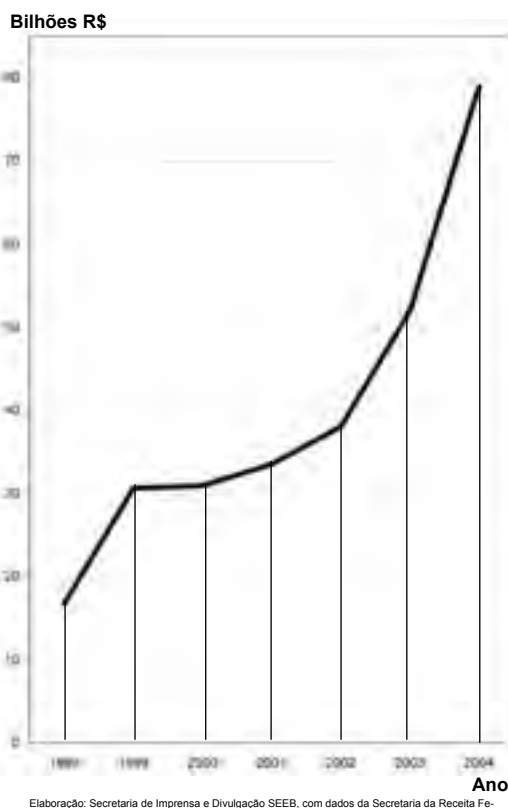
e-mail: bancax@bancax.com.br

Governo Lula aperta o cerco contra grandes sonegadores

Autuações da Receita, em 2004, correspondem a mais de três vezes o lucro de todo sistema financeiro brasileiro no mesmo período

As mais de 59 mil autuações fiscais de impostos realizadas pela Secretaria da Receita Federal em 2004 totalizaram R\$ 78,946 bilhões, representando crescimento de 52% em relação ao ano anterior e 107,4% se comparado a 2002. Em 1998, a autuação fiscal foi de R\$ 16,8 bilhões, um valor ridículo e, curiosamente, o ano que Fernando Cardoso buscava sua reeleição. A elevação dos números reflete o compromisso do governo Luis Inácio Lula da Silva de combate à sonegação de tributos, ocasionando uma oposição frontal de entidades das classes empresariais. O foco do governo tem sido as grandes e médias companhias. A recente prisão efetuada pela operação conjunta da Receita e Polícia Federal, da dona da boutique Daslu, Eliana Tranchesi, incomodou a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), isto porque esta prisão representa a perda da imunidade penal de uma classe com projeção social e poder político.

Apesar do aumento da repressão à sonegação, o atual secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, diz que um dos principais problemas enfrentados pela sua secretaria é a lentidão dos processos administrativos, que podem demorar até quatro anos e representa cerca de R\$ 80 bilhões de créditos que estão em litígio. Historicamente, cerca de 22% dos valores autuados são pagos pelos contribuintes, chegando perto de 50%, quando são incluídos os valores encaminhados à Dívida Ativa da União. Para o Ministério Público, as leis que tratam de crimes tributários estimulam a impunidade. Na Lei do Paes, por exemplo, o empresário pode quitar seus débitos de forma integral e se livrar de punições, mesmo após ter sido condenado pela justiça. A Medida Provisória 232, inviabilizada no Congresso Nacional pela oposição, contemplava mudanças para agilizar a cobrança dos processos administrativos. Segundo informações do mercado a Companhia de Bebidas da América (Ambev), empresa controlada por capitais ho-



landeses, sofreu uma multa de da Receita Federal no valor R\$ 3,01 bilhões por não recolher o IR sobre lucros obtidos em operações na América Latina.

Conselho de Contribuintes

O entendimento do Superior Tribunal Federal (STF), de que não há crime tributário antes de esgotado o processo administrativo da Receita, é um fator que beneficia os sonegadores, levando o Procurador da República, Celso Antônio Trêz, a afirmar que “se o STF fosse a Suprema Corte dos Estados Unidos à época, jamais o gangster Al Capone estaria sido preso. Estaria aposentado muito antes de ser sequer acionado in judicio, ainda sub judice do Conselho de Contribuintes”.

Já é tempo de extinguir o Conselho de Contribuintes que beneficia os que cometem crimes de sonegação fiscal. Os mesmos devem responder após autuação do fisco perante a Justiça.

O presidente da Associação Comer-

cial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, ligado ao PFL, líder do movimento que derrubou a MP 232 e opositor ferrenho da Super Receita, convidou o réu confesso em operação de caixa 2, deputado Roberto Jefferson (PTB) cassado pela Câmara dos Deputados no dia 14, por falta de decoro parlamentar, para uma palestra na entidade empresarial. Sintomaticamente, o setor do comércio é recordista em multas sofridas nos primeiros sete meses deste ano, R\$ 6,96 bilhões, um crescimento de 242,1% sobre igual período do ano anterior.

RBS: Conselho derruba autuação da Receita Federal

O Conselho de Contribuintes derrubou a autuação fiscal em que a Receita Federal apontou supostos planejamentos tributários. Os conselheiros entenderam se a operação é legal e existiu de fato, não podem ser objeto de autuação.

Segundo o jornal *Valor Econômico*, de 22 de novembro de 2004, a fiscalização autuou a empresa RBS Participações S.A. em operações que ela considerou como “blue chips swaps”. A Receita alegou que a empresa, antiga Caboparbs Participações S.A., adquiriria, em empréstimo, notas do tesouro dos Estados Unidos (T-Bills) de uma de suas empresas controladas, a Caboparbs Ltd, com sede no paraíso fiscal das Ilhas Cayman.

A empresa brasileira, diz a autuação,

vendia os títulos a outras empresas do país e recebia valores em reais como pagamento. O pagamento do mútuo era feito com outros títulos ou por depósito em reais em contas CC-5, diretamente efetuado pela Caboparbs Participações S.A. em nome de sua controlada Caboparbs Ltd. Como todas as operações eram feitas no mesmo dia, a fiscalização entendeu que o mútuo e a venda dos títulos representavam operações de câmbio e, por isso, deveriam ser tributadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Ficha processual dos grandes grupos de mídia

A Receita Federal tem autuado várias empresas de comunicação bastando para acompanhar o andamento processual consultar www.conselhos.fazenda.gov.br pesquisando pelo nome das mesmas.

Algumas empresas: Abril S.A., Abril Vídeo da Amazônia, Editora Abril Jovem, S.A. Correio Braziliense, Empresa Jornalística Caldas Júnior, Empresa Folha da Manhã (editora da Folha da S. Paulo), Gazeta de Alagoas, Globo Cochrane Gráfica, MTV Brasil, S.A. O Estado de São Paulo, Rádio e Televisão Record, RBS Administrações e Cobranças Ltda, RBS Participações, TV Globo Recife, TV Globo Ltda e Zero Hora Jornalística.

Segundo especialistas, o conselho de contribuintes tende a ser favorável as empresas.

RS

Receita Estadual afrouxa o cerco contra sonegação

A partir da posse do governador Germano Rigotto, os valores das autuações de crimes de sonegação fiscal e contra a ordem tributária, enviadas na forma de notícias crime ao Ministério Público, têm sofrido uma significativa redução nos anos de 2003 e 2004 em relação aos dois últimos anos do governo Olívio Dutra (2001 e 2002).

Conforme dados da Secretaria da Fazenda, através do Departamento de Receita Pública Estadual, nos dois últimos anos do governo Olívio Dutra foram enviados 1005 autuações no valor de R\$ 494,6 mi-

lhões. Nos dois primeiros anos do governo Germano Rigotto, as autuações foram em número de 450, com um valor de R\$ 221,9 milhões.

O procedimento é um importante instrumento para combater a evasão fiscal e incrementar a arrecadação do ICMS, haja vista o aumento da percepção de risco pelo contribuinte, até mesmo pela possibilidade de instauração de ação penal. Nos últimos seis anos foram enviados 2.862 autos de infração ao Ministério Público, que somam entre ICMS, multas e juros, quase R\$ 1,5 bilhão.

Quadro comparativo na autuação aos sonegadores de tributos executado no âmbito da Secretaria da Receita Federal

SETOR ECONÔMICO	ANO		VARIAÇÃO (%)
	2002	2004	
	Em bilhões de Reais (R\$)		2004/2002
Comércio	4,66	8,00	71,6
Prestação de Serviços	3,35	15,42	360,2
Indústria	8,78	31,03	253,4
Transportes	1,85	0,69	-62,8
Construção Civil	1,20	0,59	50,8
Serviços, Tel., Energia e Água	0,74	1,58	135,1
Serviços Financeiros	7,11	5,86	-17,6
Outros Setores	35,56	2,11	15,3
TOTAL PESSOA JURÍDICA	35,56	75,13	112,7
TOTAL PESSOA FÍSICA	2,48	3,81	53,6
TOTAL GERAL	38,05	78,94	107,4

Elaboração: Secretaria de Imprensa e Divulgação SEEB, com dados da Secretaria da Receita Federal

Notícias-crime de sonegação enviadas ao MP pela Receita Estadual

Ano	Autos de Infração Encaminhados	Valores Totais (milhões de R\$)
2001	531	354,0
2002	474	140,6
2003	226	105,2
2004	224	116,7

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

Os donos da mídia

Bases do poder econômico e político constituído a partir das redes de televisão no Brasil

Dominando o mercado de TV de US\$ 3 bilhões, seis redes privadas nacionais, através de 138 grupos afiliados, controlam 668 veículos (TV, rádios e jornais), instrumentos de poder regional e nacional.

Em meados da década de 60, sob a forma de operação em redes nacionais, a TV brasileira disparou com o destino das verbas de mídia. A crescente importância econômica do meio corresponde à influência política e cultural. Em torno de grupos “cabeça-



de-rede” (empresas geradoras da programação nacional das redes) passam a orbitar dezenas de grupos afiliados (empresas regionais que, basicamente, transmitem a programação das geradoras).

Com o respaldo das redes, estes grupos fortalecem suas operações regionais. Os demais veículos destes grupos beneficiam-se da TV assim como a impulsionam.

Fonte: Epcom Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação

Jornais brasileiros de maior circulação

Jornal	Empresa	Tiragem		Variação (%)
		2001	2004	
Folha de São Paulo	Empresa Folha da Manhã	399.654	307.703	-23,01
O Globo	Infoglobo Comunicações Ltda	296.272	257.451	-13,11
Extra	Infoglobo Comunicações Ltda	300.348	243.357	-18,98
O Estado de São Paulo	S/A O Estado de São Paulo	341.300	233.471	-31,60
Zero Hora	Zero Hora Editora Jornalística S/A	167.940	170.367	7,39
Correio do Povo	Empresa Jornalística Caldas Jr.	193.741	176.377	-8,97
O Dia	Editora O Dia S/A	243.741	171.195	-29,77
Diário Gaúcho	Zero Hora Editora Jornalística S/A	145.045	137.947	-4,90
Gazeta Mercantil	Editora JB S/A	127.780	88.597	-30,67

Fonte: Associação Nacional de Jornais/ANJ

Circulação dos jornais em queda livre

As vendas dos maiores jornais do país vem caindo desde os últimos dez anos. A constatação é da revista Meio e Mensagem. A Folha de São Paulo, por exemplo, chegou a vender 606 mil exemplares/dia em 1995. Hoje este número gira em torno de 308 mil, o que representa uma queda de quase 50% na circulação.

Outro caso é o jornal O Estado de São Paulo. Em três anos, o veículo teve uma queda acentuada de 31,60% em sua circulação, reduzindo em 108 mil o número de exemplares vendidos (ver quadro acima). Nem a atual crise política fez aumentar a circulação de jornais e revistas.



Foto: Divulgação

Temos diversos e curiosos Relógios, e outros que desenvolvem Movimentos Alternativos...E temos também Casas de Ludibriar os Sentidos, com os quais realizamos toda espécie de Manipulações, Falsas Aparições, Ilusões e Imposturas...Tais são, meu filho, as riquezas da Casa de Salomão.

Francis Bacon, *New Atlantis*, ed. Rawley, London, 1627, pp. 41-42

Gostaria de saber como a elite consegue controlar a mídia? Pergunta um estudante norte-americano ao linguista e professor aposentado do MIT Noam Chomsky. Eis sua resposta:

Como é que ela controla a General Motors? A pergunta não tem razão de ser. A elite não precisa de controlar a General Motors uma vez que é sua proprietária.

Noam Chomsky, *Les médias et les illusions nécessaires*, Edition K films, Paris, 1993, p.39

Calcula-se, hoje, que oito grupos controlam 80% de tudo o que é visto, ouvido e lido nos meios de comunicação brasileiros:

- **A família Marinho** detém a empresa de participações Globopar. TV Globo, com 119 emissoras em sua rede, os jornais O Globo, Extra e o Diário de São Paulo. É dona da revista Época, a terceira maior em circulação do país. Possui um dos portais mais acessados da internet (Globo.com), a produtora de cinema (Globofilmes), editora (Globo); gráfica (Globo Cochrane), gravadora (Som Livre), dezenas de emissoras de rádio FM e AM, incluindo a rede CBN, e um sistema de produção de canais para TV a Cabo (GloboSat). Participação na distribuição de programas de televisão (Net) e a RTP, canal de TV em Portugal.

- **A família Sirotsky**, detém o monopólio dos meios de comunicação no sul do país. É dona de seis jornais: Pioneiro, Zero Hora, Diário Gaúcho, Diário de Santa Maria, Diário Catarinense e Jornal de S. Catarina. Possui 24 emissoras de rádio (AM/FM), dentre elas a Gaúcha e Farroupilha. Televisão: afiliada da rede Globo, canal aberto; Canal Rural; TV Caxias e mais 18 canais.

- **A família Civita** é dona do Grupo Abril que edita as revistas Veja, Exame, Playboy, Caras, Capricho, Contigo e outros 40 títulos; a Abril Vídeo. Televisão: MTV Brasil, subsidiada da ViaCom/CBS; TVA canal fechado e TeveCap de Brasília. As editoras de livros didáticos Ática, Sicipione que tem 50 % da fonte de receita o setor governamental, o que representa 36% dos gastos do governo. Uma distribuidora de revistas, a Dinap e ex-sócia do portal UOL. Fazem parte de seu Conselho de Administração, o presidente do ABNAMro, Fábio Barbosa e Marcel Telles, co-presidente da Ambev, dentre outros.

- **A família Frias** possui jornal Folha de São Paulo; o Data Folha instituto de pesquisas; UOL maior provedor de acesso em língua portuguesa; uma agência de notícias, a Agência Folha. A Portugal Telecom adquiriu 21,09% do controle da holding Folha-UOL S.A., em janeiro. Vendeu 49% das ações da Plural Editora e Gráfica ao grupo norte-americano Quad Graphics, em 1997. Segundo o jornalista Alberto Dines, “os acionistas da empresa Folha da Manhã (que edita o diário Folha de São Paulo), tem uma dívida de gratidão” com o político Paulo Maluf. “Motivo: concedeu-lhes o privilégio de explorar por muitos anos a antiga estação rodoviária do centro paulistano. Algo equivalente a uma fábrica de dinheiro que deu a empresa editora do jornal uma sólida base financeira”.

- **A família Abravanel (Sílvio Santos)** controla a segunda rede de emissoras de televisão do país, o SBT, com 58 geradoras, e atua no sistema financeiro através do controle do banco comercial PanAmericano, além de possuir distribuidoras de valores, cartão de crédito, seguradora e outros empreendimentos em diferentes setores da economia.

- **A Igreja Universal**, do Bispo Edir Macedo, é proprietária da terceira maior rede de TV do país, a Record (37 emissoras) e de outras emissoras como a Rede Mulher e a Rede Família. Detém também o semanário Folha Universal.

- **A família Mesquita** são proprietários dos jornais O Estado de S.Paulo e Jornal da Tarde; Rádio Eldorado; Agência Estado e de uma emissora de televisão no Maranhão.

- **A família Saad** controla a Rede Bandeirantes, com 43 emissoras de TV vinculadas e as emissoras da Rádio Bandeirantes e detém ainda o Canal 21.

Uma média quebrada

A mídia brasileira enfrenta uma das maiores crises de sua história. Estima-se que a dívida do setor gire em torno de R\$ 10 bilhões. Em grande parte fruto da incompetência de seus proprietários, querendo ingressar em outros setores, como por exemplo, por ocasião da privatização das telecomunicações.

A Globopar, holding das Organizações Globo, somente conseguiu reestruturar sua dívida externa, de cerca de US\$ 1,3 bilhão, no último mês de julho. A empresa encontrava-se em moratória desde 2002. A dívida total atual é de R\$ 6,83 bilhões, sendo R\$ 4,98 bilhões de curto prazo, conforme o balanço do primeiro semestre. Pagou parte da dívida com a venda da televisão a cabo NET para a Telmex, do empresário mexicano Carlos Slim Helú.

A RBS reestruturou sua dívida externa de US\$ 125 milhões, através de uma

operação de troca de papéis, e de mais um terço deste valor junto a quatro bancos: **Banrisul, Bradesco, Unibanco e ABN Amro**, em julho do ano passado.

O Grupo Abril tinha uma dívida, no final de 2004, de R\$ 757 milhões. Em abril deste ano refinanciou 68 % do valor, assessorada pelo **J P Morgan**, correspondendo à R\$ 486 milhões, sendo seus principais credores o **Banco do Brasil, Bradesco, Safra, Unibanco** e o próprio **J P Morgan**.

Segundo dados do ano passado, divulgados pela revista *Carta Capital*, a empresa Folha da Manhã (grupo Folhas, Uol e gráfica Plural) tinha uma dívida de R\$ 290 milhões. O grupo de comunicação "Estado" possuía também uma dívida no mesmo valor: R\$ 290 milhões.

O grupo TV Bandeirantes, R\$ 300 milhões. O SBT, R\$ 113 milhões e a Rede TV, R\$ 90 milhões.

Coronelismo eletrônico

De acordo com a Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), do total de 81 senadores, 36% estão ligados a veículos de comunicação, sendo 14 dos 17 senadores do PFL, 11 dos 23 senadores do PMDB e 8 dos 11 senadores do PSDB.

Segundo pesquisa realizada entre 1999 e 2001, foram outorgadas 3315 concessões para exploração de sinal no país e 77,6% delas beneficiaram políticos: 37,5% para filiados do PFL, 17,5% para os do PMDB, 12,9% para o PPB (PP), 6,3% para o PSDB e 3,8% para o PDT.

Em algumas regiões do país, o domínio político dos meios de comunicação é condição fundamental para manter a hegemonia de grupos e de oligarquias. Isso se dá com nitidez no Norte e Nordeste.

Entrada do capital estrangeiro na mídia

O presidente Fernando Henrique Cardoso, no apagar das luzes de seu governo, dia 20 de dezembro de 2002, 181º da Independência, e 114º da República, sancionou a Lei nº 10610, convalidando a Medida Provisória nº 70 de 1º de outubro do mesmo ano. Por sinal, às vésperas das eleições presidenciais. A mudança prevê a presença de capital estrangeiro nas empresas de comunicação até o limite de 30%, que anteriormente era proibido.

Tal alteração permite a ingerência direta de capitais privados e indireta de governos estrangeiros, representando uma ameaça à cidadania, à soberania do país e ao pluralismo, fundamentos da República, facilitando ainda mais a invasão cultural alienígena.

Diga-se que no Congresso Nacional, de uma hora para outra, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 203B/95 que modifica o artigo 222 da Constituição, adquiriu uma velocidade de cruzado, atendendo aos interesses dos donos da mídia.

Robert Civita, dono da editora Abril e presidente da Aner (Associação Nacional dos Editores de Revista), foi um dos mais empenhados em conseguir a modificação da Lei. O guloso empresário queria que a participação estrangeira chegasse aos 49%.

Para o ensaísta estadunidense, Herbert I. Schiller: "Uma nação cujos meios de comunicação de massa são dominados pelo estrangeiro não é uma nação".

A Abril faz o que for preciso para expandir seu império, se for preciso derrubar um artigo da Constituição, alterar leis ou políticas. Ela usa suas publicações para gerar pressão.

Gilberto Maringoni, jornalista, chargista e doutorando em História da Imprensa

A indústria da comunicação

Atividades	Pessoal Ocupado	Receita Bruta (R\$ milhões)
Pesquisa de Mercado e Opinião	7.083	774
Publicidade	68.351	4.733
Serviços Fotográficos	75.288	601
Emissoras de Rádio	31.722	1.065
Emissoras de TV	42.038	10.666
Jornais, Revistas e Publicações	134.477	16.189
Totais	354.959	33.031

Fonte: IBGE/ Pesquisa Anual de Serviços /2002

Seis redes privadas dominam no segmento de TV, vinculando-se a 372 outros veículos (emissoras de rádio e jornais)

A TV e o rádio são as maiores e únicas fontes de informação para a maioria dos brasileiros

31 bilhões para conquistar mentes e corações



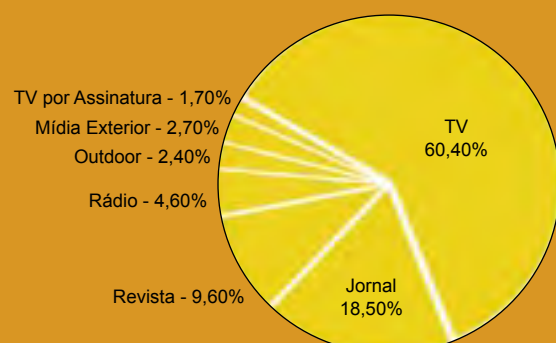
Fonte: Intermeios/Interscience

2003	(R\$ bilhões)
Propaganda	14,9
Promoção de Vendas	5,0
Eventos	2,3
Merchandising	2,0
Marketing Direto	1,9
Pesquisa de Mercado	1,7
Patrocínio	1,4
Internet (apenas publicidade)	0,9
Marketing Social	0,7
Outros	0,2
Total	31,0

Fonte: Interscience

Propaganda

15 bilhões alimentam os meios de comunicação



2003	(R\$ bilhões)
Investimento Bruto em Mídia	10,8
Valor Extrapolado ¹	12,0
Produção Comercial ²	2,8
Total	14,8

¹ Inclui os 10% do mercado não mensurado pelo projeto

² Produção comercial: 19%

Fonte: Projeto Intermeios

- A TV está presente em 87.7% dos domicílios
- 88% dos brasileiros ouvem rádio todos os dias
- 39% não lêem revista ou só têm acesso menos de uma vez por trimestre
- 48% não lêem jornal ou só têm acesso menos de uma vez por semana

Fonte: Anatel, Grupo de Mídia/SP e AcessoCom

O quinto poder

Ignacio Ramonet

Le Monde Diplomatique

O Observatório Internacional da Mídia é a nova arma cívica para enfrentar o novo superpoder dos grandes meios de comunicação de massa que impõem, em matéria de informação, uma única lógica – a do mercado – e uma única ideologia – a do pensamento neoliberal.

Há muitas e muitas e muitas décadas que a imprensa e os meios de comunicação representam, no contexto democrático, um recurso dos cidadãos contra os abusos dos poderes. Na realidade, os três poderes tradicionais – Legislativo, Executivo e Judiciário – podem falhar, se equivocar e cometer erros. Com maior frequência, é claro, nos Estados autoritários e ditatoriais, nos quais o poder político se torna o principal responsável por todas as violações de direitos humanos e por todas as censuras contra as liberdades.

Mas também são cometidos graves abusos nos países democráticos, embora as leis sejam democraticamente votadas, os governos eleitos por sufrágio universal e a justiça seja – em teoria – independente do poder executivo. Ocorre o fato de esta condenar, por exemplo, um inocente (como esquecer o caso Dreyfus, na França?); de o Parlamento votar leis discriminatórias para com determinadas categorias da população (foi o caso, nos Estados Unidos, durante mais de um século, em relação aos afro-americanos, e volta a ser, hoje, em relação a pessoas originárias de países muçulmanos com a edição do Patriot Act); de os governos adotarem políticas cujas consequências se revelarão funestas para todo um setor da sociedade (é o caso, atualmente, dos imigrantes “sem-documentos” em inúmeros países europeus).

Em tal contexto democrático, os jornalistas e os meios de comunicação consideraram, com frequência, ser um dever importante denunciar estas violações de direitos. Às vezes, pagaram caro por isso: atentados, “desaparecimentos”, assassinatos, como ainda se pode constatar na Colômbia, na Guatemala, na Turquia, no Paquistão, nas Filipinas e em outros países. Foi por este motivo que, durante muito tempo, se falou no “quarto poder”. Definitivamente, e graças ao senso cívico dos meios de comunicação e à coragem de jornalistas audaciosos, as pessoas dispunham deste “quarto poder” para criticar, rejeitar e resistir, democraticamente, às decisões ilegais que poderiam ser iníquas, injustas e até criminosas para com pessoas inocentes. Dizia-se, muitas vezes, que era a voz dos sem-voz.

Poder esvaziado

Nos últimos quinze anos, à medida que se acelerava a globalização liberal, este “quarto poder” se viu esvaziado de sentido, perdendo, pouco a pouco, sua função fundamental

de contrapoder. Ao se estudar de perto como funciona a globalização, ao observar como se desenvolveu um novo tipo de capitalismo – agora, não só industrial, mas, principalmente, financeiro, ou, resumindo, um capitalismo de especulação –, esta evidência chocante se impõe. Na atual fase da globalização, assiste-se a um confronto brutal entre o mercado e o Estado, entre o setor privado e os serviços públicos, entre o indivíduo e a sociedade, entre o íntimo e o coletivo, entre o egoísmo e a solidariedade.

O verdadeiro poder está atualmente nas mãos de um punhado de grupos econômicos planetários e de empresas globais cujo peso nos negócios do mundo inteiro parece, às vezes, mais importante do que o dos governos e dos Estados. São eles, os “novos senhores do mundo”, que se reúnem anualmente em Davos, no âmbito do Fórum Econômico Mundial, e que inspiram as políticas adotadas pela grande Trindade da globalização: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

É neste contexto geoeconômico que se produziu – no próprio coração da estrutura industrial – uma metamorfose decisiva do lado da comunicação de massa.

Existe hoje um confronto brutal entre o mercado e o Estado, entre o setor privado e os serviços públicos, entre o indivíduo e a sociedade

Os meios de comunicação de massa (rádios, imprensa, emissoras de televisão, Internet) se fundem, cada vez mais, em arquiteturas que se reproduzem, para constituir grupos de comunicação de vocação mundial. Empresas gigantes, como a News Corps, a Viacom, a AOL Time Warner, a General Electric, a Microsoft, a Bertelsmann, a United Global Com, a Disney, a Telefonica, a RTL Group, a France Telecom etc., dispõem, atualmente, de novas possibilidades de expansão devido às mudanças tecnológicas. A “revolução digital” rompeu as fronteiras que antes separavam as três formas tradicionais de comunicação: o som, a escrita e a imagem. Permitiu o surgimento e o avanço da Internet, que representa um quarto modo de se comunicar, uma nova maneira de se expressar, de se informar, de se distrair.

Empresas superpoderosas

A partir daí, as empresas de comunicação são tentadas a se constituir em “grupos” para reunirem todas as formas clássicas de comunicação (imprensa, rádio e televisão), mas também todas as atividades que poderiam ser chamadas de setores da cultura de massa, da comunicação e da informação. Três esferas que antes eram autônomas: de um lado, a cultura de massa, com sua lógica comercial, suas criações populares, seus objetivos basicamente mercantis; de outro, a comunicação, no sen-

tido publicitário, o marketing, a propaganda, a retórica da persuasão; e, finalmente, a informação, com suas agências de notícias, boletins de radiodifusão ou de televisão, a imprensa, as redes de informação contínua – em resumo, o universo de todos os jornais.

A globalização econômica é também a globalização da mídia de massa, da comunicação e da informação.

Essas três esferas, que antes eram tão distintas, foram se misturando pouco a pouco, até constituírem uma única esfera, ciclópica, na qual é cada vez mais difícil distinguir as atividades pertencentes à cultura de massa, à comunicação ou à informação¹

Além do mais, essas gigantescas empresas de mídia, esses produtores de símbolos em cadeia, multiplicam a difusão de mensagens de todo tipo, nas quais se misturam televisão, desenhos animados, cinema, videogames, CDs musicais, DVD, edição, aldeias temáticas do gênero Disneyland, esporte, espetáculos etc.

Em outras palavras, os grupos de mídia possuem atualmente duas características novas: em primeiro lugar, encarregam-se de tudo o que envolve texto, imagem e som e o divulgam por meio dos canais mais variados (jornais, rádios, televisões abertas, a cabo ou por satélite, Internet e por todo tipo de rede digital). A segunda característica: esses grupos são mundiais, planetários e globais – e não apenas nacionais e locais.

A mídia globalizada

Em 1940, num filme célebre, Orson Welles criticava o “superpoder” do Cidadão Kane (na realidade, William Randolph Hearst, o magnata da imprensa do início do século XX). Entretanto, comparado ao poder que os grandes grupos mundiais detêm atualmente, o poder de Kane era insignificante. Dono de alguns jornais num único país, Kane dispunha de um poder nanico (o que não impede que fosse eficiente em escala local e nacional² diante dos arquipoderes dos megagrupos de mídia de nossos tempos.

Por meio de mecanismos de concentração, estas megaempresas contemporâneas apoderam-se dos mais diversos setores da mídia em inúmeros países, através de todos os continentes, tornando-se, assim, devido a seu peso econômico e sua importância ideológica, os atores centrais da globalização liberal. Como a comunicação (abrangendo a informática, a eletrônica e a telefonia) se tornou a indústria pesada de nosso tempo, esses grandes grupos procuram ampliar suas dimensões por meio de aquisições constantes, exercendo pressões sobre os governos no sentido de revogar as leis que limitam a concentração ou impedem a constituição de monopólios ou duopólios.³

Portanto, a globalização econômica é também a globalização da mídia de massa,

da comunicação e da informação. Preocupados, acima de tudo, em ver triunfar seu gigantismo – o que obriga a adular os outros poderes –, estes grandes grupos deixaram de ter como objetivo cívico o de ser um “quarto poder”, assim como deixaram de denunciar os abusos contra os direitos ou de corrigir as disfunções da democracia para polir e aperfeiçoar o sistema político. Não pretendem se apresentar como um “quarto poder” e, menos ainda, como um contrapoder.

Caminho da resistência

Quando, eventualmente, podem constituir um “quarto poder”, este se junta aos outros poderes existentes (político e econômico) para esmagar o cidadão como poder suplementar, como poder da mídia.

Portanto, a questão que se coloca, em termos de cidadania, é a seguinte: como reagir? Como se defender? Como resistir à ofensiva deste novo poder que, de certa forma, traiu os cidadãos passando-se, com armas e bagagens, para o inimigo?

Basta, simplesmente, criar um “quinto poder”. Um “quinto poder” que nos permita opor uma força cidadã à nova coalizão dos senhores dominantes. Um “quinto poder” cuja função seria a de denunciar o superpoder dos grandes meios de comunicação, dos grandes grupos da mídia, cúmplices e difusores da globalização liberal. Meios de comunicação que, em determinadas circunstâncias, não só deixaram de defender os cidadãos, mas, às vezes, agem explicitamente contra o povo. Como se pode constatar na Venezuela.

Exemplo venezuelano

Nesse país latino-americano – em que a oposição foi varrida do cenário político em 1998, quando se realizaram eleições livres, plurais e democráticas – os principais grupos de imprensa, rádio e televisão desencadearam, pela mídia, uma autêntica guerra contra a legitimidade do presidente Hugo Chávez.⁴

Embora ele e seu governo continuem respeitando o contexto democrático, a mídia, nas mãos de um punhado de privilegiados, continua a utilizar a artilharia da manipulação, da mentira, da lavagem cerebral para tentar intoxicar o espírito das pessoas⁵

É preciso criar um “quinto poder” que nos permita opor uma força cidadã à nova coalizão dos senhores dominantes

Nessa guerra ideológica, eles abandonaram completamente qualquer veleidade da função de um “quarto poder” e procuram, desesperadamente, defender os privilégios de uma casta, opondo-se a qualquer reforma social e a qualquer distribuição mais justa da imensa riqueza nacional.

O caso venezuelano é exemplar da nova situação internacional, na qual grupos da mídia, ensandecidos, assumem abertamente sua nova função de cães de guarda da ordem eco-

nômica estabelecida e seu novo estatuto de poder antipopular e anticidadão. Estes grandes grupos não se assumem exclusivamente como poder da mídia; constituem, antes de tudo, o braço ideológico da globalização, e sua função é a de conter as reivindicações populares ao mesmo tempo em que tentam abocanhar o poder político (como conseguiu fazer, de forma democrática, Silvio Berlusconi, dono do principal grupo de comunicação da Itália).

O caso venezuelano é exemplar da nova situação, na qual grupos da mídia assumem sua nova função de cães de guarda da ordem econômica estabelecida

A “guerra suja da comunicação”, travada na Venezuela contra o presidente Hugo Chávez, é a réplica exata do que fez no Chile, de 1970 a 1973, o jornal *El Mercurio*⁶ contra o governo democrático do presidente Salvador Allende, até incentivar os militares ao golpe de Estado. Tais campanhas, em que a mídia procura abater a democracia, poderiam voltar a surgir amanhã no Equador, no Brasil ou na Argentina contra qualquer reforma legal que tente modificar a hierarquia social e a desigualdade da riqueza. Aos poderes das oligarquias tradicionais e da reação clássica, juntam-se agora os poderes da mídia. Juntos – e em nome da liberdade de expressão! – atacam os programas que defendem os interesses da maioria da população. É esta a fachada da mídia da globalização. Revela da maneira mais clara, mais evidente, mais caricatural, a ideologia da globalização liberal.

Mídia de massa e globalização liberal estão intimamente ligadas. Por isso, parece urgente refletir sobre a maneira pela qual os cidadãos podem exigir dos grandes meios de comunicação mais ética, mais verdade, mais respeito por uma deontologia que permita aos jornalistas agirem segundo suas consciências, e não em função de interesses dos grupos, das empresas e dos patrões que os empregam.

Informação contaminada

Na nova guerra ideológica que impõe a globalização, a mídia é utilizada como arma de combate. A informação – devido à sua explosão, à sua multiplicação, à sua superabundância – encontra-se literalmente contaminada, envenenada por todo tipo de mentiras, poluída pelos boatos, pela deformação, pela distorção, pela manipulação.

Acontece, nessa área, o que ocorreu com a alimentação. Durante um tempo demasiado longo, os alimentos foram raros, o que ainda acontece em inúmeros lugares do mundo. Mas quando o campo começou a produzir em superabundância – em especial nos países da Europa Ocidental e da América do Norte, graças às revoluções agrícolas – percebeu-se que muitos alimentos estavam contaminados, envenenados por pesticidas, provocando doenças e infecções, produzindo câncer e todo tipo de problemas de saúde, chegando ao ponto de semear ondas de pânico de massa, como ocorreu com a peste da “vaca louca”. Resumindo: antes, podia-se morrer de fome; agora pode-se morrer por ter comido alimen-

tos contaminados...

Com a informação, ocorre o mesmo. Historicamente, ela foi muito escassa. Ainda hoje, nos países ditatoriais, não há informação confiável, completa, de qualidade. Em compensação, nos países democráticos ela transborda por todos os lados. Ela nos asfixia. Empédocles dizia que o mundo era constituído pela combinação de quatro elementos: o ar, a água, a terra e o fogo. A informação tornou-se de tal forma abundante que, de certa maneira, passou a constituir o quinto elemento de nosso mundo globalizado.

Porém, e ao mesmo tempo, todos constatamos que a informação, como os alimentos, está contaminada. Envenena-nos o espírito, polui nossos cérebros, nos manipula, nos intoxica, tenta instilar em nosso inconsciente idéias que não são nossas. É por isso que é necessário elaborar o que se poderia chamar uma “ecologia da informação”. Para limpar, purificar a informação, da “maré negra” de mentiras. Da qual foi possível, uma vez mais, avaliar seu gigantismo por ocasião da recente invasão do Iraque.⁷ É preciso descontaminar a informação. Assim como foi possível conseguir alimentos “orgânicos” – menos contaminados, por definição, do que os outros – deveria ser conseguida uma espécie de informação “orgânica”. Os cidadãos devem se mobilizar para exigir que os meios de comunicação pertencentes aos grandes grupos globais respeitem a verdade, pois somente a busca da verdade constitui, de maneira definitiva, a legitimidade da informação.

Nova forma de combate

Foi por isto que propusemos a criação do Observatório Internacional da Mídia (a sigla em inglês é Media Watch Global). Para que, finalmente, fosse possível dispor de uma arma cívica da qual os cidadãos se pudessem servir para enfrentar o novo superpoder dos grandes meios de comunicação de massa. Este observatório é a expressão do movimento social planetário que se reuniu em Porto Alegre, no Brasil. Justamente em meio à ofensiva da globalização liberal, ele expressa a preocupação de todo mundo diante da nova arrogância das indústrias gigantes da comunicação.

A informação contaminada envenena-nos o espírito, polui nossos cérebros, nos manipula, nos intoxica, tenta instilar em nosso inconsciente idéias que não são nossas

Os grandes meios de comunicação privilegiam seus interesses particulares em detrimento do interesse geral e confundem sua própria liberdade com a liberdade de empresa, considerada a principal de todas as liberdades. Mas a liberdade de empresa não pode, de forma alguma, prevalecer sobre o direito dos cidadãos a uma informação rigorosa e verificada, nem servir de pretexto para a difusão consciente de notícias falsas ou de difamações.

A liberdade da mídia não passa de uma extensão da liberdade coletiva de expressão, um dos fundamentos da democracia. En-

quanto tal, não pode ser confiscada por um grupo de poderosos. Além do mais, ela implica uma “responsabilidade social” e, conseqüentemente, seu exercício deve permanecer, em última instância, sob o controle responsável da sociedade. Foi esta convicção que nos levou a propor a criação do Observatório Internacional da Mídia. Pois a mídia é, atualmente, o único poder sem um contrapoder, criando-se, dessa forma, um desequilíbrio prejudicial para a democracia.

O Observatório Internacional da Mídia é a expressão do movimento social planetário que se reuniu em Porto Alegre

A força desta entidade é, principalmente, de ordem moral: ela adverte baseada na ética e pune os erros de honestidade da mídia por meio de relatórios e pesquisas que elabora, publica e divulga.

Regulamentação falha

O Observatório Internacional da Mídia constitui um contrapeso indispensável ao excesso de poder dos grandes grupos de comunicação que impõem, em matéria de informação, uma única lógica – a do mercado – e uma única ideologia – a do pensamento neoliberal. Esta entidade internacional pretende exercer uma responsabilidade coletiva, em nome do interesse superior da sociedade e do direito dos cidadãos a serem bem informados. Por este motivo, ela considera de importância fundamental a pauta da próxima reunião de cúpula mundial sobre a informação que se realizará no próximo mês de dezembro, em Genebra⁸. Também se propõe a proteger a sociedade das manipulações da mídia que, como as epidemias, se multiplicaram nos últimos anos.

O Observatório conta com três tipos de membros, com direitos idênticos: 1) jornalistas profissionais ou circunstanciais, na ativa ou aposentados, que trabalhem em qualquer tipo de meio de comunicação, formal ou alternativo; 2) professores universitários e pesquisadores, de qualquer disciplina e, mais particularmente, especialistas na área da comunicação, pois a Universidade, no atual contexto, tornou-se um dos raros lugares ainda parcialmente protegidos das ambições totalitárias do mercado; 3) usuários dos meios de comunicação, cidadãos comuns e personalidades notórias por sua estatura moral...

Os atuais sistemas de regulamentação dos meios de comunicação são insatisfatórios por toda parte. Posto que a informação é um bem comum, sua qualidade só poderia ser garantida por organizações exclusivamente compostas por jornalistas, que muitas vezes estão vinculados a interesses corporativistas. Os códigos deontológicos de cada empresa de comunicação – quando existem – se mostram pouco capazes de punir ou corrigir os desvios, as omissões e a censura. É indispensável que a deontologia e a ética da informação sejam definidas e defendidas por uma instância imparcial, com credibilidade, independente e objetiva, na qual os professores universitários tenham um papel decisivo.

A função dos ombudsmen, ou media-

dores, que foi útil nas décadas de 80 e de 90, encontra-se atualmente mercantilizada, desvalorizada e desvirtuada. É muitas vezes manipulada pelas empresas, responde às exigências de imagem e constitui um alibi barato para reforçar artificialmente a credibilidade dos meios de comunicação.

Liberdade para quem?

Um dos direitos mais preciosos do ser humano é o de comunicar livremente suas idéias e suas opiniões. Nenhuma lei deve restringir, arbitrariamente, a liberdade de expressão ou a liberdade de imprensa. Mas esta só pode ser exercida por empresas de comunicação mediante a condição de que não sejam transgredidos outros direitos dos cidadãos tão consagrados quanto este, de poder ter acesso a uma informação não contaminada. As empresas de comunicação não devem – sob o artifício de estarem protegidas pela liberdade de expressão – poder divulgar informações falsas, nem conduzir campanhas de propaganda ideológica ou outros tipos de manipulação.

A liberdade absoluta dos meios de comunicação só pode ser exercida às custas da liberdade de todos os cidadãos

O Observatório Internacional da Mídia considera que a liberdade absoluta dos meios de comunicação, reivindicada em coro pelos patrões dos grandes grupos da mídia mundial, somente poderia ser exercida às custas da liberdade de todos os cidadãos. Estes grandes grupos irão reconhecer que, de agora em diante, acaba de nascer um contrapoder e que este tem vocação para unir todos aqueles que se identificam no movimento social planetário e que lutam contra o confisco do direito de expressão. Jornalistas, professores, ativistas sociais, leitores de jornais, ouvintes de rádio, telespectadores ou usuários da Internet, todos se unirão para forjar uma arma coletiva de debate e de ação democrática. Os senhores da globalização declararam que o século XXI seria o das empresas globais; o Observatório Internacional da Mídia afirma que este será o século em que a comunicação e a informação finalmente pertencerão a todos os cidadãos.

Notas:

1 - Ler, de Ignacio Ramonet, *La Tyrannie de la Communication et Propagandes silencieuses*, ed. Galilée, Paris, 1999 e 2002 (também disponível em brochura).

2 - Veja-se na Itália, por exemplo, a superpotência, na área de comunicações, do grupo Fininvest, de Silvio Berlusconi, ou na França, a dos grupos Lagardère e Dassault.

3 - Sob a pressão dos grandes grupos da mídia norte-americana, a Federal Communications Commission (FCC) dos Estados Unidos autorizou, no dia 4 de junho de 2003, a suspensão dos limites à concentração: as empresas passariam a poder controlar até 45% da audiência nacional (cujo limite, até agora, era de 35%). A decisão deveria ter entrado em vigor no último dia 4 de setembro, mas foi suspensa pela Corte Suprema porque houve quem visse na medida “uma grave ameaça à democracia”.

4 - Ler, de Ignacio Ramonet, “Un crime parfait”, *Le Monde diplomatique*, junho de 2002.

5 - Ler, de Maurice Lemoine, “Dans les laboratoires du mensonge au Venezuela”, *Le Monde diplomatique*, agosto de 2002.

6 - E muitos outros meios de comunicação, como *La Tercera*, *Ultimas Noticias*, *La Segunda*, *Canal 13* etc. Ler, de Patricio Tupper, *Allende, la cible des médias chiliens et de la CIA (1970-1973)*, Editions de l’Amandier, Paris, 2003.

7 - Ler, de Ignacio Ramonet, “Mensonges d’Etat”, *Le Monde diplomatique*, julho de 2003.

8 - Ler, de Armand Mattelart, “La communication, enjeu du Nouvel ordre international”, *Le Monde diplomatique*, agosto de 2003.

Ignácio Ramonet é diretor-presidente do jornal *Le Monde Diplomatique*. Traduzido por Jô Amado.

Foto: Folha Bancária



Representantes dos banqueiros

Pérolas da Fenaban durante a reunião do último dia 6 de setembro

- Sobre o reajuste da inflação: "Não existe indexação"
- Sobre o aumento real: "Isso é uma excepcionalidade"
- Sobre o piso salarial "O piso pago ao bancário é suficiente. Faz parte da nossa prática de responsabilidade social".
- Sobre a PRL: "Vocês querem 5% a mais, isso é impossível, uma loucura".
- sobre a cesta-alimentação-extra: "Foi uma excepcionalidade. Nós queremos tirar essa cláusula da convenção coletiva"
- Sobre o 14º salário: "Agregar salário sem meritocracia, isso não rola"

CAPITALISMO BRASILEIRO

Um novo patamar de lucratividade

O lucro total do sistema financeiro (331 instituições) nos primeiros seis meses de 2005 foi de R\$ 15,5 bilhões, apresentando uma elevação de 33,7% em relação ao primeiro semestre do ano passado, sendo que os 50 maiores bancos (consolidado bancário) abocanharam 81,3% do lucro do sistema, conforme dados do Banco Central.

Os bancos estrangeiros, em função da desvalorização do dólar frente ao real, tiveram prejuízo. O norte-americano, BankBoston apresentou a maior perda: um prejuízo de R\$ 268 milhões; o alemão WestLB, R\$ 116 milhões; o Dresdner, 58% e o Citibank, R\$ 34 milhões. Os piores resultados dos bancos estrangeiros são resultados das operações de hedge do patrimônio através da compra de dólar no mercado de futuros.

Públicos superam os privados

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos bancos estatais no primeiro semestre ultrapassou a dos bancos privados, tendo sido de 26,1% contra 25,9%. A Caixa apresentou um retorno de 27,7% contra 20,3% no primeiro semestre de 2004 e no Banco do Brasil, de 22,1% para 25,7%. A carteira de empréstimos sob consignação da Caixa teve um aumento de 104% e a do BB, 146% nos últimos 12 meses.

Setor Produtivo

As demais companhias de capital aberto apresentaram novamente uma excepcional lucratividade, igual ou superior ao setor financeiro. A onda de lucros, comparando 2004 com 2002, foi multiplicado por seis, segundo a ValorData que analisou os balanços de mais de 200 companhias.

Interditos dos banqueiros contra os bancários

Durante a greve de 2004, nosso Sindicato teve ajuizadas, contra si, oito ações de Interdito Proibitório na Comarca de Caxias do Sul. Os interditos nada mais são do que uma tentativa dos bancos de coibir o direito de greve, uma vez que, 'travestidos' de defesa de seu patrimônio ("posse"), o que estes pedem, na verdade, é que as manifestações sindicais só possam ocorrer a determinada distância mínima (cem, duzentos metros da agência), com aplicações de multas pesadas pelo eventual descumprimento da decisão. Trata-se de um tipo de ação que tem sido muito utilizada pelas mais diversas categorias patronais, buscando empregar-se com o auxílio do Poder Judiciário, e criando uma verdadeira "indústria do interdito proibitório."

Em Caxias do Sul, no entanto, os bancos não foram felizes em seus intentos. O Sindicato "comprou a briga", fez a defesa processual e, até o presente, não há qualquer sentença favorável aos bancos.

O interdito apresentado pelo Unibanco foi julgado extinto pela 5ª Vara Cível de Caxias

do Sul, em razão da ausência de pressupostos processuais, estando ainda em curso o prazo para recurso do banco. O interdito do Bradesco foi julgado extinto em 2 de março de 2005, já estando arquivado e não cabendo mais recurso. Os processos do ABN Amro Real e do Sudameris estão no gabinete do juiz, para ser proferida a sentença. A ação do Banco Safra foi arquivada em 24 de fevereiro de 2005. O mesmo ocorreu com o interdito ajuizado pelo Itaú, que foi julgado extinto em 4 de março e arquivado em 3 de agosto de 2005. O processo do HSBC foi julgado extinto e, já que o banco interpôs recurso, está para ser julgado no Tribunal de Justiça. Por fim, a vitória do Sindicato no processo do Banco Santander Brasil: o Tribunal de Justiça do Estado não deu provimento ao recurso do banco, dizendo que "em face da inexistência de comprovação acerca da colocação de obstáculos nas portas das agências bancárias para impedir o ingresso de funcionários e clientela, não há de se acolher pretensão sustentada em perturbação da posse."

Lucro das Empresas no Primeiro Semestre 2005

Empresa	Setor	Lucro (R\$ milhões)	Varição em relação ao 1º semestre de 2004 em %
Petrobras	Química e Petroquímica	9.806,45	16,34
Vale do Rio Doce	Mineração	5.094,47	93,20
Bradesco	Banco	2.621,29	109,69
Itaú	Banco	2.496,11	38,70
Banco do Brasil	Banco	1.978,83	39,28
Usiminas	Siderurgia	1.831,77	103,34
BNDES	Banco de Fomento	1.831,00	30,00
Gerdau	Siderurgia	1.438,42	27,88
Telesp	Telecomunicações	1.157,55	23,57
Belgo Mineira	Siderurgia	1.073,92	152,78
CSN	Siderurgia	1.054,20	26,55
Cemig	Energia Elétrica	1.041,59	87,06
Siderúrgica Tubarão	Siderurgia	1.016,24	32,51
Santander/Banespa	Banco	982,44	19,77
Caixa Econômica Federal	Banco	937,11	50,23
Unibanco	Banco	854,22	47,08
Globopar	Serviços e Comunicação	798,00	1
Telemar	Telecomunicações	740,20	196,77
Aracruz	Papel e Celulose	701,90	129,98
Caemi	Mineração	636,23	127,08
Braskem	Química e Petroquímica	627,80	2
Ambev	Alimentos e Bebidas	449,46	-21,16
CPFL	Energia	400,59	220,92
Embraer	Indústria Aeronáutica	393,02	35,12
Acesita	Siderurgia	365,37	91,22
Copesul	Química e Petroquímica	355,94	60,71
Suzano Bahia Sul	Papel e Celulose	348,66	67,14
HSBC	Banco	331,36	70,03
Souza Cruz	Tabaco	313,61	-25,07
Banrisul	Banco	174,44	54,94

¹A Globopar apresentou no primeiro semestre de 2004 prejuízo de R\$ 409 milhões ²A Braskem um prejuízo de R\$ 289 milhões
Fonte: Bovespa e Banco Central do Brasil

Assembléia dos Bancários

Os bancários em Assembléia no dia 10 de agosto, decidiram autorizar a diretoria do Sindicato, o Colegiado Executivo da FEEB/RS e ao Comando Nacional dos Bancários (CNB-CUT), a negociar as reivindicações, celebrar Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho e, frustradas as negociações, decidir sobre os procedimentos a serem adotados, tais como, aprovação da minuta de pré-acordo de negociação, da minuta de reivindicações da categoria bancária (inclusive Aditivo para o Rio Grande do Sul) e das minutas específicas dos Empregados do Banco do Brasil, dos

empregados da Caixa Econômica Federal, dos empregados do Banrisul.

Foi aprovada ainda a Contribuição ao Sistema Sindical, num percentual de 1% sobre a remuneração dos empregados da base territorial.

Não foi aprovada a desautorização da Contec- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito para representar o respectivo sindicato em negociações coletivas ou em dissídios coletivos, bem como assinar convenção ou acordos coletivos de trabalho.

Participaram da Assembléia 55 bancários.

Nossa Campanha Salarial

Os banqueiros acham que você não vai se mobilizar

Fenaban mantém atitude desrespeitosa ironizando as reivindicações da categoria bancária



No terceiro encontro entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), ocorrido no último dia 14 de setembro, ficou claro que Fenaban não está levando a sério as negociações com o Comando. Os representantes dos banqueiros voltaram a ironizar a categoria, debochando das reivindicações apresentadas e mantiveram-se numa postura desrespeitosa na mesa, porém desta vez tiveram mais cuidado ao falar sobre as reivindicações, para não mais “soltar pérolas” como as da segunda rodada. Para o diretor do Seeb Porto Alegre e Região e da FEEB-RS, Amaro Silva de Souza, que também é o representante do estado no Comando Nacional, a reunião foi um verdadeiro desastre, visto que os banqueiros nada apresentaram e ainda mantiveram uma postura desrespeitosa negando-se a ouvir as justificativas. “Não deram respostas e ainda fugiram da mesa de negociações” lamentou.

A segunda rodada, que aconteceu no dia 6 de setembro, foi um grande fracasso. Os banqueiros mostraram-se prepotentes, além de apresentar um grande descaso com a categoria. Os negociadores da Fenaban negaram categoricamente as reivindicações econômicas da minuta e ainda disseram que a cesta-alimentação-extra (uma importante conquista obtida na campanha salarial do ano passado) não será mais paga. Ainda du-

rante a reunião, os negociadores da Federação se mostraram despreparados, “soltando diversas pérolas” sobre as reivindicações. A campanha nacional dos bancários segue firme após um mês de luta e de encontros sem acordo e sem negociação nenhuma com a Fenaban. A minuta de reivindicações da classe bancária foi entregue a Federação Nacional dos Bancos no dia 11 de agosto. O primeiro encontro entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban aconteceu 18 dias depois da entrega da minuta. Nesta reunião os representantes dos banqueiros apresentaram uma carta aos dirigentes bancários garantindo a prorrogação da validade das cláusulas da convenção coletiva da categoria até o dia 30 de setembro.

Após as três primeiras rodadas, fica visível que os donos dos bancos não destoam em nada de nossas elites responsáveis por manter nosso país em um índice elevadíssimo de desigualdade social, um dos maiores do mundo. Enquanto os bancários reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho, os banqueiros continuam negando aos seus empregados seus direitos. Mas ao mesmo tempo, imprimem seus relatórios financeiros prestando contas de seus fabulosos lucros, espoliando assim uma sociedade inteira que convive diariamente com a desigualdade social, baixos salários e condições precárias de trabalho. Os banqueiros não têm vergonha nenhuma ao falar em um novo patamar de rentabilidade, em maximização dos resultados para acionistas e investidores chamando isto de moderna estratégia.



Foto: Susan Meire Ribeiro

Resposta dos Bancários é intensificar as atividades de mobilização, paralisações e preparar Encontro Nacional e greve.

Sem avanço! O Banco do Brasil quer é greve

A rodada específica de negociações realizada em Brasília na última sexta-feira, 16, foi novamente frustrante para a categoria. O debate não avançou nos pontos propostos e o banco mostrou que não está disposto a atender às reivindicações dos funcionários. Uma nova rodada foi agendada para o dia 23 de setembro, às 15h, na GEPES – Regional São Paulo. A orientação do Comando Nacional é a realização de mobilizações e paralisações. Conforme o calendário nacional. Para o integrante da Comissão de Empresa, Ronaldo Zeni, é preciso que a categoria inicie neste momento um processo de paralisação para pressionar o banco a negociar, visto que a reunião não apresentou resultados positivos.

Veja alguns dos temas negociados:

Parcela Previ – O banco disse que vai apresentar proposta somente ao Conselho Deliberativo da Previ.

PCS – Segundo os negociadores do banco não há perda salarial e a remuneração é focada na função exercida. Eles informaram que a empresa não vai restaurar o anuênio.

PLR – O BB não apresentou proposta e insiste em vincular a sistemática de cálculo reivindicada pelos bancários ao cumprimento do acordo de trabalho. Ou seja, vai pagar PLR somente se as agências cumprirem as metas.

Banrisulenses querem negociação da pauta específica

Os Banrisulenses buscam negociações simultâneas com a direção do banco assim como está ocorrendo com os funcionários do BB e da CEF, para negociar as reivindicações específicas. Os bancários querem resolver pendências como o quadro de carreira, que atinge todos os segmentos dos funcionários.

Negociação com a Caixa também não avançam

A segunda rodada de negociações na Caixa Econômica Federal entre o Comando Nacional dos Bancários, a Comissão Executiva dos Empregados e a Comissão de Negociação da empresa, não registrou nenhum avanço. O banco não apresentou proposta para itens como PCS/PCC, jornada de seis horas, isonomia dos técnicos bancários, situação dos aposentados, Sistema de Ponto Eletrônico, metas e assédio moral, conforme havia se comprometido na reunião ocorrida em 30 de agosto.

A Caixa informou, durante a reunião, que encaminhou proposta de estudo à Supro sobre a viabilidade da renegociação de dívidas dos empregados. Caberá a essa área apresentar em breve projeto específico sobre o assunto. A possibilidade de agregar dívidas contraídas pelos empregados em cartões de crédito também será avaliada pela empresa, conforme solicitação feita pelo Comando Nacional dos Bancários e pela CEE/Caixa.

A Caixa ressaltou que continua negociando com a Fenaban sua participação na mesa geral de negociações da categoria bancária, acrescentando existir resistência dos banqueiros em aceitar a presença dos representantes dos bancos públicos federais. Não foi definida data para a próxima rodada de negociações específicas no âmbito da empresa.

Protestos:

No último dia 13 de setembro, mais de sete mil bancários protestaram na capital paulista. A atividade fez parte do Dia Nacional de Luta da Categoria e reuniu bancários de três diferentes concentrações do Unibanco e funcionários do Banco do Brasil. O protesto foi uma resposta aos banqueiros pela falta de proposta na segunda rodada de negociação no último dia seis deste mês. Já na capital gaúcha ocorrerá no dia 20 de setembro uma grande atividade de mobilização dos bancários. A finalidade é romper a intransigência da Fenaban para com a categoria.

Bancário, entre nesta luta você também! Participe das atividades organizadas pelo sindicato. Entre os dias 26 e 30 próximos, acontecerão diversas atividades para a construção do Encontro Nacional dos Bancários que irá ocorrer no dia 1º de outubro. Participe!



Vamos conquistar
essa primavera

O que os Bancários querem

Reajuste de 11,77%

PRL de 1 salário + R\$788 + 5% do lucro líquido

Pisos:

Portarias, contínuos, serventes – R\$ 1.048,06

Pessoal de escritório – R\$ 1.497,23

Caixa Op. Tel. E. tesouraria – R\$ 2.245,85

1º comissionado – R\$ 2.545,29

1º gerente – R\$ 3.368,77

Grat. De caixa – 50% sobre a remuneração mensal

Grat. De compensador – R\$ 79,20

Grat. De função – 70% sobre o salário do cargo efetivo

Anuênio – 2% sobre as verbas salariais

Verbas:

Auxílio refeição – R\$ 14,16

Cesta-alimentação – R\$ 242,54

13ª cesta-alimentação – R\$ 782,39

Auxílio creche/babá – 1 salário mínimo

Mais 14º salário

Globalização na América Latina

O verdadeiro núcleo da “globalização”

Hector Mondragon

Green Pepper

Faz um século que o sonho de John Pierpont Morgan era unir todos os grandes capitalistas em uma grande corporação, e obvio, sob seu comando. Uma imagem desse sonho pode ser a corporação J.P.Morgan-Chase de hoje. O grupo Morgan e o grupo Rockefeller foram por muitos anos os mais poderosos e conhecidos dos Estados Unidos, mas é o banco dos Rockefeller, o Chase Manhattan que incorporou a instituição insígnia dos Morgan.

J.P.Morgan-Chase tem um imenso poder. A união dos bancos Chase e Manhattan foi seguida mais tarde pela absorção do Chemical Bank, que chegou a ser o principal credor da Colômbia. Logo os Rockefeller adquiriram o Manufacturers Hanover Trust, antigamente líder de todo um grupo financeiro. E finalmente conseguiu a união com o J.P.Morgan. ⁽¹⁾

A junta diretiva do Morgan-Chase é uma boa imagem do grupo formada a seu redor. Seus integrantes são por sua vez diretores de outras notórias transnacionais. Em primeiro lugar está o presidente da Exxon-Mobil, corporação herdeira da Standard Oil que levou os Rockefeller à liderança mundial. Outra companhia petrolífera figura também: A BP-Amoco, da qual também tem outros acionistas importantes.

As outras coincidências de diretores estão estabelecidas com a Honeywell (filial da General Electric); os laboratórios farmacêuticos Merck e Wyeth; A poderosa construtora de tubulações e oleodutos Bechtel; o grupo de publicações Hearst (Cosmopolitan), Ryder Sistem e Deer & Co.

O imenso poder alcançado pelo grupo Rockefeller tem hoje um novo rival, que a julgar pelos dados disponíveis é ainda mais poderoso e demonstra que o resultado da era da globalização neoliberal é o fortalecimento de supergrupos econômicos: se trata do Citigroup (Citibank).

Origina-se em uma coalizão de famílias bilionárias (Stillman, Dodge, Grace, Harriman, Mc Cormick, Armour e outras), o Citigroup aplicou também a fórmula do rival Morgan e agrupou outras famílias milionárias, aproximando de sua órbita grupos tão importantes como Mellon (Alcoa), Dupont e Zankel e estabelecendo uma aliança com os Ford expressa na presença do ex-presidente da família nos quadros diretores do grupo e numa velha relação do Citibank com seu cliente produtor de automóveis.

Um dos atuais diretores do Citigroup é diretor da companhia petrolífera Chevron-Texaco, que tem uma ex-diretora Condoleeza Rice, como Assessora de Segurança do governo Bush ⁽²⁾. Três diretores do Citigroup são da gigante de telecomunicações AT&T, dois da transnacional química Du Pont, dois da United Technologies que produz a metade dos helicópteros do Plano Colômbia e tem como campo principal a indústria militar. Outros dois são diretores do banco Banamex do México, ponta de lança do Citibank na América Latina e das transnacionais no tratado de livre comércio Alca. Outro é diretor da Alcoa, outro da Verizon e outro da Halliburton, empresa da qual foi gerente o vice-presidente Richard Cheney.

Halliburton é o elo de interligação dos diretores da Phillips Petroleum, empresa petrolífera que está no bolso do Citigroup, da Chevron, Exxon; empresas de equipamentos Crown Castle e Corning; a química Lyondell; as companhias de eletricidade American Electric & Power, San Diego Gás, Southern California e Mirant, a fabricante de roupa J.C.Penney; laboratórios Pfizer; Reader's Digest; Pepsi Co. e restaurantes Tricon.

O ponto mais interessante do cruzamento de diretores representa o conglomerado Rand Corporation – Entrust – Carlyle – Nortel. Rand é uma empresa consultora de política e segurança. Na Colômbia é conhecida por ter recomendado formar em grande escala paramilitares legais.

Do conselho da Rand fazem parte destacados executivos, um dos quais é o ex-presidente do Citigroup, John Reed. Outro é Frank Carlucci, ex-secretário de defesa do Bush pai e presidente do Carlyle Group que se dedica a negócios militares e aeroespaciais e ex-presidente de Telefónica Nortel. O presidente da Rand é diretor do Entrust, uma corporação dedicada à “segurança na internet”, a criptografia da informação e por tanto essencial para a contra-espionagem (e a espionagem na internet).

O presidente do Entrust foi membro da junta de visitantes das forças unidas da OTAN, mas além disso executivo da AT&T e da Nortel.

O que têm que ver os celulares e as linhas de fibra óptica, a OTAN e os paramilitares legais? Poderia responder melhor Carlyle, um fundo de capital dedicado a investir em fornecimentos para a guerra e a indústria militar. Seus principais porta-vozes vem da alta equipe de Bush pai, incluído o ex-presidente e seu ex-secretário de Estado e o testemunho do escandaloso resultado eleitoral da Florida que permitiu ao Bush Jr. chegar a presidência,

James Baker. Uma grande surpresa levou o público quando em 8 de outubro de 2001 o Wall Street Journal revelou que a família Bin Laden tinha grandes investimentos no Fundo Carlyle e tinha obtido grandes lucros no mesmo..

Os fundos de investimentos como o Carlyle, desempenham um importante papel no controle em série que o Citigroup e outros fortes grupos como o J.P.Morgan-Chase exercem sobre numerosas empresas e em especial sobre transnacionais chave. Carlyle atua na indústria militar, mas os recursos são variados: Dodge & Cox, Capital Guardian Trust, Capital Research & Management, Franklin Resoures, Putnam, Barrow, Wellington, State Street, captam as economias de milhares de pessoas; milionários de todo o mundo como os Bin Laden, que esperam obter grandes ganhos com as ações compradas pelos fundos. Mas os grandes grupos que controlam os recursos utilizam estes investimentos para aumentar seus votos nas assembleias de acionistas das corporações e com o capital dos outros controlam o mundo.

A teia de acionistas permitem aos grandes grupos fazer maioria e frequentemente, no momento menos esperado, acabam controlando novas corporações, provocando uma reação em cadeia de controle, pois a nova empresa controlada passa a ser acionista de outras.

As empresas de gás e energia elétrica que participam de privatizações, revendem, transportam e comercializam eletricidade, receberam muitos dos investimentos dos fundos. É o caso da Enron que além disso operava com abundantes créditos do J.P. Morgan-Chase e do Citibank. Foi a esta empresa que o governo colombiano de Pastrana queria vender a baixo preço o gás de Guajirada. A Enron estava unida a meia centena de altos funcionários da administração Bush e esteve envolvida em escândalos em vários países, da Índia à Bolívia, incluído os Estados Unidos onde sobrefaturou os custos da eletricidade para saquear os consumidores da Califórnia e causar uma crise das empresas elétricas privatizadas deste estado norte-americano.

Co-autoras da fraude da Califórnia foram a Dynegy (cujo principal acionista é a Chevron-Texaco) e a Reliant (da órbita dos fundos que giram em torno do J.P.Morgan-Chase e do Citigroup), empresa que fundou na Colômbia a Electrocosta e Electrocaripe, depois de comprar a Electrificadora de Bolívar e Corelca a baixo preço e as revender a espanhola União Fenosa. Outra destas elétricas especulativas é a Sithe Energy de Termorío, na qual o Citigroup por meio da Exelon sucedeu como acionista a fran-

co-americana Vivendi, ultimamente notória por uma fraude contábil similar ao da Enron..

Assim como os fundos de investimento servem para dirigir companhias de eletricidade, chegam a todas as ramificações da indústria, da Boeing, passando por Time-Warner-Aol, CNN, Goodyear, Ocidental Petroleum e até a Unocal, a petrolífera nova dona proprietária do Afeganistão. Até cadeias de restaurantes Tricon (Pizza Hut, KFC e Taco Bell) têm um diretor comum com o Citigroup. Mas este é apenas o braço mais pequeno do grupo no mercado de alimentos: um dos diretores da Unilever é diretor do Citibank e por outra parte a Chevron-Texaco tem dois diretores comuns com a Unilever-Bestfood, transnacional que produz: a margarina Rama, sopa Knorr, chá Lipton, Maizena, azeite Mazola, sabonete Rexona, creme Ponds, e que na Colômbia é proprietária da empresa Fruco. ⁽³⁾

A Unilever pode igual decidir que a Colômbia importe tomate para molho em lugar de consumir o produzido no país, priorizar a plantação de palma africana em vários países tropicais para saturar o mercado mundial com a matéria prima básica de sua indústria para reduzir o preço ao produtor e ampliar a lucratividade.

O Citigroup não controla todas nem a maioria das ações da Unilever, mas sim, é o interesse mais importante que explica em boa parte o auge nos EUA da Bestfoods, desta transnacional de origem anglo-holandês. Além dos mencionados, tem diretores comuns com empresas onde o investimento do Citibank é de velha data, como são a International Paper, cujo seu ex-presidente e também ex-presidente da junta diretiva da Alcoa, Paul O'Neill é agora o secretário do Tesouro de Bush.

Mas na Unilever se juntam também os interesses da Xerox, dos bancos ingleses Barclays (muito próximo ao Citigroup e acionista de mais de 200 grandes corporações), Lloyd's, o holandês ABN (acionista importante da Shell) o Deutsche Bank e Allianz AG alemães. A Unilever, junto com a empresa de petróleo British Petroleum - BP se converteu num dos centros de confluência do capital financeiro americano e europeu tornando-se assim uma correia de transmissão do poder do capital estadunidense e europeu, e numa corrente de transmissão do poder do capital americano e particularmente do Citigroup.

Vem de muitos anos as relações do Citibank com a Philip Morris. Um de seus diretores foi diretor do Citigroup e da Monsanto, a produtora do glifosato com que o Plano Colômbia fumiga os

cultivos de coca e papoula dos camponeses. A Philip Morris é muito conhecida por produzir os cigarros Marlboro que graças ao contrabando, incrementado ao extremo pela lavagem de dólares durante 20 anos, arruinou a indústria do tabaco da Colômbia. O secretário de Saúde dos Estados Unidos tem trabalhado com esta transnacional e também com os laboratórios Merck. Outros dois secretários de Bush: o da Agricultura e a Defesa foram executivos dos laboratórios Calgene e Searle, propriedade da Pharmacia, a casa matriz da Monsanto.

A Philip Morris controla as indústrias de alimentos Kraft e Nabisco e as duas são as principais comercializadoras do café colombiano, General Foods e Jacobs, que obtiveram com o café, o que agora quer fazer a Unilever com o azeite, saturar o mercado mundial e aumentar amplamente suas margens de lucro. Os produtores que tiveram que abandonar o café pelos seus baixos preços semearam coca para que os fumiguem com produtos Monsanto mediante a proteção de helicópteros da United Technologies e para que o produto de seu trabalho sirva para contrabandear Marlboro e o tratamento dos portadores de doenças pulmonares fique a cargo de alguma secretaria de saúde.

Somente a transnacional suíça Nestlé desafia o poder da Unilever e Philip Morris. Brown Boveri a União de Bancos Suíços, Swatch parecem fazer parte do capital da Nestlé. capital. Em sua junta diretiva há diretores da General Motors, que tem relacionamento com o J.P.Morgan-Chase. A General Motors com seu fundo AIG centraliza um conglomerado a que estão ligados a Procter

& Gamble (Pantene, Ariel, Crest, Tampax, Max Factor, Vicks), Motorola e a Xerox, que liga este grupo com o Deutsche Bank e está em disputa pelo controle da Unilever.

Os megapoderes do Citigroup e J.P.Morgan-Chase sucedem-se com outros grupos aos que tendem a levar a suas esferas de influência, mas por sua vez representam interesses próprios. É o caso do conglomerado Coca-Cola - American Express - Gillette - Great Lake Chemical - The Washington Post, articulado em torno aos investimentos de Warren Buffett e do fundo Berkshire Hathaway. Este grupo tem conexões com o Citigroup e com o J.P.Morgan-Chase, mas com uma dinâmica própria. No caso da Quaker - Pepsi Cola (Gatorade), o cruzamento de acionistas com o Citigroup é notório e está aliado com a estrela dos transgênicos, a suíça Novartis, associada com o banco Credit Suisse.

Fortes grupos alemães (Deutsche e Dresdner Bank), holandeses (Shell), japoneses, italianos, espanhóis (Banco Santander Central Hispano - BSCH e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA) e de outros países estão em cena, mas os megagrupos avançam em todos os países. Por exemplo, embora o BBVA mantenha o controle da Repsol, o Chase, a BP e os fundos norte-americanos já têm importante pacotes de ações. Os acionistas majoritários de várias indústrias suecas já são grupos norte-americanos.

A presença de grupos de segunda linha não desvirtua mas confirma a articulação do poder mundial em torno do Citigroup e do J.P.Morgan-Chase. O grosso da administração Bush vem destes megagrupos, especialmente do Citi-

group. Bush é o homem deles na Casa Branca. As administrações da América Latina sofrem do mesmo processo. Ao lado dos grandes proprietários de terra que até chegam a presidência, estão os funcionários e advogados das corporações dos megagrupos. J.P.Morgan-Chase teve papel destacado na crise argentina. O Citibank⁽⁴⁾ sempre teve uma influência na Colômbia, desde seu controle do mercado mundial do café e agora de mil formas como foi demonstrado. As manobras da Enron, Sithe o Nortel não tiveram menos influência que as recomendações da Rand Corporation.

As "reformas" neoliberais são recomendadas em série a nossos países, da mesma forma que a firma Merrill Lynch de Wall Street recomendava aos investidores comuns o contrário que às grandes firmas. Aos clientes comuns lhes aconselhavam a investir mal, para que os clientes grandes ganhem mais. Assim por exemplo, para a América Latina se recomenda abandonar a agricultura, enquanto os Estados Unidos redobra os subsídios agropecuários.

Com razão, muitos viram no Plano Colômbia um interesse na exploração do petróleo, mas fica claro ao se examinar as conexões que há um interesse econômico mais amplo, que passa pela indústria de alimentos, a eletricidade, as telecomuni-

cações, a água, a guerra, os laboratórios farmacêuticos, a biodiversidade, afinal tudo. Não tem como único interesse um país a Colômbia, mas principalmente o controle continental. Este controle que tecem os megagrupos por meio da globalização neoliberal e valendo-se do poder estatal e militar dos Estados Unidos é um controle total, que ao assumir formas militares e políticas, se estende pela economia em forma progressiva.

Mas não são invulneráveis: Sofrem as crises cíclicas do capitalismo e do desemprego. E especialmente sofrem as lutas de massas dos povos, como vimos na Argentina, a derrota das privatizações no Paraguai e Peru, na Venezuela, Brasil, Bolívia e Equador, em Chiapas e Oaxaca, na dignidade de Cuba, na gente que luta na Colômbia contra Electrocosta e Electricaribe, contra a privatização da Emcali, Telecom, ETB, Ecopetrol, ISA e Isagen. Nos camponeses que lutam pela reforma agrária e soberania alimentar, nos indígenas Cedra Katío e U'wa.

As contradições que sofre todo megapoder entende-se de forma proporcional ao seu tamanho, pelo mundo. Especialmente porque essa rede de corporações só funciona sobre as costas de milhões de pessoas, começando pelos trabalhadores dos Estados Unidos, a quem também chegará o momento de dizer: Basta!

Hector Mondragon: é economista colombiano e assessor da Coordenação de Entidades Camponesas, Indígenas e Negras da Colômbia.

NOTAS DA REDAÇÃO:

- (1) Em 2004, o J P Morgan - Chase, adquiriu o Bank One por 58 bilhões de dólares.
- (2) No segundo mandato de Bush Jr., passou a ocupar o cargo de Secretária de Estado, Os demais cargos no governo Bush Jr. correspondem ao primeiro mandato.
- (3) A Unilever no Brasil é proprietária das marcas: Omo, Confort, Becel, Lux e Signal entre outras
- (4) O Citygroup é o principal credor da dívida externa do Brasil.

JORNAL DOS JORNAIS

Cade condena jornais por crime contra a ordem econômica

Conforme o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), através do acórdão publicado no dia 18 de agosto, considerou por unanimidade do Plenário as editoras dos diários cariocas **O Globo** e **Extra**, **Jornal do Brasil** e **O Dia**, respectivamente editados pela Infoglobo Comunicações Ltda, Jornal do Brasil S/A e Editora O Dia S/A por limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou livre iniciativa e fixar ou praticar, de acordo com o concorrente, sob qualquer fórmula, preços e condições de vendas de bens ou de prestação de serviços (art. 20, inciso I, c.c. art. 21, inciso I da Lei n.º 8.884/94), e a Representada Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Município do Rio de Janeiro por obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes (art. 21, inciso II), concomitantemente com o disposto no art. 20, inc. I, da mesma Lei, condenando cada uma das Representadas ao pagamento de multa no valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor do faturamento bruto referente ao exercício de 1999 (exercício anterior ao da instauração do processo administrativo) no mercado relevante, além de demais determinações, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Memória

O assassinato do Correio da Manhã pelo capital estrangeiro

O Correio da Manhã, uma das maiores tradições da imprensa brasileira, não sobreviveu financeiramente, porque, sob a direção firme de Niomar Moniz Sodré Bittencourt, condenou a política dos governos Castelo Branco e Costa e Silva. A última edição do matutino carioca circulou no dia 9 de junho de 1974, após 73 anos de existência.

As corporações multinacionais reunidas no Council of América decidiram cortar-lhe a publicidade, alegando que a sua posição contrariava *os interesses da livre empresa*. Como dizer que há completa liberdade de imprensa, quando todos os veículos de comunicação de massa - (jornais, rádios, televisão) dependem da publicidade das corporações internacionais, que lhes impõe sua orientação.

Na maioria das grandes publicações nacionais, a venda em bancas é tão pequena que o custo gráfico da publicação é superior ao que leitor paga ao jornaleiro. Em publicações impressas, a publicidade é responsável normalmente por mais de 80% da receita do veículo.

O Comitê de Informação, órgão ligado à Confederação da Indústria Alemã (BDI), encarregar-se-iam de pressionar órgãos de divulgação de massa, a que cabe controlar, concedendo ou retendo publicidade. E as pressões exercidas através da concessão de publicidade acabaram por disciplinar o Jornal do Comércio, antigo jornal carioca, que em 1972/73 assumiu posição bastante corajosa a respeito do capital estrangeiro.

Imprensa internacional diz que a mídia alimenta crise brasileira

Segundo diário britânico Financial Times, a mídia impressa brasileira tem poucos leitores e compete furiamente por eles. O FT diz que os "críticos da mídia alertam que, ao não investigar apropriadamente as acusações, os repórteres acabam alimentando o desvario e simplesmente amplificando as alegações em vez de tentar investigar a seriedade das mesmas".

O artigo diz que "depois de ter escapado da censura há mais de 20 anos, a mídia brasileira ainda tem que descobrir como reportar acusações de corrupção sem assumir que todos os acusados são necessariamente culpados".

O Clarín, maior jornal da Argentina, observa que a mídia brasileira procura transformar cada capítulo da crise política num "imbróglio de denúncias sem provas, acusações cruzadas e versões desmentidas que a imprensa multiplica com escassa responsabilidade". O mesmo artigo diz que o presidente Lula "é desprezado pelas elites paulistas, que querem ver um dos seus no governo".

Já o francês Le Figaro, diz que "o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que não engole o sucesso de Lula no cenário internacional, achou por bem lhe aconselhar a não se candidatar para ter uma saída honrosa", diz o jornal.

A CPI que investigou os negócios da Abril e o pronunciamento de Requião

Andando geralmente na contra-mão do resto dos políticos do país, o atual governador do estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB) advogado e jornalista, foi governador pela primeira vez entre os anos de 1991 à 1994. Em 1994 foi eleito Senador da República e em 2003 assumiu novamente o governo do Estado do Paraná.

Como governador promoveu a anulação de contratos com a companhia de eletricidade COPEL, contrariando poderosos interesses de multinacionais. Contestou dívidas na justiça e impediu o cultivo e o transporte de transgênicos no Paraná. Além disso, Requião está providenciando uma ação na justiça contra o Banco Itaú para investigar o processo de privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Durante o privatização em 1999, o Itaú comprou o Banestado por R\$ 1,6 bilhão e recebeu de créditos tributários R\$ 1,800 bilhão.

No início deste mês, Roberto Requião, suspendeu a cobrança de pedágios na BR- 277 (entre Guarapuava e Foz do Iguaçu), mandando usar de força policial militar para que fosse cumprida a determinação. O vice-presidente do STJ, ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira negou no dia 9 de setembro à reclamação da concessionária Rodovia das Cataratas S.A.(proprietária das praças de pedágio daquela rodovia), considerando ainda que o uso de força policial militar não caracteriza abuso de autoridade por parte do Governo Estado do Paraná. A cobrança está suspensa por decisão do próprio STJ até o julgamento definitivo.

Leia a seguir o discurso pronunciado por Roberto Requião no Senado Federal no dia 15 de outubro de 1999, quando era Senador da República, abordando os negócios do Grupo Abril (editora da revista Veja paladina do moralismo) proprietária na época dos Hotéis Quatro Rodas e a CPI que os investigou.



Foto: Ronildo Pimentel

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há 17 anos, a Câmara Federal realizou a CPI do Projeto Quatro Rodas, um projeto desse Grupo da Editora Abril, que, com recurso público e uma razoável dose de corrupção, pretendeu construir hotéis no Nordeste do Brasil. A CPI teve uma conclusão dura, aprovando um voto em separado, de autoria do Deputado Del Bosco Amaral, que foi enviado ao Ministério Público. Desde então, não tivemos mais notícias das conseqüências dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estou hoje, então, apresentando um requerimento ao Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, pedindo informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público a respeito das conclusões apresentadas no relatório final da CPI da Câmara dos Deputados sobre favorecimento da Administração Federal Direta e Indireta à Empresa Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S/A, do Grupo Abril, do Sr. Roberto Civita, famoso quadrilheiro da imprensa nacional. A Resolução que aprovou o relatório foi a CD 94/84.

Hoje, temos notícia de que o Ministério Público se preocupa com a venda de dois parques estaduais, um em Salvador, na Bahia, e outro em São Luís, no Maranhão, pela Empresa Quatro Rodas. Ela recebeu esses parques para construir os hotéis, o que fez com recursos públicos, vendendo-os para o grupo espanhol Sofitel. No entanto, desmembrou os parques dos hotéis e, hoje, está vendendo os parques estaduais. O jornalista Sebastião Nery, da Tribuna da Imprensa, nos traz a notícia de que no Parque de Itapoá, em Salvador, já existem 100 casas construídas. A quadrilha continua funcionando, apesar da CPI de 1982.

Quero trazer ao conhecimento do Plenário e do País, por intermédio da TV Senado, o relatório do Deputa-

do Del Bosco Amaral, que espelha com muita clareza os procedimentos e os métodos do Grupo Abril na sua tarefa continuada de corromper a administração pública e conseguir favores rigorosamente ilegais.

Tenho em mãos os dados integrais da Comissão Parlamentar de Inquérito e os coloco à disposição do Procurador Geraldo Brindeiro, caso o Ministério Público Federal já tenha extraviado o relatório no decorrer do tempo. O Deputado Del Bosco Amaral proferiu o seguinte voto em separado:

“Conhecendo por antecipação a intenção do ilustre Relator em declarar o relacionamento dos órgãos da administração pública federal, principalmente Embratur, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil S. A, com a empresa Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S. A. como excepcional em alguns aspectos, mas revestido de legalidade e moralidade, apresento este voto em separado no qual afixo e sustento, por provas documentais e indiciárias que as operações foram:

- a) Excepcionais, especiais, privilegiantes e imorais;
- b) Danosas materialmente para o BNB e BB, com prejuízo corrigido até esta data, documentado por análise técnica de assessor apolítico e imparcial, (Docs. 1 e 2);
- c) Organizadas por técnicos e profissionais que serviram alternadamente o poder público e a empresa privada no período de maturação dos negócios especiais;”

É aquele velho processo, Senador Tião Viana: os administradores públicos, rapidamente, depois de concederem favores a uma empresa privada, saem da administração pública e são contratados pela empresa privada. É a forma de corrupção do Grupo Abril em relação aos agentes públicos.

“d) Marcadas pela violação, por parte de dirigentes do Banco do Brasil S. A, das normas do Banco Central. Capítulo: “Normas operacionais; Seção: Crédito em liquidação (Doc. 3) pois os prazos para a inscrição dos débitos de Quatro Rodas na Conta Créditos em liquidação não foram observados;

e) Motivadoras de descumprimento do estatuído no artigo 153 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pois o administrador deixou de empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.”

Estou lendo, Sr. Presidente, o relatório do Deputado Del Bosco Amaral.

1) Dos fatos e das provas. A excepcionalidade e o caráter especial da operação reconhece-os o próprio Relator, bancário de formação e aposentado com largos méritos do Banco do Brasil. Justifica a excepcionalidade invocan-

do o interesse público, o desenvolvimento do Nordeste e outras não menos nobres razões.

Repilo a tese, trazendo a esta CPI o número de títulos protestados e, em grande parte, ajuizados pelo “liberal” Banco do Brasil nos Estados que elegeram o Relator e Presidente da CPI, Ceará e Espírito Santo respectivamente, isso somente nos 3 últimos anos: Ceará, 95.685 títulos; Espírito Santo, 10.162 títulos.”

Favorecimento única e exclusivamente à máfia da imprensa marrom brasileira.

“Pessoas físicas e jurídicas, estas das mais variadas atividades, todas necessárias ao desenvolvimento regional, inclusive vários hotéis, não receberam o tratamento dispensado ao Grupo Abril pelo Banco do Brasil.

Foi privilégio, foi imoralidade o que ocorreu em favor de Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S. A.

2) A análise dos prejuízos do BNB e do Banco do Brasil com a não execução das dívidas de Quatro Rodas, inicialmente calculadas até 28-02-81, e projetadas até a presente data, pois os hotéis ainda não apresentam lucro, demonstram o favorecimento que não somente foi imoral, mas também lesivo.

A saída encontrada, às custas do povo brasileiro, foi pela “caridade” dos ministros de Estado que assinaram o protocolo em 31-03-80.”

Quem eram os ministros que, à época, favoreciam Editora Abril? Aqui estão eles:

“Antonio Delfim Netto - Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Mario David Andreazza - Ministro do Interior; Ernane Galvêas, Ministro da Fazenda e João Camilo Penna - Ministro da Indústria e Comércio propiciaram a transformação em ações dos créditos do BNB e BB sobre Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S/A. A solução rigorosamente condenável.”

Faz 17 anos isso. A Abril continua proprietária desse presente que o Erário lhe deu, tendo, recentemente, vendido-o ao Grupo Sofitel, com lesão séria ao patrimônio do Maranhão e da Bahia.

Este é um capítulo muito interessante do relatório. Prossegue o relator:

“3) Juntamos, a seguir as “coincidências” de vínculos empregatícios entre envolvidos no caso “Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S/A”, que serviram, nas “épocas certas”, governo e a empresa privada”.

Ora estavam no governo para viabilizar o favorecimento, ora estavam na empresa privada para usufruir uma parte dos benefícios que, como agentes públicos, haviam providenciado à empresa privada.

“Relação de profissionais que serviram órgãos governamentais e ao Grupo Abril, ou foram promovidos na Embratur durante o processo de organização, implantação e maturação do Projeto “Quatro Rodas”. Todos com poderes decisórios nos cargos que ocuparam na administração direta e indireta da República e com poderes decisórios em relação aos favores prestados ao Grupo Abril:

“a) Ex-Ministro Said Farhat, empregado do Grupo Abril por trinta e três dias, de onde saiu para a Presidência da Embratur, justamente quando tramitou no órgão o pedido da “Quatro Rodas”; b) Rubens Vaz da Costa, Presidente de 1971 a 1974 do Banco Nacional da Habitação e que agilizou decisão anterior à sua gestão, de envolver o BNH em operações de desenvolvimento da hotelaria. Deixou o BNH e foi” - para onde, Presidente? - “para a Vice-Presidência da Abril S/A Cultural e Industrial, Vice-Presidência da Quatro Rodas Empreendimentos Turísticos S/A. Participou ativamente de todo episódio e conflituou-se seriamente com o Presidente do BNB Nilson Craveiro Holanda, que obstaculou as pretensões absurdas do Grupo Abril.”

Mais um:

c) Engenheiro Armando da Costa Cairutas, Engenheiro de Coordenação de Obras da Empresa Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S/A e Diretor da Coordenação de Obra do Projeto no período de dezembro de 75 a setembro de 1977. Recebeu o “prêmio” de assistente técnico nível “E” da Embratur, a partir do protocolo interministerial de favorecimento imoral. Admitido em abril de 1980, na Embratur.

Clara está, desde 1982, essa relação incestuosa entre a imprensa marrom e a Administração Pública de então no País. E continua assim até hoje. A Abril nada mais é que uma espécie de apêndice do Diário Oficial, presa às partes pudendas do Governo Federal de hoje, como esteve presa às partes pudendas do Collor de Melo quando Presidente da República.

“d) Roberto Bonfim: admitido na Embratur em 1967. No período de 9/78 a 3/80 (ápice da escalada do Grupo Abril) elaborava pareceres em projetos que solicitavam benefícios fiscais ou financeiros da Embratur. No dia 12-9-80, quando já “esquentava” o assunto Quatro Rodas, foi colocado à disposição do Riocentro - Centro Internacional Riotur S/A, sem prejuízo de vencimentos e vantagens.

Finalmente, no dia 2 de dezembro de 1980, véspera do deferimento (previamente anunciado pelo então Presidente da Câmara dos Deputados) da CPI, foi colocado à disposição da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.” São tristes e inconcebíveis coincidências, diz o nosso relator.

“4) A direção do Banco do Brasil deixou de cumprir exigências do Banco Central - título: bancos comerciais/normas operacionais em liquidação - no que tange aos créditos sobre Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S/A, que taxativamente obrigavam a inscrever em “crédito em liquidação” títulos de crédito como os de responsabilidade da empresa hoteleira envolvida nesta CPI.”

Continua o Deputado Del Bosco Amaral:

“5) Os dirigentes dos órgãos de crédito oficiais violaram claramente o disposto no art. 153 e seguintes da Lei de Sociedades por Ações e, considerando a evidência das lesões patrimoniais, devem ser responsabilizados, pois nem a “futurologia” permite opinar se os hotéis tornar-se-ão rentáveis e os bancos, do Brasil e do Nordeste, serão ressarcidos dos prejuízos.”

Este voto em separado foi aprovado pelo comissão de inquérito da Câmara e supostamente enviado ao Ministério Público. Estou conferindo esse envio, através de requerimento de informações sobre as providências que o Ministério Público Federal teria tomado a respeito deste assunto.

Quero ainda aproveitar o espaço que tenho nesta manhã de sexta-feira para confirmar uma previsão que fiz na última vez em que ocupei esta tribuna. Denunciei aqui, desta tribuna, com dados irrefutáveis, o envio de US\$260 milhões por empresas do Grupo Abril, através de CC-5, para o exterior.

Ora, Senador Lauro Campos, uma empresa que envia dinheiro para o exterior licitamente não precisa utilizar CC5, utiliza um “doc” de banco. A CC-5 é, sem a menor sombra de dúvida, um instrumento de lavagem. Desafiei os grandes jornalões do País a publicarem esses dados - jornais que estão ávidos de denúncias, que acompanharam a CPI dos Precatórios com muita energia no momento em que eu, como relator, denunciava políticos corruptos e pequenos bancos, organizações financeiras, pequenas factories, muitas delas inexistentes. Páginas e páginas, quilos de tinta foram gastos na divulgação dessas notícias, mas nenhum jornal brasileiro trouxe à luz os 260 milhões enviados através de CC-5 pelo Grupo Abril para o exterior.

Parece que há um conluio, há uma cobertura recíproca. Eles agora fazem negócios entre eles, uns com os outros; têm interesses comuns em diversos tipos de em-

CPI: Globo Time-Life

Como foi implantada a Rede Globo

Dia 23, a Globo completa 37 anos de “legalização”

No ano 1962, a TV Globo, recém-constituída assinou em Nova Iorque com o grupo norte-americano Time-Life, de propriedade da família Luce, dois contratos, um de participação e outro de assistência técnica. Tais contratos violavam a época a Constituição.

Posteriormente Roberto Marinho assinou um Contrato de Arrendamento entre a Time-Life e a Globo. Finalmente depois do escândalo tomar conta do país, dia 30 de março de 1966, foi criada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar de Inquérito CPI, presidida por Saturnino Braga, que investigou a ligação entre as empresas.

Até 1966 a TV Globo recebeu do grupo norte-americano US\$ 6,09 milhões de dólares, um valor extremamente significativo para a época.

CPI condena a Globo

Em 22 de agosto de 1966, a CPI que investigou as ligações da Globo com o grupo Time-Life, aprovou por unanimidade o parecer do relator com as seguintes conclusões: Os contratos firmados feriam o art. 160 da Constituição, que proibia a propriedade de uma concessionária de televisão por estrangeiros e sua orientação intelectual e administrativa. A CPI recomendava a elaboração de legislação própria para a nacionalização da mesma.

Somente em 23 de setembro de 1968, durante o governo militar de Artur da Costa e Silva, a Rede Globo foi “legalizada”.

Episódio da Rede Globo

• “Em 1982, no Rio, quase tomaram a eleição para governador de Leonel Brizola. Os militares, o SNI e a Polícia Federal escolheram a empresa Proconsult para apurar os votos e dar a vitória a Moreira Franco, candidato dos militares. As Organizações Globo - Jornal e TV - coonestraram o resultado fraudulento e prepararam a opinião pública para a fraude, que se caracterizaria com a ajuda de uma parte da Justiça Eleitoral. Mas não deu certo. E Brizola ganhou a eleição duas vezes. Na Lei e na marra.” (Paulo Henrique Amorim, Plim Plim: A Peleja de Brizola contra a fraude eleitoral, São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005).

• Em 1984, na campanha das “Diretas Já”, do ponto de vista da televisão, o fato central foi a *omissão* da cobertura por parte da Rede Globo de qualquer evento relacionado com a Campanha das Diretas Já.

• Dia 15 de dezembro de 1989, o Jornal Nacional, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais leva ao ar a reprodução do debate ocorrido no dia anterior, onde é apresentada uma edição manipulada, com os “piores” momentos de Lula e os “melhores” momentos de Collor, que tiveram influência no resultado da eleição. Desnecessário dizer que o empresário Roberto Marinho apoiou como pode o representante das oligarquias brasileiras.

Para saber mais leia: A História Secreta da Rede Globo, do jornalista gaúcho Daniel Herz, editora Tchê!, 1987.

presas que, muitas vezes, nada têm a ver com o jornalismo. Vemo-nos, dessa forma, diante de um bloqueio absoluto da grande imprensa nacional às notícias que trariam verdade sobre fatos que envolvem grupos econômicos ligados à comunicação.

Temos que pensar com seriedade sobre esse processo. De minha parte, já redigi - e o Senado da República me honrou com a aprovação unânime - uma lei estabelecendo direito de resposta a agressões sofridas por parte desses órgãos da imprensa monopolizada no Brasil que tentam desmoralizar políticos sérios.

Sei por que tenho recebido agressões da Abril: porque com severidade tenho atacado os desmandos do Governo, a desnacionalização do País, a submissão da economia brasileira aos interesses dos rentistas nacionais e internacionais, a submissão do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Fundo Monetário Internacional.

Estou aqui, tendo como único e último recurso, a tribuna do Senado e a TV Senado para tentar trazer à luz, de forma tímida e pouco abrangente em relação a esses poderosos órgãos de comunicação, verdades sobre fatos, calúnias, injúrias e difamações de que sou vítima e sobre fatos que implicam esses poderosos grupos na corrupção que se alastra pelo País inteiro.

Com que dureza eles bateram no Supremo Tribunal

Federal no momento em que eliminou a cobrança dos aposentados, aqui e lá fora! Um jornal inglês teve a petulância de chamar os nossos Ministros de loucos, porque ousaram fazer cumprir a Constituição. (...)

Encaminho o requerimento à Mesa, para que o Plenário do Senado peça informações ao Procurador-Geral da República sobre os crimes da quadrilha que se constitui o Grupo Abril no País. Fico aguardando a resposta. Os documentos estão no meu gabinete. Estão também disponíveis na Câmara dos Deputados, que arquiva o relatório da CPI da Editora Abril, uma CPI aparentemente sem conseqüências, que caiu no olvido e foi marginalizada do processo de exame pela Procuradoria Geral da República, pelo menos aparentemente.

Sr. Presidente, vou insistir nesse assunto da Editora Abril. Essa quadrilha tem que ter contraposição no País. Não é possível que um grupo, que diz editar milhões e milhões de revistas, corrompa agentes públicos, calunie, infame, defenda um projeto desnacionalizante e continue rigorosamente impune. Delenda Abril! A Abril tem que ser destruída pelo menos quanto à essa indulgência plenária, a essa impunidade absurda que goza, na sua irresponsabilidade, pela covardia dos agredidos, covardia que não encontrarão neste Parlamento que ocupa a tribuna nesta manhã.

Eles estão globalizando o capital.

Nós, a crítica e as alternativas



A edição brasileira do Le Monde Diplomatique está disponível na internet: www.diplo.com.br
Valor da assinatura anual: R\$ 48,00 (12 edições) e pode ser feita na própria rede

Daniel Dantas, os fundos de pensão e a CPI.

O que está em jogo nesta disputa?

Paulo César Chamadoiro Martin

As denúncias de envolvimento dos fundos de pensão em esquemas de corrupção têm como pano de fundo a acirrada disputa pelo controle das empresas de telecomunicação, onde as entidades de previdência privada, entre elas a Petros, Previ e Funcef, vêm derrotando os interesses do banqueiro Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity. Seu desespero diante da perda do controle da Brasil Telecom, da Telemig e da Amazônia Celular tem servido de combustível à crise política alimentada por aliados de longa data do PFL e do PSDB, hoje, estrategicamente, aparelhados nas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Além da tentativa de desestabilização do governo Lula, o que está em jogo nesta disputa é o patrimônio de milhares de trabalhadores, aposentados e pensionistas de empresas estatais que tiveram recursos dos fundos de pensão utilizados pelo banqueiro em benefício próprio. Com a anuência do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Daniel Dantas tornou-se o principal operador dos leilões de privatização das empresas de telecomunicação, capitalizado, principalmente, pelos fundos de pensão. Um golpe que foi denunciado e contestado pelos representantes dos trabalhadores. É o resgate desses investimentos que está em disputa nas ações movidas desde 2001 pela Petros, Previ, Funcef e demais entidades de previdência complementar contra o Grupo Opportunity.

Por isso, no dia 31 de agosto, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT), a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ), a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR), a Federação Nacional dos Economiários (FENAE) e o Sindicato

dos Bancários do Rio de Janeiro realizaram um ato público em defesa dos fundos de pensão, em frente ao banco Opportunity, na Avenida Presidente Wilson, no Centro do Rio de Janeiro. Os trabalhadores exigem a preservação do patrimônio dos fundos de pensão e uma ampla investigação dos negócios de Daniel Dantas, como o favorecimento de FHC ao Opportunity e o envolvimento do banqueiro nas privatizações do governo tucano e nas atuais denúncias de corrupção.

A um passo da vitória - Falta pouco para que o Opportunity seja finalmente afastado do controle da Brasil Telecom, o que deverá ocorrer nas próximas semanas, após a convocação de assembleia para autorizar a troca dos gestores da companhia. Vencida esta batalha, a disputa dos fundos de pensão passa a ser pelo controle da Telemig, Amazônia Celular e demais empresas onde têm participação majoritária, como o Metrô do Rio e a Santos Brasil, operadora de containers no Porto de Santos.

É o maior conflito societário que se têm notícias no país e onde está em jogo um negócio avaliado em mais de R\$ 15 bilhões.

A estrutura societária criada por Daniel Dantas para garantir a gestão das companhias, através de uma emaranhada rede de empresas de papel, começou a ser desmontada no ano passado, a partir de ações judiciais ganhas pelos fundos de pensão. A briga acirrou-se de vez com o

acordo fechado em março entre os fundos e o Citigroup para recuperação de seus ativos, após a descoberta de uma operação tramada pelo Opportunity para vender a Telemig e a Amazônia Celular à Brasil Telecom. O plano do banqueiro era perpetuar-se no controle das empresas de telefonia, através de arranjos acionários que transformariam os fundos de pensão e o Citigroup em sócios minoritários e sem

liquidez. Seria o maior golpe já aplicado contra os fundos de pensão, onde os participantes amargariam prejuízos de quase de R\$ 2 bilhões!

A origem da briga - A Brasil Te-

lecom é fruto do processo de privatização das empresas de telecomunicação no governo FHC, onde foi constituída através de um consórcio formado por dez fundos de pensão, o Citigroup e o Opportunity. Apesar dos fundos e do Citigroup deterem quase 90% do capital da Brasil Telecom, Daniel Dantas, através de uma série de artimanhas jurídico-financeiras, assumiu o controle da empresa. Para isso, contou com a ajuda do Citigroup, que, associado ao Opportunity, garantiu ao banqueiro durante todos esses anos o controle em bloco das teles, deixando os fundos de pensão sem liquidez e sem dividendos. Além disso, sua gestão tem sido pautada por denúncias comprovadas de irregularidades e ações unilaterais em benefício próprio que prejudicaram não só os fundos de pensão, como os demais investidores.



Da Dir. para Esq. Guilherme de Lacerda da Funcef (Caixa), Sérgio Rosa da Previ (Banco do Brasil) e Wagner Pinheiro de Oliveira da Petros (Petrobrás).

Ligações perigosas - Bem relacionado com a cúpula do PFL e do PSDB, Daniel Dantas tem sido apontado como um dos principais responsáveis pela crise política que assola o país. Ele estaria atuando nos bastidores do Congresso e do próprio governo para vencer a briga com os fundos de pensão. Recentemente, por intermédio do deputado Alberto Fraga (PFL-DF), o banqueiro conseguiu algo inédito: através de ação cautelar solicitada pelo deputado, o Tribunal de Contas da União exigiu que o BB, a CEF e a Petrobrás suspendam o acordo entre os fundos de pensão e o Citigroup. Decisão que está sendo contestada pela Previ, Funcef e Petros e suas patrocinadoras, já que os fundos são entidades privadas e não do setor público. Além disso, a fiscalização dos fundos de pensão é competência da Secretaria de Previdência Complementar e não do TCU.

É também graças à estreita relação política com os parlamentares pefelistas e tucanos, a chamada bancada do orelhudo, que Daniel Dantas vinha mantendo-se incólume nas investigações do Congresso sobre as denúncias de corrupção. A CPI dos Correios, por exemplo, já identificou que o banqueiro despejou R\$ 145 milhões nas contas de Marcos Valério, através de pretensas contas publicitárias da Telemig e da Amazônia Celular. Dantas é o maior financiador privado do valerioduto, mas conseguiu manter-se fora do alvo das CPIs até bem pouco tempo. Só foi convocado a depor no dia 25 de agosto, um dia após os esclarecimentos prestados pelos presidentes da Petros, Previ e Funcef, que espontaneamente colocaram-se à disposição das investigações.

Paulo César Chamadoiro Martin - diretor da Federação Única dos Petroleiros - FUP

NOTA DA REDAÇÃO: O depoimento de Daniel Dantas está previsto para acontecer no próximo dia 21 de setembro às 10h da manhã no plenário da CPMI.

Donos de Veja optam pelo PSDB

A Editora Abril, proprietária da revista semanal Veja, doou nas eleições 2002, R\$ 50,7 mil a candidatos tucanos, conforme o TSE. O deputado Alberto Goldman, atual líder do PSDB na Câmara dos Deputados, recebeu doações de R\$ 34,9 mil da editora em 2002. Durante o governo FHC, Alberto Goldman foi relator da Lei Geral de Telecomunicações, que regulamentou a participação do capital estrangeiro no setor.

Outro beneficiado com doações foi o deputado federal licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ex-ministro da Justiça durante o governo FHC, Ferreira exerce hoje o cargo de secretário de governo do prefeito tucano José Serra, em São Paulo. A campanha de Ferreira recebeu R\$ 15,8 mil da Editora Abril, con-

forme o TSE. Ferreira foi autor da proposta que altera o artigo 222 da Constituição Federal, permitindo a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, até o limite de 30%, o que anteriormente era proibido. Observe-se que as doações foram legais, mas fica claro o conflito de interesses.

Capital Externo

Uma das maiores editoras do Brasil, a Abril possuía um endividamento líquido, em 2002, de R\$ 699,5 milhões. Em julho de 2004, fundos de investimento em empresas de capital privado da Capital International Inc. associaram-se ao grupo Abril, beneficiando-se da Lei Geral de Telecomunicações, relatada por Goldman.

A negociação permitiu um aumento de capital de

R\$ 150 milhões - parte do valor foi utilizada no abatimento da dívida. O negócio corresponde a 13,8% do capital da Abril.

PFL

A editora Abril tem como vice-presidente de Finanças e Controle, Emílio Carazzai, que foi presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) de janeiro de 1999 até abril de 2002, e mantém estreitas ligações com o PFL, partido que o indicou para o cargo durante o governo Fernando Cardoso.

A gestão Carazzai frente da CEF foi marcada por demissões de bancários, flexibilização da jornada de trabalho, congelamento de salários e terceirização dos serviços.

Ifhc, um dos bunkers da oposição

As relações opacas entre financistas, magnatas e o ex-presidente brasileiro.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso está usando o Instituto FHC, inaugurado em maio do ano passado, para articular junto com outros setores da sociedade a oposição ao governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. O referido Instituto foi financiado pela nata dos maiores grupos econômicos, entre eles: Antônio Ermínio de Moraes, do Grupo Votorantim, Lázaro Brandão, do Bradesco e Olavo Setúbal, do Itaú, no valor de mais de 10 milhões de reais.

O mesmo está localizado na cidade de São Paulo, num antigo prédio no centro onde chegou a funcionar o antigo Automóvel Clube, com 2.000 m² de área. A despesa mensal para a manutenção do mesmo é de R\$ 150 mil, sendo administrado pelo ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que foi gerente do fundo de investimento de Quantum do mega-especulador George Soros, quem tem na sua biografia o ataque especulativo contra a libra esterlina. em 92, promovendo sua desvalorização.

Em agosto do ano passado, o IFHC ocorreu em debate sobre as relações internacionais do Brasil, com a presença do cidadão estadunidense, funcionário do departamento de estado e embaixador nomeado dos Estados Unidos no Brasil, John Danilovich, que se quer tinha ainda apresentado suas credenciais ao governo brasileiro, onde defendeu a implantação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Fernando Cardoso confirmou a opção que marcou seu governo, concordando com a afirmação do embaixador nomeado.

Entre suas funções atuais, Fernando Henrique Cardoso é membro do conselho consultivo da Fundação Rockefeller, em Nova York, e co-presidente do Inter-American Dialogue, sediado em Washington, além de ser o presidente de honra do partido de oposição PSDB.

Fundação Rockefeller

A Fundação Rockefeller, criada em 1913, foi essencialmente um meio para contornar as leis antitruste do petróleo, fixadas pelo governo norte-americano já que era detentora de ações da Standard Oil de New Jersey, - Esso no Brasil - a primeira empresa petrolífera do mercado. As atividades filantrópicas da Fundação estão frequentemente ligadas aos interesses econômicos e so-



David Rockefeller do J P Morgan Chase e Fernando Henrique Cardoso, numa reunião do Diálogo Inter-americano, na sede do Citygroup em Nova Iorque, onde estiveram presentes, Robert Rubin ex-secretário do tesouro americano, Stanley Fischer presidente do Citygroup, George Soros e William Rhodes entre outros em 3 de fevereiro de 2004.

ciais da família Rockefeller. Assim sendo, as ciências sociais são consideradas como um instrumento de controle social, uma aposta cultural contra a luta dos trabalhadores. Em finais de 1913, uma greve de vários meses numa filial da Standard Oil acabou no massacre de Ludlow, um dos episódios mais trágicos da repressão da classe operária estadunidense.

A Fundação Rockefeller esteve presente no período de consolidação da Universidade de São Paulo (USP), já desde 1934, da qual Fernando Cardoso foi professor, compondo um outro modelo acadêmico, deslocando o eixo de interesse da França para os Estados Unidos. A dinastia dos Rockefeller sempre teve fortes interesses empresariais no Brasil, e no resto da América Latina. Por intermédio de Nelson Rockefeller, que foi vice-presidente dos EUA, tentaram conquistar a Amazônia usando missionários, atrás de petróleo e recursos minerais em consequência milhares de nativos foram dizimados.¹ Tiveram grande influência na história brasileira, apesar de ser de conhecimento de poucos. A família Rockefeller manteve estreitos vínculos com o governo militar brasileiro, além de apoiarem diversos golpes contra governos democráticos no nosso país e na América Latina.

Diálogo Interamericano

O Inter-American Dialogue foi fundado em 1982 por iniciativa do banqueiro do Chase Manhattan Bank, atual J P Morgan o biliardário norteamericano David Rockefeller, que faz parte do Grupo Bilderberg, do Council of Foreign Relations - CFR, o "verdadeiro Departamento de Estado

norte-americano", além de ser co-fundador junto com Zbigniew Brzezinski, da Comissão Trilateral a qual tem nos seus quadros o banqueiro Roberto Setúbal diretor-presidente do Banco Itaú

Holding Financiera.

O Diálogo Interamericano tem por finalidade propiciar um significativo canal de ligação não governamental, entre personalidades das Américas para influenciar a política na região. Fernando Cardoso é co-presidente do Diálogo e conta ainda como membros: Roberto Teixeira da Costa, do conselho de administração do Banco Itaú Holding; Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, e integrante do conselho de administração do Unibanco, Bolívar Lamounier, consultor da empresa Augurium, e como membro licenciado o ex-presidente mundial do Bank of Boston e atual presidente do BC, Henrique Meirelles, além de outros. Suas principais fontes de financiamento são as Fundações Ford, MacArthur, a corporação Carnegie e outras transnacionais.

¹ Para saber mais: Gerard Colby com Charlotte Dennett, *Seja feita a vossa vontade*, Ed. Record, 1995, 1059 págs.

FHC por Glauber Rocha

"No Brasil, o gancho do Pentágono é o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), que funciona em São Paulo. Quando eu filmar a *Odysséa* convidarei o professor Fernando Henrique Cardoso para o papel de sedutor, embora não saiba se o Pryncope topa contracenar nu com Ariadne no Labirinto do Cebap. O professor Fernando Henrique Cardoso disse que não era assoprador de novidades nos ouvidos do Pryncope. Claro: o Pryncope é ele, assim o batizei no Peru em presença do magnífico Darcy Ribeiro. Uma tese que o Cebap não aceita e por isso não consigo me entender com o Pryncope: a revolução de 64 começou na Guerra do Paraguai. Fernando Henrique Cardoso é apenas um neocapitalista, um kennediano, um entreguista."

Glauber Rocha, entre os anos de 1974 e 1979.¹

¹ O Príncipe da Moeda, Gilberto Felisberto Vasconcellos, Espaço e Tempo, 1997

Glauber Rocha (1938 -1981) - Diretor brasileiro, principal porta-voz do movimento do Cinema Novo, consagrado internacionalmente por seu cinema original (Melhor Direção em Cannes, 1969, por "O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro").

CPI sobre privatizações no setor elétrico é extinta

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o processo de privatização das empresas do setor elétrico e o papel nele desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi extinta, dia 17 de agosto, sem nunca ter funcionado. O ato de constituição da CPI foi lido no dia 16 de março. Em 4 de maio a comissão foi instalada, mas não foram eleitos presidente e relator. No dia 16, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), assinou decreto extinguindo a comissão. "A presidência destaca não ter recebido qualquer solicitação formal de providências em razão da não conclusão dos trabalhos da Comissão, nem tam-

pouco pedido de prorrogação de prazo", diz a decisão da Presidência da Câmara. Com a extinção, a Câmara tem agora vaga para a instalação de três CPIs. Estão na fila aguardando assinatura de Severino Cavalcanti: comissão para investigar atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de 1997 a 2003, CPI para apurar denúncias de invasão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em áreas rurais e urbanas e Comissão para investigar a atuação de quadrilhas que incluíam o nome de veículos roubados no exterior do Registro Nacional de Veículos Auto Motores Número Código do Veículo (Renavam).



Fotos: Stylo Studio



Comemoração do dia do bancário com a entrega dos prêmios da Campanha de Sindicalização

Campanha de Sindicalização aumenta em 16,7% o quadro de sócios

A Campanha de Sindicalização promovida pelo Sindicato atingiu seus objetivos. 167 novos bancários passaram a fazer parte do quadro de sócios da entidade. Esta iniciativa torna a categoria mais forte e unida e reforça a luta por novas conquistas e a manutenção de direitos.

Após a realização da Campanha, o número de associados passou a ser de 1.164 bancários, o que representa um crescimento de 16,7%. O quadro total de filiados do Sindicato, incluindo os 597 aposentados, soma 1761 integrantes.

Os novos associados passam a contar com assistência jurídica, odontológica (extensiva aos dependentes), além da sede campestre, convênios com o comércio e prestadores de serviços.

A atividade de encerramento da Campanha ocorreu no dia 26 de agosto, no Paiol Espaço Nativo, com patrocínio do Sindicato, em comemoração ao Dia do Bancário.

Na ocasião foram entregues os prêmios aos associados que participaram da Campanha de Sindicalização e Recadastramento. Os contemplados foram os seguintes:

- | |
|--|
| 1º Prêmio (TV 29'): Rafael Friedrich – Banco do Brasil (agência Farroupilha) |
| 2º Prêmio (aparelho DVD): Nilso João Tonet – Unibanco (agência Centro) |
| 3º Prêmio (aparelho DVD): Luiz Fernando Guterres – Banco do Brasil (Farroupilha) |
| 4º Prêmio (aparelho DVD): José Augusto Mauro – Santander (Veranópolis) |
| 5º Prêmio (aparelho DVD): Nilza Maria Alves - Caixa Econômica Federal (Caxias) |

Fotos: Edmundo Velho Brandão



Os vitoriosos – Em pé – Diego, Evandro Garcia, Roberto Carlos, Marcus e Ricardo. Agachados – Baggio, Laureci, Marco Aurélio e Tiago.

Banco do Brasil campeão Futsal 2005

Seis equipes formadas por bancários da região participaram do Campeonato Bancários Futsal 2005. O campeonato foi organizado pelos diretores Arquimedes De Rocco e Nelso Bebbber. Os jogos aconteceram na sede da Associação Atlética Banco do Brasil, AABB, entre os dias 11 e 27 de julho, em Caxias do Sul. Os seis times jogaram ao todo 19 partidas e marcaram 168 gols.

A equipe do Banco do Brasil – Agência Centro de Caxias do Sul e Flores da Cunha foi a campeã de 2005. Mesmo com o empate de 6 a 6 no tempo normal, o grande campeão não desestimulou e levou a melhor nos pênaltis vencendo o Bradesco/Agência Imigrante e Banco Rural, por 5 a 4, finalizando o campeonato com cinco vitórias. O Bradesco/Agência Imigrante e Banco Rural levou além do segundo lugar, o troféu disciplina, o goleador do campeonato, Luciano Casagrande, com 25 gols e o goleiro menos vazado, Roberto Gonçalves. O terceiro colocado foi Bic-Banco/ Unibanco/ HSBC que obteve três vitórias. O quarto colocado foi o time ABN-Real, também com três vitórias.



Os vices – Em pé – Edson, Luciano, Marcelo Mazzochi, Marcelo De Conto e Fabrício; agachados – Roberto, Tiago e Vilmar



Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | Ano 21 | Nº 132 | 03 de outubro de 2005 | Filiado à **CUT**

Bancários preparam greve

Na assembléia realizada no dia 27 de setembro no auditório do Sindicato com a presença de 95 bancários, foi decidido pelo uso da arma mais poderosa, ou seja, a greve a partir da zero hora do dia 6 de outubro por tempo indeterminado. Se os banqueiros não avançarem na última proposta apresentada no dia 20 de setembro.

Os banqueiros estão enrolando a categoria há quase dois meses. A categoria está indignada. A filosofia dos banqueiros é lucro máximo e o pagamento de baixos salários aos seus trabalhadores. Dia 28 de setembro a categoria paralisou em mais de 20 estados demonstrando sua força. Dia 1º de outubro os bancários de todo o país se reuniram em São Paulo para organizar a greve por tempo indeterminado. A única proposta que os banqueiros apresentaram foi uma proposta ridícula de reajuste de 4% dos salários, verbas e PLR, além de abono de R\$ 1.000 e a retirada da cesta-alimentação.

Caixa Econômica Federal

Foi prorrogada para até o dia 31 de outubro a vigência do acordo coletivo de 2004 na Caixa Econômica Federal. Na rodada de negociações ocorrida no dia 29 de setembro em Brasília. A Comissão de Negociação da empresa reafirmou para o Comando Nacional dos Bancários e para a

Comissão dos Empregados sua intenção de seguir, na campanha salarial deste ano, o acordo que foi firmado entre a categoria bancária e a Fenaban nos itens econômicos, inclusive no que se refere à participação nos lucros e resultados (PLR).

Banco do Brasil

Depois das reivindicações do Comando Nacional dos Bancários e da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil na última negociação, a direção do BB aceitou mudar no dia 29, alguns pontos em relação à formulação da PLR e Parcela Previ, mas a proposta do banco tem que melhorar.

Violência e prisões contra bancários

Segundo o Sindicato de São Paulo, no dia 30 de setembro, os banqueiros tiraram à mão do bolso, mas não para atender às reivindicações da categoria, mas sim para garantir seus lucros. O fato aconteceu no centro da capital paulista, onde após perceberem que os bancários haviam aderido à greve os banqueiros contrataram helicópteros para transportar os bancários até os seus locais de trabalho.

Já o Bradesco usou até da violência para tentar barrar a manifestação dos bancários. Dois dirigentes do Sindicato dos Bancários de São

Paulo foram presos após o banco usar a Polícia Militar para abrir uma agência.

Na agência Boa Vista, os funcionários foram coagidos a entrar para o trabalho pulando uma janela do banco ao lado.

Contra os bancários de Caxias do Sul e Região o Bradesco e o banco Itaú conseguiram interditos proibitórios junto à justiça para proibir qualquer tentativa de manifestação ou atividade do Sindicato.



70 Anos

do SEEB Caxias do Sul e Região

O Sindicato estará promovendo atividades durante o mês de outubro para comemorar seus 70 anos. No domingo, dia 23, às 18hs no Teatro da Universidade de Caxias do Sul (UCS), a Oficina Permanente de Técnicas Circenses (OPTC) da cidade de Pelotas, estará apresentando seu espetáculo *Tholl, Imagem e Sonho*, pela última vez na cidade. A apresentação é promoção do Sindicato dos Bancários e o patrocínio do OPCT é da Marisol. Os ingressos são limitados somente para sócios e dependentes. Os interessados devem entrar em contato com a secretária do Sindicato através do telefone 223 2166. Já na terça-feira dia 25, o SEEB será homenageado em sessão solene na Câmara dos Vereadores, com início às 19:30 hs. Após solenidade haverá coquetel para os bancários. Confira na próxima edição do jornal a cobertura completa dos festejos dos 70 anos.



Assembléia Geral dos Bancários

Dia 5 de outubro, quarta-feira, às 19hs no auditório do Sindicato, sito à rua Borges de Medeiros, 676. Caxias do Sul.

Pauta:

- Avaliar as contrapropostas dos banqueiros, visando firmar Normas Coletivas de Trabalho;

- Deflagração de greve nacional dos bancários, a partir da 00:00 hora do dia 06 de outubro de 2005.

Seminário Regional sobre Funcef

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul em conjunto com a Federação dos Bancários e a APCEF do Rio Grande do Sul irá realizar um seminário para apresentar a todos os empregados da Caixa Econômica Federal, da ativa e aposentados, a proposta que foi negociada para a criação do Novo Plano de Benefícios do Fundo de Pensão. Entre os dias 17 e 21 de outubro estará sendo realizada uma consulta popular aos participantes.

Dia: 15 de outubro (sábado)

Horário: 9hs

Local: Auditório do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, sito a rua Borges de Medeiros 676.





ANP

Mino Carta critica papel da mídia e diz que crise atual é muito mais que política

A crise vivida hoje pelo Brasil não é meramente política. É moral e intelectual, decorrente das grandes desigualdades sociais do país. E o tamanho dos escândalos é menor que o propagado pela mídia. Com afirmações contundentes como essas, o jornalista Mino Carta, fez palestra no dia 20 de setembro, na reunião da Escola de Governo no Paraná. Mino Carta criticou duramente a mídia e a elite brasileira, e também repudiou a política neoliberal, na área econômica, adotada pelo Governo Federal.

“Os dados nos mostram a desigualdade nesse país, ponto crucial desta situação que vivemos. Menos de 10% da população têm 60% dos bens; somos vice-campeões em má distribuição de renda. Nesse cenário, como a mídia haveria de ser melhor que o país? Ela sempre serviu ao poder, às elites que são as responsáveis por essa desigualdade e por essa crise”, disse o jornalista.

Destruição - Para Mino Carta, atualmente proprietário da revista semanal *Carta Capital*, e que foi um dos fundadores de publicações como Quatro Rodas, Veja, Jornal da Tarde e Jornal da República, o papel desempenhado pelos veículos de comunicação atualmente tem sido o de por abaixo a imagem do presidente Lula e o da gestão do PT, com o intuito de destruir qualquer possibilidade de um governo de esquerda.

“Essa crise hoje, em volume de recursos financeiros que vêm sendo falados, está longe de ser a maior crise da nossa história. Querem sangrar o Lula, mostrar que um

metalúrgico não dá certo, impedir que ele sequer sonhe em ser candidato em 2006”, salientou Carta.

O jornalista, no entanto, fez questão de ressaltar: “a política econômica, que segue o modelo neoliberal implementado por Fernando Henrique Cardoso de privilegiar o sistema financeiro, é poupada pela mídia. O Olavo Setúbal (proprietário do Banco Itaú), o pessoal do Bradesco, eles estão muito contentes, acordam felizes todos os dias. Para eles, o Antônio Palocci, ministro da Fazenda e o Henrique Meireles são Deus”.

Bom humor - Além da contundência, o senso de humor de Mino Carta deu um molho à palestra; chamou a atenção da platéia e despertou os espectadores para o debate. Um dos momentos em que o jornalista não economizou na ironia foi quando falou com mais detalhes da elite brasileira. “Uma elite feroz, má, vassala à elite internacional, todavia bastante incompetente”, na avaliação de Carta.

“Enquanto a elite nos países desenvolvidos é uma rica elite que se porta como pobre, a nossa elite é pobre e esbanja, se comporta como rica. Que lugar do mundo tem uma Daslu? A nossa elite chega a ser ridícula, se delicia com viagens a ‘Ilha de Caras’”, foi uma das frases do jornalista.

Mino Carta não se esqueceu ainda de críticas ao expresidente Fernando Henrique Cardoso e, sobretudo, ao tratamento privilegiado que o tucano recebe da cobertura jornalística. “É impressionante como a mídia endeusa esse ‘príncipe dos sociólogos’”, observou o jornalista,

sempre com a pitada de sotaque italiano presente - Mino Carta nasceu na Itália, mas veio para o Brasil com 12 anos de idade.

Jornalista não vê futuro político a curto prazo

O jornalista Mino Carta salienta: a crise que a mídia divulga é mais grave do que ela é, de fato. “Tirando o caixa 2, até agora não se tem nada provado, e já se instituiu o ‘mensalão’ como uma verdade”. Reconhece, entretanto, estar decepcionado com o governo Lula, embora ressalte a política exterior e a educacional como pontos positivos. E diz não enxergar qual será o futuro político do Brasil “em curto prazo”.

“Eu hoje não aposto em nada. Nem na volta do PSDB, nem no surgimento de uma outra frente, uma outra pessoa. Não há condições de se traçar nenhum cenário para 2006. É muito cedo”, afirmou Mino Carta, em entrevista a jornalistas, depois da palestra da Escola de Governo.

Fundador e diretor da revista *Carta Capital*, semanário cuja linha editorial é bem diferente das concorrentes (Veja, Isto É e Época), o jornalista frisa que, ao contrário das demais empresas de comunicação do país, a dele não tem dívidas financeiras “com ninguém”.

“Para ter o alcance que essa mídia que serve ao poder tem é preciso dinheiro, capital. Nós não temos. A *Carta Capital* tem tiragem de 66 mil exemplares, está crescendo, mas pelo menos graças a Deus eu não devo nada para ninguém”, assegurou.

Sindicato ganha ação contra CEF/São Pelegrino

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região ganhou a ação movida contra a Caixa Econômica Federal, em nome dos seus empregados sindicalizados. O Sindicato solicitava ressarcimento referente ao 13º Salário correspondente ao ano de 1994, quando a Caixa compensou da gratificação natalina, a importância paga como título de adiantamento convertendo para URV (Unidade Real de Valor) ao tempo de seu efetivo repasse, abatendo assim da aludida gratificação salarial quantum superior ao que era permitida na época, no entender do sindicato.

A ação junto à 1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul referente à Agência São Pelegrino foi a única contemplada, pois, a empresa não entrou com recurso em tempo hábil, sendo determinado pela justiça o pagamento do valor de R\$ 31.825 para dezoito empregados da referida agência.

Bancos privados obtêm interditos para barrar atividades do Sindicato

O Banco Itaú e o Banco Bradesco conseguiram obter interditos contra o SEEB Caxias do Sul e Região, no final do mês de setembro. O Itaú recorreu a 1ª Vara Cível de Caxias do Sul, e o Bradesco à 1ª Vara do Trabalho. No caso do Itaú, a juíza substituta Maria Aline F. Brutomesso, concedeu liminar que proíbe o Sindicato de promover “esbulho ou turbacão” em frente às agências, bem como tentar barrar o funcionamento das mesmas impedindo a livre locomoção de clientes e/ou funcionários, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil por agência.

Já o juiz do Trabalho, Luis Fettermann Bosak, concedeu decisão ao Bradesco. A liminar proíbe a prática de qualquer tipo de ato que possa atrapalhar o funcionamento das agências proibindo o emprego de som e instrumentos que provoquem ruídos perturbando assim a ordem e a paz do local e imediações. Ficou vetado também, o uso de veículos, cavaletes, correntes, cadeados, faixas, pessoas e objetos que impeçam a entrada de qualquer funcionário ao seu local de trabalho bem como clientes, impondo assim a pena diária de R\$ 10 mil por agência.

O Sindicato vê os interditos como uma afronta ao direito de greve ou qualquer outra manifestação nas agências bancárias, principalmente agora, que a categoria está em plena campanha salarial, reivindicando reajuste salarial, mais empregos e menos filas.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Filiado à FEBRAS, CUT, CNB/CUT, Diesse e Diap
Fundado em 24 de outubro de 1935

Coordenadores de Secretarias:

Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização:
Ademar Henrique Bellini - (ahb@bancax.com.br)

Secretaria de Movimentos Sociais:

Alexandre Rizzi (arizzi@bancax.com.br)

Secretaria de Formação:

Ariovaldo Adão Filippi (ari@bancax.com.br)

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração:

Daniela Amoretti Finker (daniaf@bancax.com.br)

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer:

Nelson Antônio Beber (nbeber@bancax.com.br)

Secretaria de Organização e Política Sindical:

Pedro Justino Incerti (incerti@bancax.com.br)

Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho:

Vilmar José Castagna (castagna@bancax.com.br)

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários

de Caxias do Sul e Região

Coordenação: Ademar Henrique Bellini

Jornalista Responsável: Adriene Antunes

Diagramação: Adriene Antunes

Fotolitos e Impressão: Jornal O Pioneiro

Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Ilustração: Jorge Alves

Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos, Veranópolis.

Artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Acesse www.cnbcut.com.br e

www.bancax.com.br - Onde você tem notícia nova a toda hora.

SEEB Caxias do Sul e Região
Sede: Rua: Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - Rio Grande do Sul
Cep: 95020-310

Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 223.2405

e-mail: bancax@bancax.com.br

Sindicato obtém importante vitória no TST

Henrique Schneider



O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul conseguiu importante vitória jurídica junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em processo movido pela entidade contra a Caixa Econômica Federal, em favor dos economiários que, em 1999, trabalhavam na agência de Nova Petrópolis.

Este processo foi ajuizado na Vara do Trabalho de Gramado, que entendeu que o Sindicato não teria legitimidade para ajuizar ação de cumprimento de norma coletiva para cobrança de horas extras, e decidiu pela extinção do processo sem julgamento da matéria. A decisão entendeu que a cobrança de horas extras é direito personalíssimo e só poderia ser exercido pelo próprio bancário interessado. Houve recurso ordinário do Sindicato ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que

no entanto manteve a decisão pela extinção do processo.

Irresignado, o Sindicato interpôs Recurso de Revista junto ao TST, que reformou a decisão do TRT gaúcho, concedendo o direito da entidade de atuar como substituto processual da categoria, buscando assegurar o cumprimento de norma coletiva – inclusive no que tange às horas extras –, com base no artigo 8º da Constituição Federal. Dessa forma, o TST determinou que a Justiça Trabalhista de Gramado julgue o mérito do processo. Trata-se de decisão que ainda não é definitiva, cabendo recurso.

Atuaram no processo os advogados Luiz Carlos Mocelin (1ª instância), Ruy Rodrigues e Ricardo Gressler (2ª instância) e o escritório Crivelli Advogados Associados (3ª instância).

Advogado do escritório de Advocacia Fagundes, Meyer e Schneider

Tribunal assegura substituição processual ampla a sindicato

Em decisão unânime, a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho confirmou o direito do sindicato atuar como substituto processual da categoria a fim de assegurar o cumprimento de norma coletiva. O reconhecimento da prerrogativa resultou na concessão de recurso de revista ao **Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região**, que buscou em juízo o pagamento de horas extras a empregados da Caixa Econômica Federal (CEF).

“Se dúvida havia quanto à amplitude do instituto da substituição processual, tornaram-se insubsistentes ante o disposto no artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que expressamente autoriza a atuação ampla das entidades sindicais representativas das categorias, dada a sua missão institucional de defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos da

categoria respectiva”, afirmou o ministro Lélío Bentes Corrêa (relator) ao deferir o recurso sindical.

A determinação do TST reforma decisão tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (com jurisdição no Rio Grande do Sul). A ilegitimidade do sindicato para representar judicialmente contra a CEF foi declarada pelo TRT gaúcho, a exemplo do que foi feito, anteriormente, pela primeira instância (Vara do Trabalho).

O entendimento regional baseou-se no texto do antigo e atualmente extinto Enunciado 310 do TST, que estabelecia restrições para o sindicato atuar como substituto processual. Também foi sustentado que o art. 8º, III, da Constituição não garantiria a substituição ampla e irrestrita. Considerou-se, ainda, que a entidade não poderia substituir os trabalhadores para reivindicar horas extras, “que envolvem situações diferenciadas e

particulares de cada empregado substituído”.

O exame do recurso no TST levou ao esclarecimento do alcance da substituição processual pelo sindicato.

Conforme o relator, a jurisprudência atualizada – tanto no TST, quanto no Supremo Tribunal Federal – vem se firmando no sentido de reconhecer que o art. 8º, III, do texto constitucional assegura a substituição ampla, de toda a categoria, pela entidade sindical.

Nesse novo contexto, Lélío Bentes ressaltou, por fim, a inviabilidade da incidência do art. 872, parágrafo único, da CLT – que restringe a atuação do sindicato ao âmbito dos interesses apenas de seus associados. “As normas infraconstitucionais não é dado dispor de forma contrária ao texto da Constituição nem tampouco impor restrições que a norma fundamental não estabeleceu”, concluiu.

TST

Evasão de divisas:

Mais de três mil na mira na Polícia Federal

A Polícia Federal vai abrir inquérito contra 3.500 pessoas e empresas suspeitas de fazer remessas ilegais para os Estados Unidos entre 1999 e 2002. Os alvos das investigações são políticos, empresários, artistas, jogadores de futebol e servidores públicos, que fizeram remessas de US\$ 30 mil a US\$ 20 milhões por meio de doleiros que administravam subcontas da Bacon Hill, investigada pela CPI do Banestado.

Todos são suspeitos de evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, entre outros crimes, porque, em vez de enviar os recursos pelo sistema financeiro, recorreram a doleiros.

O capital dos brasileiros no exterior está em paraísos fiscais e nos E.U.A

Parte majoritária do capital brasileiro no exterior está concentrada notadamente nas rubricas de *Investimento Direto* que inclui *Empréstimo Intercompanhia*, e depósitos. Segundo o Banco Central percebe-se uma absoluta prevalência dos paraísos fiscais [segundo definição da Receita Federal] e dos Estados Unidos. Quanto ao valor declarado junto ao Banco Central, os capitais brasileiros alcançaram US\$ 88,7 bilhões em 2003. Sendo investimento direto US\$ 44,8 bilhões depósitos *Intercompanhia* US\$ 10,1 bilhões na primeira a Ilhas Cayman figura na liderança com US\$ 15,1 bilhões equivalente a 33,7 % da rubrica. Em segundo, aparece a Ilhas Bahamas com US\$ 6,6 bilhões e Ilhas Virgens Britânicas, com US\$ 6,3 bilhões.

Na modalidade Depósitos, os Estados Unidos lideram com US\$ 7,5 BILHÕES – 45% do total. Em seguida está a



Ilhas Cayman que responde por US\$ 6,7 bilhões – 40,8%. Esses dois países são responsáveis por mais de 86% da totalidade dos depósitos declarados para 2003.

O *Empréstimo Intercompanhia*, Ilhas Cayman figura de forma destacada em primeiro com US\$ 7,2 bilhões de um total de US\$ 10,6 bilhões, correspondendo a participação de 70,6%.

O que é Paraíso Fiscal

Pequenos países onde os impostos são muito baixos ou inexistentes, o que atrai multinacionais. Para fugir da alta tributação em seu país de origem, elas acabam instalando suas filiais nesses paraísos. Outro atrativo é a garantia absoluta de sigilo bancário. É por isso que muitas pessoas depositam ali o dinheiro obtido em operações ilegais. Existem no mundo mais de 50 paraísos fiscais, dentre eles estão: Bahamas, Libéria, Ilhas Cayman, Luxemburgo.

Vitória dos Fundos de Pensão

Finalmente o banqueiro Daniel Dantas é afastado da Brasil Telecom

Os fundos de pensão - Previ, Funcef e Petros - juntamente com o Citigroup conseguiram na manhã do último dia de setembro, destituir a antiga diretoria da Brasil Telecom e nomearam novos membros para o conselho de administração da empresa. Sendo comunicado em seguida a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a troca da diretoria.

O dono do Opportunity, Daniel Dantas foi

é intimamente ligado ao PFL e PSDB e ao senador Antônio Carlos Magalhães (ACM). Esta foi considerada a maior disputa societária do capitalismo brasileiro.

Mesmo sendo acionista minoritário, Dantas mandava em tudo e os fundos nunca receberam nada em dividendos, mesmo com bilhões de reais investidos. Segundo diversas fontes, Dantas está na gênese da atual crise política, tendo depositado cerca de R\$145 milhões nas contas de Marcos Valério.

Conforme a revista *Carta Capital*, o governotucano tinha relações com o Daniel Dantas, que fazia diversas visitas ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive sendo uma dessas visitas quase ao fim do mandato quando estava retornando de uma veloz passagem por Cayman.



Banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity

Novo Aparelho Odontológico

Com o intuito de estar sempre oferecendo o melhor para seus sócios, o Sindicato adquiriu um novo aparelho para equipar ainda mais o consultório odontológico. O aparelho de profilaxia possui ultra-som e jato de bicarbonato, que auxilia na remoção de tártaro e manchas escuras dos dentes causadas por cigarro, café, chá e etc. As consultas possuem uma taxa de R\$ 10, para sócios e dependentes, e podem ser agendadas através do telefone 223 2166. O consultório fica localizado junto à sede do SEEB.

Banrisul joga Linux pela janela

Depois de cinco horas de pregão e 64 rodadas, a Dell Computadores arrematou a licitação do Banrisul na manhã do dia 29 de setembro. A Dell conquistou o direito de vender às 7.301 máquinas ao Banco depois de uma proposta de R\$ 20,44 milhões. Segundo a assessoria de imprensa do Banrisul, os novos computadores começam a ser entregues pela montadora de Eldorado do Sul em 30 dias e, dentro de três meses, todos os computadores comprados deverão estar operando normalmente.

Saiba mais

O governo do estado resolveu no final do seu mandato "revolucionar" o parque de máquinas do maior banco do estado, o Banrisul, e trocar o sistema operacional gratuito utilizado em 50% dos computadores. O Banco adotou no final do governo passado (Olívio Dutra - PT) o uso do software livre, gerando assim uma economia de mais de R\$ 9 milhões, sendo o primeiro banco no mundo a utilizar intensivamente o Linux, destacando-se assim no cenário internacional. Porém esta história está sendo completamente dilacerada pelo atual governo. A política adotada pelo governador Rigotto marca um retrocesso, uma vez que toda a rede bancária nacional incluindo a rede privada está optando pelo sistema Linux devido sua segurança e sua redução de custos.

O Edital lançado no início do mês de setembro, configurava itens incoerentes inclusive com relação à Lei Estadual de Licitações. A instituição deixava claro no edital que de uma única vez iria comprar 7.301 máquinas com software Windows, sendo 4,7 mil terminais de negócios e 2,6 mil terminais de caixa. O tempo previsto para que a operação fosse finalizada era de 40 dias para a entrega e instalação de todas as máquinas compradas na licitação. Essas exigências restringiam a concorrência e deixava claro

que somente empresas de grande porte, com capacidade logística para tal negócio, ou que já soubessem da licitação poderiam participar do pregão.

A AMD, empresa que produz microprocessadores, entrou com recurso na Justiça e obteve liminar para impugnar a licitação (005/000156) no dia 14 de setembro. O poder Judiciário do estado reconheceu a ilegalidade do edital em face da especificação e exclusividade de marca, deixando claro que a continuidade do pregão só seria possível se houvesse um novo edital onde fosse retirada a exclusividade de marca. O Banrisul então lançou, no dia 16, um novo edital, aprofundando ainda mais o erro, ao invés de retirar a exclusividade da marca, o Banco incluiu a AMD na disputa, deixando ainda mais intrigante, já que agora possui dois fabricantes/marcas na edital quando não poderia haver nenhum.

A licitação irregular do Banrisul virou assunto de diversos fóruns na Internet, ganhou espaço em sites especializados em informática e também em sites de mídia independente. Os meios de comunicação de massa, como o rádio a TV e os jornais diários deixaram a desejar. Poucos meios trataram do assunto antes do pregão, sendo que quando tratado o assunto foi mascarado e não se comentou em momento algum da irregularidade do edital. A

Uma semana antes do pregão o Ministério Público Especial havia encaminhado denúncias ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) pedindo medida cautelar para que o pregão fosse suspenso. Segundo o procurador-adjunto Geraldo da Caminho, uma das suspeitas referia-se à exigência de que todas as máquinas tivessem o sistema operacional Windows XP, substituindo assim o software livre que estava sendo usado no Banco. A compra dos computadores está sob investigação do TCE.

mídia não cumpre seu papel de vigiar o poder do deixando cada vez mais claro que faz parte da elite que comanda o nosso país.

O movimento sindical é a favor da modernização dos bancos, desde que esta seja feita de maneira lícita, clara e transparente. O Banrisul é uma instituição pública, e desta maneira quem sai perdendo é a sociedade. O Banco não enfrentava nenhum problema de software, e há pouco tempo havia adquirido 700 máquinas novas.

O presidente do Banrisul, Fernando Guerreiro de Lemos, fez uma avaliação do pregão, salientando que pelo valor que se conseguiu comprar todas as máquinas, o pregão deverá se transformar em um marco das compras públicas de microinformática. "O resultado demonstra, ainda que o pregão, pela transparência e a redução dos preços que possibilita, é a melhor modalidade de compras para administração pública", concluiu Lemos. Talvez por isso, o pregão tenha sido questionado até o momento na justiça em duas oportunidades diferentes. E representa a "servidão voluntária" do atual governo do estado as grandes empresas, dentre elas a Microsoft, em detrimento do software livre já adotado pelo banco. Se confirmada a validade da licitação os simpáticos pinguins, símbolo do Linux, nos caixas de auto-atendimento irão sumir.



Marines dos E.U.A no Paraguai reaviva temor na região

O congresso do Paraguai concedeu aos E.U.A a imunidade para que suas tropas desenvolvam missões militares em território paraguaio. Estas missões fazem parte do plano para o controle de recursos naturais estratégicos da região.

Quatrocentos Marines das Tropas do Comando Sul dos E.U.A estão desde junho na localidade de Mariscal Estigarriba, na Província de Boqueron, na região do Chaco no Paraguai. A localidade possui três mil habitantes e está localizado há menos de 400 km da fronteira com o Brasil, há 250 km da fronteira com a Bolívia e 700 km da Usina de Itaipu na Tríplice Fronteira. Mariscal Estigarriba conta com uma pista de 3,8 km, que permite a aterrissagem de grandes aviões militares tipo Galaxy e B52. O Mariscal permite ampliar as instalações para abrigar até 16 mil efetivos.

Os E.U.A visam controlar o gigantesco reservatório de água doce, Aquífero Guaraní, compartilhados por brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios. Este Aquífero é uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo e está localizada em uma zona estratégica, na Tríplice Fronteira. A água já é um bem escasso na Europa e nos E.U.A.. A reserva tem capacidade calculada para abastecer diariamente 360 milhões de pessoas com uma quota diária de 300 litros por habitante.

Além disso, a partir de Mariscal, os E.U.A podem controlar as reservas de gás e petróleo da Bolívia, deslocar



efetivos militares na zona da Tríplice Fronteira, monitorar o Aquífero e controlar movimentos sociais em toda a região.

O chanceler brasileiro Celso Amorin, solicitou que houvesse "transparência" no acordo militar entre os E.U.A e o Paraguai. Já o chanceler argentino, Rafael Bielsa advertiu que a região não necessita de base militar americana. E o dirigente da Central Obrera Boliviana (COB) denunciou "os E.U.A está nos ameaçando com uma intervenção militar através de países amigos", e tem como finalidade controlar o gás boliviano.

Segundo Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz, os E.U.A tem três grandes eixos de intervenção militar, o plano Plueba-Panamá, para a América Central e o Caribe (todos os países centros americanos tem base americanas), o plano Colômbia com a base de Manta no Equador, de onde controlam o Pacífico e dirigem operações na Colômbia e a Tríplice Fronteira que é o terceiro plano.

O "falcão" Donald Rumsfeld fez uma "misteriosa" viagem a Assunção em meados de agosto. E o atual presidente paraguaio, Nicanor Duarte, foi recebido por George W. Bush, sendo o primeiro presidente paraguaio a ser recebido por um presidente americano.

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | Ano 21 | Nº 133 | 10 de novembro de 2005 | Filiado à CUT

Nossa História

ARACELI CONSOLI

No Brasil é a partir da Revolução de 30 que iniciam ações em relação ao nacionalismo e a classe trabalhadora. A criação do Ministério do Trabalho levou a organização dos Sindicatos legalmente, no entanto modelados pelo interesse governamental. Nesse período Caxias do Sul passava por um processo de industrialização e os trabalhadores começavam a se organizar. O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul foi fundado em 24 de outubro de 1935. A entidade começou a funcionar efetivamente no ano seguinte.

Em 1937 registra-se um ato de vanguarda no Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul. Gysmunda Pezzi assume a direção da entidade, sendo a primeira mulher do Estado a ocupar tal cargo. Sofrendo várias pressões de setores conservadores da época, Gysmunda e o restante da diretoria pediram demissão em agosto do mesmo ano. Para dar continuidade aos trabalhos, assume a gestão Serafim Alessandrini.

A década de 40 é marcada pela intermunicipalidade. Já a década posterior é marcada por diversas realizações em nível recreativo.

O IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários foi importante no crescimento patrimonial do Sindicato. O financiamento para compra de terreno para construir a sede própria da entidade e a manutenção de dentistas e médicos à disposição da categoria, foi fruto do Instituto, que também financiou a Vila dos Bancários, inaugurada em 1958, no bairro Cruzeiro, e posteriormente a construção do Edifício dos Bancários, na rua Marques do Herval.

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região sofreu intervenção militar em abril de 1964. A justificativa foi a suposta ligação da diretoria com o Partido Comunista, embora conste nas Atas oficiais que a intervenção ocorreu para constatação de possíveis desvios de verbas. Romolo Segalla, Clóvis Sperandio e Percy Vargas de Abreu e Lima foram presos. A diretoria de 1961 foi substituída por uma Junta Governativa Interventora, composta por bancários indicados pelos gerentes de bancos mais conservadores e supervisionada pelo Exército. A intervenção terminou em junho de 1964. Depois de feita a inspeção dos documentos existentes não fora evidenciado nenhuma irregularidade. Mesmo assim, aquela Junta Governativa ficou instalada por mais um ano.

A luta pela redemocratização do país marcou a década de 80 em todos os setores. Nesse período a categoria bancária recuperou sua tradição de combatividade e luta. Em 1985 acontece a maior greve da categoria. Os anos seguintes também são marcados por greves, até 1991.

O atual prédio da Sede Social foi inaugurado em julho de 1982. Em 1986 o Sindicato adquiriu o terreno da Sede Campeste, em 1996 ocorre a inauguração das instalações. Em 1992, é promovida uma mudança na estrutura da diretoria que até então era presidencial e a partir desta data passa ser colegiada, avançando no processo de democratização da entidade.

A implantação do receituário neoliberal no governo de FHC dificultou a atuação do Movimento Sindical, sendo em 1991 a última grande paralisação da categoria. Somente em 2003 ocorre nova greve e em 2004 registra-se a greve mais longa da história dos bancários.

Ao longo de 70 anos de história do Sindicato, com unidade e luta ressaltam-se as seguintes conquistas: jornada de seis horas, vale refeição, cesta alimentação, gratificação semestral, piso salarial, auxílio creche, participação nos lucros e resultados, complementação salarial em acidente de trabalho, dentre outras.

70 anos do SEEB Caxias do Sul e Região

As comemorações alusivas aos 70 anos do Sindicato de Caxias do Sul e Região deste ano, foram completamente diferentes dos anos anteriores. A cultura e o lazer prevaleceram nas atividades organizadas pela atual diretoria, que teve como objetivo integrar ainda mais a categoria, levando alegria e sonho ao dia-a-dia dos bancários. Com a intenção de aproximar ainda mais o Seeb dos seus associados, a memória do Sindicato foi resgatada em homenagem a todos os bancários que lutaram de forma anônima ou que estiveram à frente da entidade.

No dia 25 de outubro, a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul prestou homenagem, ao Sindicato, pelos 70 anos de lutas em prol da defesa de direitos, do fortalecimento e da organização de nossa categoria de trabalhadores.

Segue a baixo a opinião de alguns bancários sobre a celebração do aniversário de fundação do Sindicato.

"Achei muito interessante, criativo e válido as atividades de comemorações. O memorial apresentado na Solenidade da Câmara foi válido para conhecer a história, a trajetória do Sindicato. O espetáculo foi ótimo, pois tivemos oportunidade de ter mais cultura. Foi uma ótima interação com a sociedade, com a categoria e com o Sindicato." - Maria Cristina de Abreu, Gerente de Contas do Mercantil do Brasil

"Fantástico! Achei tudo ótimo e diferente. O Sindicato escolheu um ótimo espetáculo, maravilhoso. Valeu muito à pena!" - Dirlene Daniel, Caixa do Banrisul

"O sindicato não poderia ter sido mais feliz em realizar o espetáculo de teatro. É fascinante, maravilhoso. É impossível tirar os olhos do palco. A idéia de valorizar a parte cultural é ótima." - Ana Lucia Rodrigues Martins, Analista da Caixa Econômica Federal



"O espetáculo foi maravilhoso, pontual, organizado. A solenidade serviu para conhecermos e sabermos mais sobre o Sindicato e a categoria, sobre a nossa história. A intenção da diretoria foi muito válida e importante. Amei." - Mercedes Valentina dos Reis, Supervisora do Mercantil do Brasil.

Serafim Alessandrini, sócio-fundador, esteve presente na solenidade da Câmara

Serafim Alessandrini, hoje aos 90 anos, é um dos 39 sócios fundadores, e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região. Serafim começou a trabalhar no Banco da Província aos 18 anos onde trabalhou até 1949.

Além de bancário, Alessandrini também era contador, e trabalhava para diversos estabelecimentos da cidade.



Serafim Alessandrini juntamente com sua esposa durante a Sessão Solene



1917: Grevistas carregam o caixão do sapateiro Antônio José Martinez em São Paulo, morto pela polícia em uma manifestação.



30 de setembro de 2005: O sapateiro e sindicalista Jair Antônio da Costa é assassinado pela Brigada Militar.



Banqueiros recorrem à força policial para reprimir bancários que aderiram à greve em Brasília.

Violência contra os trabalhadores

A história da morte de dois sapateiros é separada por 88 anos. A de Antônio José Martinez no ano de 1917, em São Paulo na 1ª Greve Geral dos Trabalhadores, e a de Jair Antônio da Costa no dia 30 de setembro último em Sapiranga, aqui no nosso Estado. Ambos foram vítimas da violência de Estado, os dois tombaram lutando por melhores condições de trabalho. Deram suas vidas anônimas, sacrificaram suas famílias, anularam-se para combater por um ideal. Ambas as mortes foram em vão, por que nossas classes dominantes, nunca tiveram nenhum compromisso com o nosso povo, a não ser exercer o papel de predadoras e da manutenção de seus privilégios, aí reside o seu fracasso.

Quase um século se passou entre os dois episódios, e o Brasil continuar sendo um dos países socialmente mais desiguais do mundo, onde os 10% mais ricos concentram em suas mãos 46,9% da renda nacional. Já os 10% mais pobres ficam com a ridícula participação de 0,7% da renda. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, no mundo só existem sete países, que se apropriam de uma fatia da renda nacional maior do que a dos ricos brasileiros: Chile, República Centro-Africana, Guatemala, Lesoto, Suazilândia, Botsuana e Namíbia, e só

cinco países do mundo os 10% mais pobres ficam com uma parcela da renda inferior aos pobres brasileiros. Fica aqui escancarada a arqueologia da violência no nosso país. Mudar esta situação está em nossas mãos, o uso da violência pela classe dominante revela sua fraqueza.

A violência dos lucros

Os donos dos bancos têm utilizado todos os recursos possíveis, deste a força policial, passando pela magistratura, através dos interditos proibitórios, até a violência invisível através da pressão psicológica para impedir qualquer movimento reivindicatório dos seus empregados. Durante a campanha deste ano, bancários grevistas foram agredidos e presos.

Os banqueiros são a parte mais visível da elite do poder econômico e não possuem nenhum escrúpulo de recorrer à violência para garantir seus bilionários e exponenciais lucros a cada balanço que é divulgado. A magia do lucro dos bancos não consegue esconder a forma de sua obtenção.

O Bradesco, em nove meses deste ano, conseguiu cristalizar um lucro líquido de R\$ 4,051 bilhões, 102,3% superior ao do mesmo período de 2004. O banco Itaú registrou R\$ 3,827 bilhões. Somente com tarifas bancárias os dois bancos arca-

daram R\$ 10,954 bilhões, além de aprovisionar despesas para a inadimplência R\$ 4,233 bilhões.

Em carta dirigida aos empregados das Organizações Bradesco, após a greve, o presidente Márcio Cypriano, que também é presidente da Fenaban, dirigiu-se a todos como "prezados companheiros" "agradecendo" aos funcionários por não terem aderido à greve da categoria, salientando ainda que se sente "orgulhoso do quadro de pessoal". Cypriano utilizou-se do termo "extravagante" para falar do direito constitucional dos trabalhadores em aderirem à greve.

O que não ficou claro na carta do presidente, foram as maneiras e as formas que o banco utilizou-se para impedir que seus trabalhadores exercessem seu direito de greve, além de aplicar uma política de recursos humanos medieval.

Greve Geral de 1917

Em 11 de julho de 1917 o sapateiro anarquista Antônio José Martinez foi morto pela força policial durante o primeiro grande movimento grevista da história sindical no Brasil que paralisou a cidade de São Paulo. A indignação e a revolta no enterro do sapateiro transformou a paralisação dos trabalhadores na 1ª Greve Geral.

O movimento iniciou-se com greves nas fábricas têxteis, onde os trabalhadores reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho. Apesar da forte repressão, o movimento grevista liderado pelo sindicalismo de inspiração anarquista, estendeu-se para várias regiões do território brasileiro. A greve trouxe resultados bastante positivos e um saldo importante: a compreensão da necessidade urgente de organização da classe trabalhadora.

Luta pelo emprego

Em uma passeata por mais empregos no Vale do Rio dos Sinos, em setembro deste ano, o sapateiro Jair Antonio da Costa, diretor do Sindicato dos Sapateiros de Igrejinha, foi assassinado brutalmente pela polícia militar.

Jair, juntamente com outros três mil trabalhadores, manifestava sua indignação com o fechamento de mais de 13 mil postos de trabalho, no início deste ano. Mas a Brigada Militar, orientada a tratar os movimentos sociais como caso de polícia, acabou torturando e asfixiando o sapateiro Jair, em plena luz do dia, na frente dos manifestantes e da imprensa. O sindicalista morreu defendendo seus ideais e os direitos de sua categoria.

CEF reconhece direito a casais homossexuais



Em uma decisão inédita, a diretoria da Caixa Econômica Federal aprovou no início de outubro o reconhecimento da parceria de pessoas do mesmo sexo para as políticas internas de benefícios trabalhistas. A partir de agora, os funcionários homossexuais poderão declarar seus companheiros como dependentes em planos de saúde, tirar licença para acompanhamento do cônjuge a consultas médicas, ou faltar ao trabalho quando falecer algum membro da família do parceiro.

A decisão, que integra a Política de Gestão da Diversidade, responde a uma reivindicação de dez anos

dentro da empresa. A adequação das regras para a inclusão no Plano de Pensão e Previdência tem como prazo máximo de 90 dias para ser implementado na prática.

Não é a primeira vez que a Caixa leva a sério a questão da diversidade. A CEF foi o primeiro grande banco brasileiro a aprovar tal política interna, contratando uma empresa de consultoria para fazer um diagnóstico sobre a diversidade cultural dentro do banco. Foi na Caixa também, segundo o Instituto Ethos, que pela primeira vez uma mulher negra chegou à diretoria de um banco brasileiro.

Segundo a diretora de Recursos Humanos Diva Dias, o projeto de reconhecimento da diversidade dentro do banco decidiu reconhecer o direito de casais homossexuais devido à representatividade da questão entre os funcionários. "Não temos um mapeamento que mostre quantas pessoas serão atingidas, mas calculamos que 10% daqueles que têm relacionamento estável são gays ou lésbicas", declarou Dias.

A decisão da Caixa não irá parar por aí. Segundo Dias, a decisão irá se estender aos filhos do casal. "Eles só precisam passar pelos procedimentos legais para o reconhecimento de toda união estável", afirmou Dias.

BB também reconhece inclusão de homoafetivo

O Banco do Brasil, assim como a Caixa, aprovou o direito de funcionários homossexuais incluírem seus parceiros no Plano de Associados da Cassi. O Conselho Deliberativo da caixa de saúde aprovou, no dia 25 de outubro, uma nova diretriz que estende o benefício de saúde aos parceiros do mesmo sexo, igualando-os assim aos direitos dos funcionários heterossexuais.

A iniciativa vem ao encontro do que determina o Código de Ética da Cassi, que repudia qualquer atitude guiada por preconceito relacionado a quaisquer formas de discriminação. A medida contribui ainda para a universalização dos direitos sociais e de cidadania e está em consonância com a Carta de Princípios de Responsabilidade Sócio-Ambiental do Banco do Brasil.

Segundo a presidente do Conselho Deliberativo da Cassi, Deise Lessa, essa é uma antiga reivindicação do movimento sindical que luta pela igualdade de oportunidades. Esta também era uma reivindicação dos associados homossexuais que contribuem solidariamente e igualmente para o custeio do Plano e não possuíam os mesmos direitos.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Filial à FEB/RN, CNB, CUT, Diócesis e Diap
Fundado em 24 de outubro de 1935

Coordenadores de Secretarias:

Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização:

Ademar Henrique Bellini - (ahb@bancax.com.br)

Secretaria de Movimentos Sociais:

Alexandre Rizzi (arizzi@bancax.com.br)

Secretaria de Formação:

Arivaldo Adão Filippi (ari@bancax.com.br)

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração:

Daniela Amoretti Finkler (danif@bancax.com.br)

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer:

Nelson Antônio Beber (nbeber@bancax.com.br)

Secretaria de Organização e Política Sindical:

Pedro Justino Incerti (incerti@bancax.com.br)

Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho:

Vilmar José Castagna (castagna@bancax.com.br)

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de

Caxias do Sul e Região

Coordenação: Ademar Henrique Bellini

Jornalista Responsável: Adriene Antunes (12424)

Diagramação: Adriene Antunes

Fotolitos e Impressão: Jornal O Pioneiro

Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos, Veranópolis.

Artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Fotos da Capa: Daniela Finkler e Adriene Antunes

Acesse www.cnbcut.com.br e www.bancax.com.br
Onde você tem notícia nova a toda hora.

SEEB Caxias do Sul e Região
Sede: Rua: Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - Rio Grande do Sul
Cep: 95020-310

Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 223.2405
e-mail: bancax@bancax.com.br

70 anos de lutas e conquistas

**Atividade cultural, solene e esportiva
marcam as comemorações**

O Sindicato está realizando diversas atividades desde o final do mês de outubro para comemorar os 70 anos de fundação da entidade. Neste ano a diretoria do Sindicato resolveu inovar as

comemorações e organizou diversas atividades culturais e esportivas. Além disso, o Seeb foi homenageado pela Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul durante Sessão Solene alusiva aos 70 anos.



Partida entre os bancários do Itaú e Unibanco em um dos jogos de abertura do Campeonato

No último dia 5, começou o Campeonato de Futebol Sete 2005 que finalizará as comemorações de aniversário do Sindicato. Oito equipes estão disputando o campeonato que acontece durante os sábados deste mês, na sede campestre. Segundo os diretores, e organizadores do evento esportivo, Arquimedes de Rocco e Nelso Beber, o objetivo dos jogos é proporcionar momentos de lazer e bem estar aos associados do Sindicato através da prática saudável do esporte. "A intenção é promover uma maior interação e confraternização entre a categoria em todas as promoções e eventos que são organizados pelo Sindicato" salientam.

Estão participando do Campeonato as seguintes equipes: Banrisul; Bradesco Centro; Banco do Brasil / Bradesco Farroupilha; Banco do Brasil Centro / Flores da Cunha; Unibanco; Itaú; Real / Bic e Bradesco Imigrante. Haverá premiação para os quatro primeiros colocados, com troféu por equipe e medalhas para todos os atletas, além de premiação para o goleiro menos vazado, para o artilheiro do campeonato e para a equipe mais comportada. O troféu disciplina será entregue a equipe que levar menos cartões.

No dia 25 de outubro, a Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul homenageou o Sindicato durante Sessão Solene realizada no plenário da Câmara. Cerca de 150 pessoas, entre bancários, familiares e convidados estiveram presentes na cerimônia.

A mesa da Solenidade estava composta pelo presidente da Câmara,

vereador Francisco Spianorello, pela também vereadora Geni Peteffi, secretária da Sessão Solene, por Ademar Henrique Bellini, diretor do Sindicato e representante da diretoria durante o evento, pelo vice-prefeito de Caxias do Sul, Alceu Barbosa Velho, e por Nelson Lisot, vice-presidente da Câmara de Indústria e Comércio.

Durante a Solenidade o Sindicato apresentou um breve memorial que relembrou os momentos mais marcantes e as maiores conquistas da entidade sindical. A Câmara entregou ao representante da diretoria, uma placa comemorativa, e em seguida homenageou diversos ex-presidentes e ex-diretores do Sindicato com diplomas. Entre os homenageados presentes estava

nagear o Sindicato em uma data tão importante. Fiquei feliz e satisfeito em poder realizar esta homenagem há uma entidade a qual tenho muito orgulho em ser representante" salientou Incerti.

Após a Sessão Solene, os presentes foram recepcionados com coquetel de confraternização pela Diretoria do Sindicato no Espaço Cultural da Câmara. Os dirigentes da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul (Feeb/RS), Denise Corrêa, Jorge Vieira da Costa, Luiz Carlos Barbosa, Arnoni Hanke e Amaro Silva de Souza estiveram prestigiando o evento.



Momento que é entregue o diploma de homenagem à Pedro Incerti, diretor do Sindicato e vereador, durante a solenidade.

Serafim Alessandrini, um dos sócio-fundadores do Sindicato, em 24 de outubro de 1935.

Para o diretor do Sindicato, Pedro Incerti, que também é vereador e foi o proponente da Solenidade, o objetivo da Sessão foi de reconhecer o trabalho de todos aqueles que passaram pela diretoria da entidade durante todos estes anos. "Como vereador não poderia deixar de home-

No domingo anterior a Sessão Solene, dia 23, o espetáculo *Tholl, Imagem e Sonho*, encenado pela Oficina Permanente de Técnicas Circenses (OPCT) da cidade de Pelotas, deu início às atividades de comemoração aos 70 anos do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região. A apresentação do grupo pelotense levou mais de 500 pessoas no final da tarde ao Teatro da Universidade de Caxias do Sul.



O diretor do Sindicato, Ademar Henrique Bellini recebeu do presidente da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, Francisco Spianorello, a placa em homenagem aos 70 anos da entidade.



Atores agradecendo a presença do público na saída do espetáculo

Com dezessete atores em cena, revezando em várias técnicas circenses, as cortinas foram abertas criando o grande portal da alegria que separa o mundo real do mundo imaginário do *Tholl*. Para a diretora do Sindicato, Daniela Amoretti Finkler, as comemorações devem-se a uma longa jornada de 70 anos construída graças à participação de toda a categoria bancária. "O espetáculo fala de imaginação, de emoções e sonhos. Ele traduz o desejo de todos nós, como bancários, como seres humanos e do Sindicato como Entidade que nos representa, em unirmos a realidade e o sonho, resultando assim num mundo melhor. Nossos sonhos não podem ser jamais esquecidos por mais distantes que possam estar da realidade", salienta Finkler.

A promoção do espetáculo foi do Sindicato de Caxias do Sul e Região em conjunto com a empresa Marisol, que é atualmente a patrocinadora do projeto *Circula Circo* através da Lei de Incentivo à Cultura. Quatrocentos e trinta ingressos foram distribuídos entre sócios e dependentes pelo Sindicato.

Neste mesmo dia, no saguão do UCS Teatro, foi inaugurada a exposição itinerante sobre os 70 anos. Tanto os bancários quanto a população em geral, que estavam prestigiando o espetáculo cultural, puderam conhecer um pouco da história da entidade. Desde o dia 24 de outubro a exposição está aberta à visitação no saguão da sede do Sindicato em Caxias do Sul. A intenção da diretoria é levar a mostra aos Bancos, aproximando assim à trajetória do Sindicato dos Bancários.

Convenção Coletiva 2005 / 2006 já está em vigor

Foi assinada no dia 17 de outubro a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários e a Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PRL) entre os Sindicatos dos bancários, a CNB/CUT e a Fenaban. Os bancos tiveram um prazo de dez dias úteis após a assinatura do acordo para efetuar o pagamento da parcela PRL e o abono único de R\$ 1.700,00. Entre os principais itens garantidos no acordo está o reajuste de 6% sobre todas as verbas salariais e o pagamento da PRL (80% do salário mais R\$800,00 fixos).

Os banqueiros apresentaram esta proposta depois de seis dias de greve da categoria, principalmente nos grandes centros. "Conseguimos arrancar dos banqueiros índice além da inflação, parte fixa da PRL maior e um abono garantindo aumento de poder aquisitivo da categoria", salientou Amaro Silva e Souza, representante gaúcho no Comando Nacional e também diretor da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul.

Segundo Amaro, o sucesso da campanha deste ano foi um reflexo da campanha do ano passado, quando os bancários fizeram 30 dias de greve, principalmente no Banco do Brasil e na Caixa. "Embora a greve

Como ficou seu bolso

Reajuste Salarial de 6% + abono de R\$ 1700

Como foi em 2004 A nova proposta aprovada

PLR 80% salário + R\$ 705	PLR 80% salário + R\$ 800
Auxílio-Refeição	R\$ 12,66
Cesta-Alimentação	R\$ 217,00
Auxílio-Creche/Babá	R\$ 155,98
Ajuda para Desl. Noturno	R\$ 43,67
Auxílio-Funeral	R\$ 418,40
Inden. Assalto	R\$ 62.389,52
Grat. Comp. de Cheques	R\$ 70,86
Grat. Caixa	R\$ 213,82

Os novos pisos salariais (com 6% de reajuste)*

Portaria	R\$ 585,20
Escritório	R\$ 839,93
Caixa	R\$ 839,93
Gratificação Caixa	R\$ 226,65
Outras Verbas	R\$ 107,18
Salário Total de Caixa	R\$ 1.173,76

deste ano não tenha tido a mesma magnitude do ano passado, também foi fundamental para que as negociações fossem agilizadas e o índice melhorado em relação à primeira proposta", ressaltou Souza.

Nas cláusulas específicas, os Sindicatos assinaram no dia 14 de outubro com a direção do Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal no dia 21 do mesmo mês.

Luta continua: Apesar da assinatura da convenção deste ano, a mobilização não pode

parar. A luta da categoria é diária. Comissões dos empregados estão agendando reuniões para estruturar suas atividades. Há também diversos pontos a serem discutidos nos bancos privados. "Encerramos apenas uma etapa de nossa campanha, que é permanente, em busca de melhores condições de trabalho, saúde, emprego, fim do assédio moral e por mais qualidade de vida, respeito à jornada de trabalho e melhor atendimento para a população", afirma Carlos Cordeiro, secretário geral da CNB/CUT.

sul e a Cabergs. Para Caponi, o banco não tem nada a ver com isso, o que é um absurdo. Com essas palavras, o diretor desconhece que o banco é o patrocinador do fundo de pensão e da caixa de assistência à saúde.

Para os diretores do Seeb Caxias do Sul e Região, Daniela Finkler e Alexandre Rizzi que participaram do encontro do Comando Nacional, esta atitude demonstra a indisposição ao diálogo e desvalorização daqueles que contribuem para os números crescentes do banco, pois apesar de receberem o Comando, nada avança na pauta específica, frustrando expectativas diante das negociações.

bém afirmou não para o reajuste das parcelas variáveis dos Operadores de Negócios, cujos valores se encontram congelados desde a criação da função no banco.

Em relação ao quadro de carreira, Caponi declarou que não quer discutir essa questão porque o trabalho de elaboração de um novo quadro foi desenvolvido por uma consultoria terceirizada.

O Comando também ouviu não para as reivindicações sobre a Fundação Banri-

Banrisul frustra expectativas dos banrisulenses

Enquanto faz enorme propaganda na mídia com o lançamento em Pelotas do **SIM**, um banco popular para clientes de baixa renda, a diretoria do Banrisul disse não para as reivindicações dos seus funcionários, durante negociação realizada no dia 27 de outubro.

O diretor de Gestão de Pessoas do Banrisul, Gilberto Caponi, falou não para a proposta do Comando dos Banrisulenses de melhoria no pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Tam-

Empregados do Santander Banespa realizam Congresso Nacional

Nos dias 18 e 19 deste mês, acontecerá em São Paulo, o 19º Congresso e o 4º Congresso Unificado dos Trabalhadores do Santander Banespa que tem como objetivo renovar o acordo da estabilidade para evitar as demissões no banco.

Segundo Bebbber, neste encontro será organizada uma proposta para ser entregue à diretoria do banco. "Já que o Banespa está sendo unificado com o Santander, queremos um acordo único para os funcionários dos dois bancos, preser-

vando os direitos dos dois lados", concluiu Bebbber. O Sindicato estará presente no Congresso com três delegados.

Depois da privatização, ocorrida em 2000, os empregados do Banespa não tiveram reajuste salarial, apenas receberam abono, já que trocaram os aumentos pela garantia de emprego. Segundo o diretor do Sindicato, Nelso Bebbber, a garantia de emprego é válida até o dia 30 deste mês.

O último acordo, entre os empregados e a diretoria do

banco, foi assinado no ano passado com vigência de dois anos. Neste acordo ficou fixado que os valores só seriam corrigidos caso o índice da inflação acumulado no período de 12 meses, anterior ao dia primeiro de setembro de 2005, medido pelo INPC, ultrapassasse a 8,5%, ficando claro que não seriam compensados aumentos decorrentes de convenção coletiva. O abono teve data também fixada neste acordo. A primeira parcela foi paga em setembro do ano passado, e a segunda em setembro deste ano.

Bancários dizem "Sim" ao novo Plano de Benefícios da Funcef



Os empregados da Caixa, ativos e aposentados, lotaram o auditório do Seeb de Caxias do Sul e Região no Seminário Regional sobre Funcef.

O plebiscito sobre o Novo Plano de Benefícios da Funcef, realizado no final do mês de outubro, foi aprovado pelos bancários da Caixa com 81,46% dos votos. O novo Plano foi elaborado pelo Grupo de Trabalho com representantes da empresa e dos empregados.

Durante todo o processo, entidades do movimento nacional dos empregados, como Fenae e Apcefs, associações de aposentados e CEE/ Caixa, indicaram a aceitação da proposta do novo plano. Além disso, juntamente com os Sindicatos dos Bancários e com a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do RS (Feeb/RS), a APCEF/RS realizou Seminários Regionais sobre Funcef em onze cidades do Estado, entre elas Caxias do Sul. O seminário teve como objetivo apresentar a nova

proposta do plano de benefícios da Funcef e prestar esclarecimento, os empregados da Caixa, sobre o plebiscito.

Em Caxias do Sul, o seminário foi realizado na primeira quinzena do mês de outubro. O auditório do Sindicato recebeu cerca de 110 empregados da Caixa, entre ativos e aposentados. A mesa do encontro estava composta pelo Diretor do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, Ademar Henrique Bellini; Amanda Angélica Cardoso, integrante do Grupo de Trabalho que representa os associados, que elaborou o novo plano de benefícios, ex-diretora do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; Maria Regina Figueró, aposentada e integrante do Grupo Estratégico da Apcef/RS e pelo Coordenador da Regional Serra, Vladimir Tadeu Bettiol.

Banco do Brasil

Nova proposta Previ será avaliada através de plebiscito

De 21 a 29 deste mês estará ocorrendo um plebiscito no qual todos os associados do Plano 1 da Previ, ativos e aposentados, votarão se concordam ou rejeitam a redução da PP, nos moldes da proposta negociada. Se houver a aprovação, a Previ fará a mudança. Se a proposta for rejeitada, não haverá mudança, a PP permanecerá no valor atual e a Previ continuará pagando benefícios menores do que poderia estar pagando.

A Comissão de Empresa e Banco do Brasil negociaram proposta para redução da Parcela Previ (PP) para R\$ 1.468,21. O novo Benefício Mínimo será de 40% da PP. Serão revistos os benefícios daqueles que se aposentaram desde dezembro de 1997, levando em conta a nova PP, mas os novos benefícios valerão somente a partir da data em que for estabelecido o novo valor da PP.

Chegou-se ao valor de R\$ 1.468,21 aplicando, sobre o valor inicial da PP de R\$ 1.031, definido em dezembro de 1997, os índices de correção salarial acumulados entre aquela data e setembro de 2004, mais o índice de reajuste dos aposentados aplicado em junho deste ano. Este foi o critério de correção reivindicado pela Comissão de Empresa e aceito pelo BB.

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | Ano 21 | Nº 133 | 14 de dezembro de 2005 | Filiado à CUT

Real-Bic é campeão do Futebol Sete

Oito equipes formadas por bancários da região participaram do Campeonato de futebol Sete, que neste ano foi organizado em comemoração aos 70 anos do Sindicato. Os jogos aconteceram durante os finais de semana do mês de novembro e início de dezembro na sede campestre da entidade.

A equipe do Real-Bic consagrou-se campeã depois de ganhar as cinco partidas que disputou. Na grande final, disputada no último sábado, dia 10, o Real-Bic enfrentou o Bradesco-Centro em uma partida que teve o placar de 4 x 2 para o campeão do campeonato.

O time do Bradesco-Centro levou além do segundo lugar, o troféu de goleador da competição. Antônio Cléo Rolt foi o artilheiro com 11 gols. O troféu de goleiro menos vazado ficou com Jair Caberlon, goleiro da equipe campeã, que sofreu apenas sete gols.

A equipe do Unibanco-Bradesco recebeu apenas três cartões amarelos durante a competição, garantindo assim o troféu disciplina e o terceiro lugar. Na quarta colocação ficou a equipe do BB-Bradesco de Farroupilha.



A grande final entre o Real-Bic e o Bradesco-Centro teve como placar 4 x 2 para o Real-Bic que consagrou-se o campeão deste ano.



Os campeões: Da esq. p/ dir. Em pé: André Almeida, Rodrigo Tolotti, Daniel Marques e Jair Caberlon. Agachados: Paulo Viegas, Carlos Abel Moraes, Márcio R, Paulo Ferreira e o mascote Lucas Caberlon.



Os Vices: Da esq. p/ dir. Em pé: Juliano Dal Ponte, Márcio Ulian, Adriano Toss e Juan Santa. Agachados: Marcelo Finardi, Antônio Cléo, Daniel Volpini, Mauro Moreira e Gilmar Sgorla.

Santander Banespa demite 600 funcionários

O que era mais temido pelos funcionários do Santander Banespa aconteceu. Com a unificação das plataformas das quatro empresas que compõem o conglomerado espanhol, a onda de demissões, que vinha sendo anunciada desde o final de novembro, começou a fazer vítimas no último dia 8, em todo o país.

Dentre os 600 funcionários demitidos, há funcionários com mais de 25 anos de banco e pessoas adoentadas. Em Caxias do Sul dois funcionários com 28 anos de empresa foram dispensados.

O Santander comprou o Banespa em 2000 no processo de privatização. Desde então, as entidades representativas dos trabalhadores vêm conseguindo renovar um contrato de garantia de emprego que venceu em 30 de novembro último. Os Sindicatos utilizaram de todos os argumentos possíveis para tentar renovar por mais um ano, mas o Banco nem recebeu as entidades para negociar. Como se não bastasse tamanha crueldade com os funcionários antigos às vésperas do Natal, o Banco anunciou oficialmente que precisa contratar cerca de mil bancários qualificados para compor o quadro de funcionários do grupo.

Até setembro deste ano, o Santander Banespa acumulou lucro de R\$ 1,297 bilhão. O Brasil está dentre os países em que o banco tem seu melhor desempenho (cerca de um terço de seu lucro na América Latina provém de nosso país). Isso não foi levado em conta pela direção do grupo, que não teve a menor consideração com os trabalhadores brasileiros.

O banco informou oficialmente que investirá cerca de US\$ 100 milhões na nova campanha publicitária que deverá deslanchar no início de 2006, ano da Copa do Mundo de Futebol, tendo como estrelas os craques Ronaldo Nazário, Ronaldinho Gaúcho, Cafu e Kaká. Todas as agências e postos de atendimento serão modificados visualmente até o final do primeiro semestre, quando passarão a utilizar o novo nome do grupo.

Dados - Do total de funcionários distribuídos entre os quatro bancos que compõem o Grupo Santander Banespa, 15.410 são do Banespa, 5.213 do Santander Brasil, 1.617 do Santander Meridional e 565 do Santander S/A. O grupo possui um total de 1.898 agências em todo o país.

Os exuberantes lucros dos Bancos

O Sistema Financeiro Nacional, só no terceiro trimestre de 2005, obteve um lucro líquido de R\$ 8,15 bilhões, contra R\$ 5,98 bilhões do mesmo período do ano passado, apresentando um significativo crescimento de 36,39% conforme demonstrações financeiras divulgadas pelo Banco Central. O mesmo concentra-se nos bancos: Itaú, Bradesco e Banco do Brasil, somente os três abocanharam mais do que a metade do lucro de todo o sistema financeiro. Os mesmos estão, entre as sete companhias de capital aberto da América Latina com maior lucro no período.

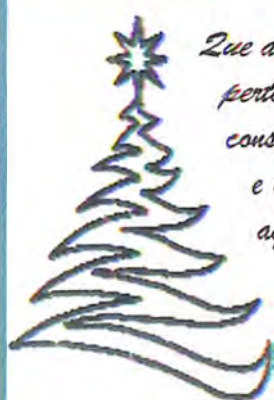
O Natal dos banqueiros, será definitivamente mais gordo ainda, do que o do ano passado.

Lucro líquido dos Bancos - 3º Trimestre de 2005

Instituição	3º trimestre 2004	3º trimestre 2005	Lucratividade
Itaú	1.288,89	1.466,78	13,8%
Banco do Brasil	832,54	1.437,95	72,7%
Bradesco	842,07	1.430,46	69,8%
Unibanco	337,12	486,90	44,4%
Santander Banespa	429,68	421,24	-1,9%
CEF	440,58	297,83	-32,4%
Votorantin	149,66	217,69	45,4%
ABN Amro	79,14	203,67	157,3%
Safra	69,92	154,74	121,3%
HSBC	79,14	113,44	43,3%
Banrisul	43,42	45,78	5,4%

Em milhões de reais

Fonte: Banco Central do Brasil



Que as reflexões do final de ano apontem para o caminho do coração, aproximando assim, amigos de longe e de perto; Os antigos e os mais recentes; Os amigos de todos os dias e aqueles que raramente encontramos; Os constantes e os intermitentes; Os das horas difíceis e os das horas alegres; Aqueles que conhecemos profundamente e aqueles que conhecemos apenas pelos feitos realizados; Aqueles amigos para os quais abrimos caminhos e aqueles que plantaram os frutos que hoje colhemos.

Que o renascimento oriundo do Natal, juntamente com os bons ventos que anunciam o novo ano, una o melhor que há em cada um de nós, para que a amizade seja o repouso das lutas da vida.

Boas Festas!!

Entrevista

Médica quer política integrada de saúde do trabalhador

A médica paulista Maria Maeno é uma das principais especialistas na doença ocupacional que ficou conhecida no Brasil como Lesões por Esforço Repetitivo (LER). Coordenadora do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de São Paulo, Maria foi eleita para ser uma dos 1.500 delegados que participam da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador em Brasília.

Antigamente só relacionada com os digitadores, a LER atinge hoje diversas categorias profissionais como embaladores, vidreiros, escolhedores de peças, abatedores de frango, cortadores de cana-de-açúcar, bancários, caixas de supermercado, funcionários do comércio, pessoas que fazem marcação de preços, operadores de teletendimento, professores, fisioterapeutas, jornalistas e químicos.

Na opinião da especialista, a discussão da saúde do trabalhador não pode se restringir às doenças. Para ela, é preciso debater como o poder público, as empresas e, sobretudo, os trabalhadores que pensam e organizam a prevenção, a fiscalização e o atendimento. Em entrevista exclusiva à *Agência Brasil*, Maria Maeno conta a expectativa dos delegados para a consolidação da política integrada envolvendo os gestores da saúde, previdência e trabalho.



Agência Brasil: A LER tem ganhado muita atenção pelo número de trabalhadores afetados. Quais são as causas desta doença que se adquire no trabalho?

Maria Maeno: São quatro grupos de causas. O primeiro é a organização do trabalho. A forma como o trabalho é organizado, para que a empresa produza o serviço ou o produto desejado. Então isso requer uma estrutura hierárquica, uma estrutura organizacional bastante complexa muitas vezes, e cada trabalhador desempenha as suas atividades de acordo com o que é prescrito pela empresa para que ele realize e, em consequência, tenha o produto final. O que nós vemos hoje nas empresas é um número de procedimentos muito grande, porém uma diminuição do quadro de trabalhadores em quase todos os ramos de atividades. Mais trabalho para menos trabalhador, o que acarreta em dano, prejuízo, atingindo a musculatura e também o ponto de vista psíquico, já que a pessoa fica esgotada.

O segundo grupo são as metas de trabalho, sobretudo, a determinação de metas pela empresa sem um acordo com os trabalhadores, quer dizer, as metas são definidas unilateralmente pelas empresas, e os trabalhadores têm que se virar para cumprir isso. A coisa mais comum que a gente ouve é o trabalhador dizer que não consegue cumprir as metas, e essa pessoa fica desesperada, obcecada e acaba também tendo prejuízo psíquico. O trabalhador não tem tempo de recuperação física e psíquica e acaba adoecendo.

ABr: Há interferência, das estruturas físicas dos locais de trabalho também?

Maria: Sim. No terceiro grupo de causas, podemos identificar os fatores biomecânicos, ou seja, os movimentos que o trabalhador é obrigado a fazer para desempenhar as suas atividades profissionais. Isso é definido em boa parte pela organização do trabalho, porque você fazer 3 mil, ou 5 mil movimentos no dia, isso é definido por uma forma de organização que o trabalho tem naquela empresa. E o mobiliário também influencia, já que muitas vezes são inadequados. São eles ar condicionado, calor excessivo, frio excessivo, iluminação ruim, tudo isso condicionando a posturas que são altamente inadequadas ao paciente, ao trabalhador.

Além disso, o último grupo é composto pelos fatores psicossociais: o clima da empresa, como o trabalhador se sente na empresa; se se sente parte integrante, parte de uma equipe, o trabalho dele é valorizado. Se ele tem uma relação boa com os colegas, a empresa propicia uma relação boa entre os colegas ou estimula a competitividade, estimula a atingir metas a qualquer custo, ou não tem transparência nos critérios de promoção ou rebaixamento.

As empresas buscam os caminhos que lhe parecem mais fáceis. Muitas acham que a maior parte das doenças ocupa-

cionais poderia ser eliminada ou controlada por vontade do trabalhador. Quando nós sabemos que não, porque a maior parte das doenças ocupacionais só pode ser prevenida se houver uma mudança nas condições do trabalho, na organização do trabalho e não no trabalhador.

ABr: Qual o principal desafio para a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador?

Maria: O nosso grande desafio é ter uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador. O desafio principal é que essa política, que foi elaborada basicamente por três ministérios ou três campos mais diretamente envolvidos com a questão de saúde do trabalhador - Saúde, Trabalho, Previdência que esse plano consiga atingir a área da economia, do Planejamento, da Fazenda, do Meio Ambiente e da Educação.

Nós temos que atingir necessariamente os vários campos de atuação do governo. Porque não adianta nada nós, da área social, discutirmos que saúde do trabalhador é importante se na área econômica também não se levar em conta isso. Uma empresa vem se instalar no Brasil e o prefeito tem que pensar que a empresa, além de trazer emprego, tem que trazer saúde, e não gerar doenças e acidentes. No final das contas, essa empresa acaba onerando o próprio município, que vai ter que tratar dos pacientes e, ao mesmo tempo, arcar com aqueles que são demitidos pelas empresas.

Hoje nós temos uma situação em que as empresas acabam adoecendo os trabalhadores e quem acaba pagando é a sociedade. Perde o Sistema Único de Saúde (SUS), a Previdência Social e a Assistência Social de forma direta. É essa realidade que nós temos que mudar e é um desafio que, a partir dessa conferência, nós temos pela frente.

Aloisio Milani e Danielle Coimbra - Agência Brasil

Vítimas de Doenças do Trabalho ganham associação

A Associação das Vítimas de Doenças do Trabalho - AVIDA/RS, foi fundada no último dia 7, em assembléia realizada no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Foi eleita a chapa única, proposta pela Comissão Organizadora, a partir das indicações dos grupos e entidades colaboradoras que compõem a Rede de Grupos RS. A assembléia elegeu como presidente da entidade, José Luiz Euzébio.

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul, é uma das entidades fundadoras da Associação e foi representado pelo Coordenador da secretaria de Saúde Vilmar José Castagna. AVIDA/RS é uma instituição filantrópica que tem a finalidade de promover atividades no campo político-institucional e científico na busca de soluções para os problemas que afligem a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em seu discurso de posse, Euzébio ressaltou que a AVIDA/RS terá a finalidade de unir os trabalhadores portadores de LER/DOR, vítimas de doenças e acidentes do trabalho no Rio Grande do Sul em uma mesma luta. "A entidade vai atuar na proteção da saúde e na garantia dos direitos dos associados, encaminhando as demandas e organizando as manifestações da AVIDA/RS".

Banrisulenses em campanha por cesta-alimentação extra

Os Banrisulenses começaram no final de novembro uma campanha específica reivindicando a cesta-alimentação extra. A iniciativa partiu da Federação dos Bancários do RS juntamente com Sindicatos de todo o estado. A campanha foi deliberada na reunião do Conselho Nacional dos Delegados Sindicais e ratificada pelo Sistema Diretivo da Federação.

Os Sindicatos de todo o estado coletaram assinaturas dos bancários do Banrisul num abaixo-assinado que, será entregue hoje, dia 14, à diretoria do banco.

De acordo com o diretor da Federação dos Bancários, Amaro Silva de Souza, os banrisulenses decidiram solicitar a cesta-alimentação extra neste momento, porque durante o processo de negociações específicas o banco negou a melhoria da Participação nos Lucros e Resultados. As entidades sindicais defenderam a distribuição de mais 5% do lucro líquido da instituição, além do que foi acertado com a Fenaban.

Governo fala em salário mínimo de 340 reais

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse que o valor do salário mínimo deve ficar em torno de R\$ 340 no orçamento para o próximo ano. De acordo com o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "baterá o martelo" com os ministros da área e representantes das centrais sindicais. Paulo Bernardo afirmou que as contas feitas pelo governo e pelo relator do projeto orçamentário, deputado Carlito Merss (PT/SC), apontam para este valor.

A CUT vai insistir na elevação do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 400.

Voz do Bancário

vozdebancario@bancax.com.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935
Filiado à FEEB/RS, CNB, CUT, Dieese e Diap

Coordenadores de Secretarias: Imprensa, Divulgação e Mobilização: Ademar Henrique Bellini; Movimentos Sociais: Alexandre Rizzi; Formação: Ariovaldo Adão Filippi; Finanças, Patrimônio e Administração: Daniela Amoretti Finker; Cultura Esporte e Lazer: Nelson Antônio Beber; Organização e Política Sindical: Pedro Justino Incerti; Saúde e Relações do Trabalho: Vilmar José Castagna; Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região; Coordenação: Ademar Henrique Bellini; Jornalista Responsável: Adriene Antunes (MTB 12424); Diagramação: Adriene Antunes; Fotolitos e Impressão: Jornal Pioneiro; Tiragem desta edição: 2.800 exemplares; Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

SEEB Caxias do Sul e Região - Sede: Rua: Borges de Medeiros, 676, Centro - Caxias do Sul - Rio Grande do Sul - Cep: 95020-310
Fones: (54) 3223.2166 / 3223.3119 - Fax: (54) 3223.2405
e-mail: bancax@bancax.com.br



Manifestação: Alunos do Curso de História da UCS organizaram uma manifestação pela liberdade dos Punks presos

Protestos antiglobalização e à livre manifestação no Mac Donald's

Manifestantes Punks ficaram presos por oito dias

A loja da rede Mc Donald's de Caxias do Sul, que segundo o movimento Punk é o símbolo maior do capitalismo e da globalização, foi palco de duas manifestações durante o mês de novembro. Uma contra a globalização contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e as transnacionais. Outra pela liberdade de expressão, de pensamento e principalmente pela liberdade dos quatro punks presos durante a primeira manifestação.

O ato pela liberdade dos presos, organizado pelos estudantes de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS), foi realizado no dia 22, ao meio-dia. Cerca de 50 pessoas, entre estudantes, familiares e amigos dos jovens detidos, além de ativistas de movimentos sociais, demonstraram indignação frente à violação de direitos básicos como a liberdade de expressão, pensamento e o direito à livre manifestação.

O Mc Donald's acionou a força policial, que compareceu com PM's do batalhão de choque, além de recorrer a sua segurança privada para conter a manifestação pacífica, que durou uma hora.

O grupo entregou à população um panfleto explicativo intitulado "A Democracia está de luto". Neste informativo, os manifestantes lembravam que existem milhares de casos diários de violação de direitos humanos, ressaltando que não é justo prender pessoas apenas por se manifestarem. "Final que democracia é esta que vivemos?", indaga a pergunta final do panfleto.

Os Punks foram liberados no mesmo dia da manifestação dos

estudantes, após ficarem oito dias presos na Penitenciária Industrial de Caxias. A liberação da prisão foi dada pela juíza da 1ª Vara Civil, Cidália de Menezes Oliveira.

O primeiro ato, organizado por um grupo de Punks, aconteceu no dia 14. Segundo participantes, o objetivo era chamar atenção da população para a globalização e para a Alca, além de mostrar um outro lado que não é divulgado pela mídia. "Nossa intenção era pacífica, queríamos apenas chamar atenção da população. O Mc Donald's é o símbolo da globalização aqui em Caxias. Não tem uma fábrica da Nike ou da Coca-Cola para organizarmos o protesto na frente de uma delas, por isso o local escolhido foi o Mc Donald's", explicou um dos Punks.

A manifestação foi realizada no estacionamento do local. "Ficamos fazendo um barulho, entregando panfletos, conversando com a população. Depois queimamos um boneco do Bush, foi quando o segurança do Mc Donald's começou a jogar água para tentar dispersar o pessoal", afirmou um dos participantes.

Os manifestantes só dispersaram quando a Polícia chegou, porém cerca de 20 jovens foram capturados e levados para a delegacia onde ficaram por mais de cinco horas. "Ficamos em uma sala na delegacia sofrendo pressão psicológica, agressão verbal e física. Nos falaram coisas absurdas, quebraram nossas máquinas fotográficas, gravadores e instrumentos musicais" salientou um dos jovens.

Dos 20 punks detidos pela polícia, apenas quatro foram para penitenciária. Consta no inquérito policial que os manifestantes colocaram fogo não somente no boneco, mas também em um carro que estava no estacionamento. Além de agressão ao segurança do local. "Estamos sendo acusados de tentativa de incêndio. O segurança falou que tem arranhões nas costas das agressões físicas que sofreu. Só que ele estava de colete à prova de bala. Impossível", afirmou um Punk.

Punk: movimento cultural de luta e ação direta pela liberdade de expressão e de comportamento. O punk mostra sua cultura anticapitalista por meio do vestuário, de notícias alternativas e pela música *hardcore*, que traz propostas políticas através do seu som simples e direto.



Mc Donald's usou de força policial para tentar conter a manifestação

O movimento nasceu nos meados dos anos 70, na Inglaterra. No começo, os punks eram rejeitados por serem jovens marginalizados, pobres e desempregados, que chocavam a todos pelo modo de ser, de se vestir e de agir.

O movimento se reúne aos finais de semana em algum lugar da cidade, sempre na rua, para difundir idéias e organizar atividades, grupos de estudo ou campanhas. Os Punks ainda fazem teatro e apresentam suas esquetes pelas ruas da cidade, todas com objetivo de conscientizar a população.

Privados

Bancos aceitam negociar, mas ainda não apresentaram propostas.

Os Sindicatos estão negociando as reivindicações específicas nos bancos privados através das Comissões de Organização dos Empregados.

Unibanco: Acontece hoje mais uma reunião de negociação entre a direção do Unibanco e a Comissão de Organização dos Empregados (COE). O objetivo da reunião é continuar a discutir a pauta de reivindicações do último encontro que ocorreu no dia 29 de novembro.

Na última negociação a COE expôs os eixos da pauta de reivindicações que compreende: remuneração maior, PRU para todos os funcionários, novas contratações, enquadramento, benefícios, saúde e segurança.

O banco se mostrou disposto a negociar o PRU com o Movimento Sindical para chegar definitivamente a um acordo. Sendo assim, logo no começo da reunião o Unibanco explicou como funciona o PRU e o RR. A apresentação atendeu à solicitação da representação dos empregados, que questiona os critérios do pagamento dessas verbas. Os valores são diferenciados e destinados a uma parcela dos funcionários. A avaliação é baseada no desempenho, sem regras claras e critérios unilaterais.

A eleição para o plano de previdência dos funcionários do Unibanco—o Futuro Inteligente—acontece entre os dias 4 e 6 de janeiro. O mandato é de três anos. São seis vagas divididas entre o Conselho Deliberativo e Fiscal.

Enquadramento: Para o Unibanco, a inserção dos promotores de venda na categoria é uma questão a ser resolvida pelo sistema financeiro e negociada com a Fenaban.

Itaú: Acontece amanhã, dia 15, uma nova reunião sobre as questões específicas com a direção do banco Itaú. Os empregados lutam por uma melhor distribuição nos lucros e resultados. A pauta foi entregue a direção logo após a assinatura da Convenção e da primeira negociação que

aconteceu no dia 22 de novembro.

De acordo com o diretor do Sindicato de São Paulo André Rodrigues a expectativa é que na negociação o banco apresente proposta às reivindicações dos trabalhadores. "O Itaú deve apresentar um lucro líquido anual em torno de R\$ 5 bi. A empresa já gastou milhões de reais nas comemorações de seu 60º aniversário e com a 'PLR' da diretoria. Só os funcionários não foram devidamente reconhecidos pelo banco", avisa.

O dirigente sindical arremata, afirmando que o banco tem plenas condições de atender as reivindicações dos funcionários. "Esperamos que o presidente do banco, Roberto Setúbal, tenha a percepção de que os bancários merecem e o banco pode pagar mais. Além disso, é importante regulamentar de uma vez por todas o Agir, que vem infernizando a vida dos trabalhadores", acrescenta André.

Bradesco: Na primeira rodada de negociações específicas com o diretor de RH do Bradesco, Luiz Bueno, o banco concordou em estabelecer um calendário permanente de negociações conforme reivindicam os bancários. A data indicativa para a próxima negociação é essa semana. Em cada reunião será discutido e aprofundado um tema da pauta específica.

A CNB/CUT e a Comissão de Organização dos Empregados irão estabelecer os assuntos de cada negociação, mas entre os mais importantes estão a melhor distribuição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a solução para o problema de credenciamento no plano de saúde e a inclusão dos pais, além do auxílio-educação, uma vez que o banco tem exigido a formação de seus funcionários, mas não dá nenhuma contrapartida.

Caixa Econômica Federal

Presidente da Caixa diz que PCS não sai nesta gestão

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, participou da reunião do Conselho Deliberativo da Fenae, no último dia 6, em Brasília. O presidente realizou um balanço de sua gestão à frente da Caixa e fez um breve histórico da empresa, destacando a importância dos empregados no momento de reestruturação pelo qual a instituição passa. "Tudo que foi feito não seria possível sem a mobilização de todos os empregados. Os resultados, que eu acho que são realmente muito positivos, é resultado de um esforço coletivo", ressaltou.

Mattoso destacou, como pontos positivos no relacionamento com os empregados, a instalação de comissões internas perma-

nentes, a elaboração de um novo plano de saúde, o pagamento da dívida com a Funcef e o novo plano, a contratação de 13 mil novos empregados e a recuperação salarial contra o período anterior sem reajuste, somente com abonos.

Uma antiga reivindicação dos empregados, o Plano de Cargos e Salários (PCS), não deve ser atendida nesta gestão: "PCS dificilmente sairá nesta gestão. Saio frustrado com relação ao PCS, porque entendo que em uma empresa do porte da Caixa ter essa situação é um despropósito. Possivelmente vocês sairão frustrados por outras razões além dessa. Mas nós fizemos demais", concluiu Mattoso.

Manifestação

Bancários na Marcha dos Sem

Categoria engajou-se à Marcha depois de promover uma manifestação em frente ao Santander Banespa



Marcha reuniu cerca de oito mil pessoas que percorreram diversas ruas da capital gaúcha

A categoria bancária realizou, na manhã do dia 25 de novembro, um manifesto em frente à agência Passo D'Areia, do Santander Banespa, em Porto Alegre, marcando assim a Jornada Internacional de Luta. A manifestação antecedeu o início da 10ª Marcha dos Sem, organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). A mais tradicional e participativa manifestação promovida pelos Movimentos Sociais do Rio Grande do Sul.

A atividade, organizada pela Federação dos Bancários do RS juntamente com o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, contou com a presença de Olívio Dutra, ex-governador do RS, além de representantes de diversos Sindicatos do Interior do estado e da CUT estadual.

O presidente do Sindicato de Porto Alegre, Juberlei Bacelo que é funcionário do Santander Meridional, exigiu responsabilidade social do grupo espanhol. Bacelo denunciou o descaso do banco com os empregos, com a saúde e com as condições inadequadas de trabalho. Também propôs igualdade de tratamento, evitando a discriminação e a manutenção de salários e direitos diferenciados para as mesmas funções.

Olívio Dutra, que já foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (1975-79), parabenizou a iniciativa, manifestando-se solidário à luta em defesa dos empregos e direitos no Grupo Santander Banespa e demais bancos internacionais. "Os bancos atingem lucros cada vez maiores e, em vez de se apropriar desses recursos, deveriam gerar mais empregos, respeitar os direitos da categoria e oferecer atendimento digno aos seus clientes", afirmou.

Após o fim da atividade, os bancários engajaram-se na Marcha dos Sem, na coluna que saiu do Viaduto Utzig e percorreu as avenidas Benjamim Constant e Cristóvão Colombo e a rua

Alberto Bins, enquanto mais três colunas percorriam outras ruas da capital.

Todas as colunas encontraram-se em frente ao prédio do Banco Central, onde foi promovido um protesto contra a política econômica do governo Lula. Segundo os organizadores da Marcha cerca de oito mil trabalhadores, oriundos de todo o estado, reivindicaram o fim do superávit primário e a redução das taxas de juros, que ainda estão elevadas e continuam freando o crescimento econômico e a distribuição de renda. Depois, os manifestantes caminharam até o Palácio Piratini, onde protestaram contra as políticas sociais do Governo Rigotto, que finge prestar segurança pública, corta investimentos na saúde e ataca a educação.

O diretor do Sindicato de Caxias do Sul e Região, Alexandre Rizzi, que coordena a secretaria de Movimentos Sociais, participou da mobilização. "Esta manifestação é uma forma de pressionar as vias institucionais para que cumpram com sua função interferindo e diminuindo com as desigualdades e promovendo assim a justiça social", salientou Rizzi.

A 10ª Marcha dos Sem encerrou na Praça da Matriz, após ter parado o centro de Porto Alegre. Os Movimentos Sociais sacudiram a população e mostraram que o povo tem que tomar as ruas para conquistar as mudanças.

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS): Foi criada em abril de 2003, organizada por diversos movimentos tais como a MMM, MST, CUT, CMP, CONAM, movimentos de moradia, estudantil, de desempregados, pastorais e diversos sindicatos. É um espaço de convergência, de construção de unidade e de reflexão entre os mais diferentes movimentos e formas organizativas de nosso povo, o qual é de suma importância e necessário nessa conjuntura complexa de necessidade de mudanças sociais.

Banco do Brasil

Bancários do BB aprovam Nova Parcela Previ

Cerca de 50 mil funcionários, entre ativos e aposentados, participaram da consulta

Os funcionários do Banco do Brasil aprovaram, em ampla maioria, a Nova Parcela Previ com 87% dos votos, no final do mês de novembro. O resultado mostra que a maioria do funcionalismo apóia a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB e das entidades sindicais da CUT, que defenderam as mudanças na Parcela Previ e do benefício mínimo. Defendendo ainda, a redefinição dos benefícios para quem sem aposentou a partir de 31 de dezembro de 1997.

A Nova Parcela Previ irá melhorar a complementação de aposentadoria de todos os envolvidos, fazendo com que se faça valer a contribuição que fizeram à Previ no decorrer dos anos e o usufruto de um benefício mais justo durante a aposentadoria.

Segundo o Coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários, Marcel Barros, a aprovação da Previ foi uma vitória importantíssima dos empregados do Banco. Barros salientou que milhares de bancários, em condições de aposentadoria, estavam apenas esperando uma definição da Parcela Previ para entrar com o pedido. "A expressiva votação pela aprovação mostra que os valores negociados com o banco contemplam os anseios dos bancários do BB", afirmou o coordenador.

Com o término e aprovação da consulta, a Nova Parcela precisa ser homologada pelo Conselho Deliberativo, pela Diretoria Executiva da Previ e pela direção do banco para entrar em vigor.

A redução da Previ é mais uma conquista da mobilização e negociação dos bancários com a direção do Banco. O plebiscito fortaleceu ainda mais a democracia no BB.

Cassi: De acordo com a cláusula 56 da parte IV do acordo coletivo, o BB tem mais três semanas para apresentar ao quadro de funcionários uma proposta global para sanar os problemas da Cassi.

O funcionalismo espera ter contemplado as reivindicações básicas como o pagamento dos 4,5% sobre a folha de pagamento total, sem exclusão dos contratados após 1998 (só paga 3%).



Justiça nega liminar para a "turma do não"

Funcionários contra as melhorias de benefícios entraram na justiça para tentar impedir o plebiscito

Com o objetivo de impedir a melhoria de benefícios de milhares de funcionários, a "turma do não", contrários à Nova Parcela Previ, entrou na Justiça para tentar uma liminar que interrompesse a consulta. Como de costume, os autores da ação impetrada na 31ª Vara Cível do Rio de Janeiro não apresentaram provas e por este motivo o Juiz negou o pedido.

Cerca de 80% dos funcionários já haviam votado quando a liminar foi negada. A votação massiva deslegitima todos os que buscam decisão em outros fóruns para paralisar a consulta.

Confira os números da votação:

- * 87,3% dos votos validos aceitaram o acordo (41.833 pessoas)
- * 87,4% dos aposentados disseram sim a nova PP (9.648 pessoas)
- * 87,1% do pessoal da ativa aprovou o acordo (32.185 pessoas)
- * 12,7% do total de votos válidos rejeitaram a proposta

Funcef

Cronograma de trabalho do GT Novo Plano está definido

Em reunião realizada no último dia 1º, em Brasília, o Grupo de Trabalho (GT) Novo Plano de Benefícios da Funcef, aprovado pelos funcionários em plebiscito, definiu o cronograma de trabalho este mês.

Hoje, dia 14 de dezembro: aprovação da versão final do regulamento do novo plano e encaminhamento para o Conselho Deliberativo e para a Diretoria Executiva da Funcef.

Dia 16 de dezembro: aprovação do regulamento no Conselho Deliberativo e na Diretoria Executiva da Funcef.

Dia 19 de dezembro: aprovação do regulamento no Conselho de Administrativo da Caixa.

Dia 21 de dezembro: aprovação do regulamento no Conselho Diretor da Caixa.

Dia 22 de dezembro: encaminhamento do documento aprovado para o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) e para Secretaria de Previdência Complementar (SPC).